

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

HILDA RODRIGUES DA COSTA

**A POLITIZAÇÃO DO CORPO NA “MARCHA DAS MULHERES” UM
DISPOSITIVO DE DISCURSO E DE PODER**

GOIÂNIA
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

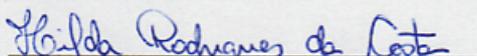
Nome completo do autor: Hilda Rodrigues da Costa

Título do trabalho: "A POLITIZAÇÃO DO CORPO NA "MARCHA DAS MULHERES": UM DISPOSITIVO DE DISCURSO E DE PODER"

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 14 / 08 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

HILDA RODRIGUES DA COSTA

**A POLITIZAÇÃO DO CORPO NA “MARCHA DAS MULHERES” UM
DISPOSITIVO DE DISCURSO E DE PODER**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa 7 – Ensino e aprendizagem de línguas naturais com ênfase em língua portuguesa, línguas indígenas e língua de sinais.

Orientador: Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho

GOIÂNIA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues da Costa, Hilda

A politização do corpo na "Marcha das Mulheres": um dispositivo de discurso e de poder. [manuscrito] / Hilda Rodrigues da Costa. - 2019. 150 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2019.

1. Discurso. 2. Subjetividade. 3. Dispositivo. 4. Marcha das mulheres. 5. Revista Veja. I. Martins de Sousa Filho, Sinval, orient. II. Título.

CDU 81

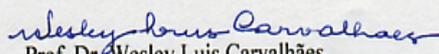


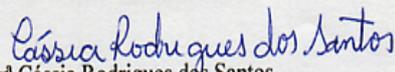
ATA N° 06/2019

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA TESE DE DOUTORADO
DA ALUNA HILDA RORIGUES DA COSTA

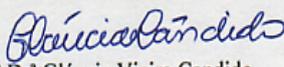
Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, a partir das quatorze horas, no Miniauditório Professor Egídio Turchi da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, nesta capital, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “A POLITIZAÇÃO DO CORPO NA “MARCHA DAS MULHERES”: UM DISPOSITIVO DE DISCURSO E DE PODER”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Sinval Martins de Sousa Filho (Presidente/PPGLL/FL/UFG) com a participação dos demais Membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Wesley Luis Carvalhães (UEG), Professora Doutora Cássia Rodrigues dos Santos (SEDUC-GO), Professora Doutora Edna Silva Faria (FL/UFG) e a Professora Doutora Gláucia Vieira Candido (PPGLL/FL/UFG). A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata Aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Sinval Martins de Sousa Filho, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora e visada pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Goiânia, vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

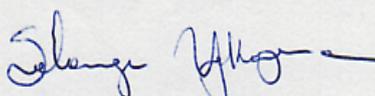

Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho - Presidente


Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhães


Prof.ª Dr.ª Cássia Rodrigues dos Santos


Prof.ª Dr.ª Edna Silva Faria

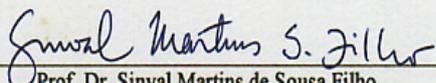

Prof.ª Dr.ª Gláucia Vieira Candido

Visto: 
Prof.ª Dr.ª Solange Fiuza Cardoso Yokozawa

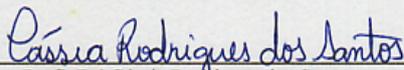
HILDA RODRIGUES DA COSTA

**A POLITIZAÇÃO DO CORPO NA “MARCHA DAS MULHERES” UM
DISPOSITIVO DE DISCURSO E DE PODER**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Letras e
Linguística da Faculdade de Letras da
Universidade Federal de Goiás, defendida
em 29 de agosto de 2019 e aprovada pela
banca examinadora constituída pelos
professores:



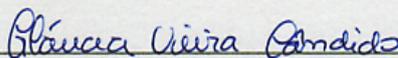
Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho
(Presidente – Orientador – PPGL/UFG)



Prof. Dr.ª Cássia Rodrigues dos Santos
(Membro – SEDUC- GO)



Prof. Dr.ª Edna Silva Faria
(Membro – UFG)



Prof. Dr.ª Gláucia Vieira Candido
(Membro – PPGL/ UFG)



Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes
(Membro – UEG)

*Ao meu pequeno-grande tutu,
Arthur Costa Sanches,
que sempre me incentivou a
continuar no mundo das letras.*

AGRADECIMENTOS

Obrigada!

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora pelos momentos de aprendizagem, de angústia que antecederam esta data. Nunca estive só nessa caminhada, mesmo no meu cantinho, mesmo nos momentos de solidão.

A meus pais, Ivalter e Divina, obrigada por tudo!

Aos meus irmãos, obrigada!

Aos meus sobrinhos, Arthur, Ana Beatriz e Luiza, alegria de meus dias.

Aos meus familiares, em especial ao meu tio Wilson, conhecido como Neno, que mesmo, distante sempre, me apoiou, desde a graduação.

Aos meus amigos, em especial meu irmão de coração Walney, que cito aqui representando a todos que acolhi em meu coração como parte da minha família.

À família UEG, representada aqui nas pessoas de Wesley, Margarete, Silvéria, pelos anos de convivência.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho, por ter me acolhido, e principalmente ter acreditado em mim. Suas palavras sempre foram luz nos momentos de angústia, de dor e de alegria.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação por todo o conhecimento adquirido ao longo desses anos.

Aos meus alunos do ensino fundamental e superior que acompanharam, mesmo distante, a minha caminhada.

Peço desculpas, se deixei de mencionar alguém, mas saibam do meu reconhecimento e gratidão por tudo.

*Ó Mulher! Como és fraca e como és forte!
Como sabes ser doce e desgraçada!
Como sabes fingir quando em teu peito
A tua alma se estorce amargurada!
(Florbela Espanca)*

RESUMO

A presente tese tem por objetivo descrever e analisar, à luz das contribuições teóricas da Análise do Discurso, a articulação do poder sobre a politização do corpo feminino nas capas da revista *Veja*, por meio das relações de poder-saber que se efetivam através de dispositivos de segurança, sexualidade e mídia como efeitos de verdade e resistência, presentes em enunciados das capas da revista *Veja*. Ao nos depararmos com o contexto de algumas reportagens derivadas desses enunciados no corpo da revista, sentimos a necessidade de apresentarmos, ainda que de forma breve, determinados enunciados presentes no interior da revistas que compõem essas tramas discursivas, para atender nosso objetivo de pesquisa que é analisar a politização do corpo feminino, descrevendo as articulações entre a materialidade dos enunciados, sua inserção em formações discursivas, sua inscrição em um *a priori* histórico, seu controle, sua circulação, suas regras de aparição e delimitação, por meio de práticas registradas pela mídia. Utilizamos como método a pesquisa analítico-descritiva, partindo dos pressupostos teóricos de Michel Foucault quanto as noções de discurso e enunciado, sem desconsiderar o aporte teórico metodológico da arqueologia. Foram selecionadas capas da revista *Veja* para análise, entre os períodos de 1968 a 2018, que estabelecem todo um percurso discursivo, direto ou indiretamente, sobre a marcha das mulheres por seus direitos, que por vezes foram silenciadas ou apagadas da história, por meio de discursos institucionalizados, manipulados, articulados, governando “a vontade de ser mulher”, destituindo-a de seus direitos através de estratégias de um poder-saber capaz de categorizar o gênero no processo de produção do corpo, por meio da mídia impressa e digital. Os estudos de Inês Araujo, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Giorgio Agamben, Margareth Rago dentre outros foram essenciais para a compreensão dos processos de subjetivação quanto às estratégias e os mecanismos de condensação discursiva e representacional da mulher os quais se encontram ancoradas na memória discursiva da sociedade. Portanto, a marcha das mulheres, ao longo da história é um movimento de resistência e luta que busca o direito de reinventar-se por meio das narrativas de uma nova história, mesmo com as desigualdades batendo à porta, tentando naturalizar o papel de subordinação da mulher, desqualificando o ato feminino por meio de construções ideológicas e hegemônicas.

Palavras-chave: Discurso. Subjetividade. Dispositivo. Marcha das mulheres. Revista *Veja*.

ABSTRACT

This thesis aims to describe and analyze, in the light of the theoretical contributions of Discourse Analysis, the articulation of power over the politicization of the female body on the covers of *Veja* magazine, through the relations of power-knowledge that are realized through devices. of security, sexuality and media as effects of truth and resistance, present in statements of the cover of *Veja* magazine. When faced with the context of some reports derived from these statements in the body of the journal, we feel the need to present, albeit briefly, certain statements present within the journals that make up these discursive plots, in order to meet our research objective. analyze the politicization of the female body, describing the articulations between the materiality of utterances, their insertion in discursive formations, their inscription in a historical a priori, their control, their circulation, their rules of appearance and delimitation, through practices recorded by the media. We used as analytical-descriptive research method, starting from the theoretical assumptions of Michel Foucault as the notions of discourse and utterance, without disregarding the methodological theoretical support of archeology. *Veja* magazine covers were selected for analysis, from 1968 to 2018, which set out a discursive course, directly or indirectly, about the march of women for their rights, which were sometimes silenced or erased from history through institutionalized, manipulated, articulated discourses governing “the will to be a woman”, depriving her of her rights through strategies of a power-knowledge capable of categorizing gender in the body's production process, through print and digital media. The studies by Inês Araujo, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Giorgio Agamben, Margareth Rago, among others, were essential for understanding the processes of subjectivation regarding the strategies and mechanisms of discursive and representational condensation of women which are anchored in the discursive memory of society. Therefore, the march of women throughout history is a movement of resistance and struggle that seeks the right to reinvent itself through the narratives of a new history, even with inequalities knocking on the door, trying to naturalize the subordination role of women. disqualifying the feminine act through ideological and hegemonic constructions.

Keywords: Speech. Subjectivity. Device. Women's March. *Veja* Magazine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DO DISCURSO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
1.1 Conceito de discurso	23
1.1.1 Acontecimentos discursivos	25
1.1.2 Condições de produção do discurso	27
1.2 A noção de enunciado	29
1.2.1 A função enunciativa	31
1.2.2 A formação dos objetos	33
1.2.3 A formação das modalidades discursivas, dos conceitos e das estratégias	34
1.2.4 O <i>a priori</i> histórico e a noção de arquivo	36
1.3 As formações discursivas	38
1.4 A descrição arqueológica	41
1.5 A noção de sujeito na Análise do discurso	44
CAPÍTULO 2 – GENEALOGIA: PODER-SABER, VERDADE, SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA	49
2.1 Genealogia e o poder	50
2.2 Verdade e poder	53
2.3 A subjetividade	54
2.3.1 A construção da subjetividade e a verdade	55
2.3.2 A interpretação dos sonhos: o problema das relações sujeito-verdade	61
2.3.3 A tecnologia de si e a obrigação de dizer a verdade	66
2.3.4 Os jogos de verdade e subjetividade	69
2.4 Resistência	71
CAPÍTULO 3 – DISPOSITIVO	75
3.1 O que é o dispositivo?	76
3.1.1 As dimensões de um dispositivo	78
3.2 O dispositivo de segurança	81
3.3 O dispositivo de sexualidade	85
3.3.1 O corpo	91
3.4 O dispositivo midiático	92
3.4.1 As dimensões de um dispositivo midiático	95

3.4.2 A mídia como dispositivo	96
CAPÍTULO 4 – FRAGMENTOS DE UMA GENEALOGIA DE MULHERES	98
4.1 O processo de visibilidade: uma narrativa em construção	98
4.2 Os discursos sobre a mulher	101
4.2.1 A luta pela liberdade	102
4.2.2 O corpo feminino e as práticas de assujeitamento	104
4.2.3 A marcha das mulheres e o empoderamento feminino	106
4.3 A leitura e a mulher	110
CAPÍTULO 5 – MARCHA DAS MULHERES	118
5.1 A luta social e política das mulheres	122
5.2 A metamorfose feminina	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	144

INTRODUÇÃO

De todo nosso ciclo de lições do tempo de escola, o discurso foi o alicerce para o desejo de desvendar o desconhecido, desconfiar dos já-ditos impostos pelos efeitos de verdade quanto aquilo que pode ser pensado e conhecido. Ao entrar nesse emaranhado, nessas redes, compreendemos que as formações discursivas impostas, regimentadas, reguladas remetem a formas de vida padronizadas historicamente, orientadas por “[...] regimes de verdade e seus efeitos de inscrição no real” (FOUCAULT, 2010, p. 25), mas nem tudo é verdadeiro, como afirma o próprio Foucault (2015), o que existe em todo lugar e em todo momento é uma verdade a ser enunciada, a ser vista, uma verdade, às vezes adormecida, “à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar.” (FOUCAULT, 2015, p. 191). Foucault (2015) ressalta que existe uma geografia da verdade, a qual pertence aos espaços onde reside, e não “aos lugares onde nos colocamos para observá-la melhor, e que sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem se produzir como um acontecimento, e não a dos momentos que devem ser aproveitados para percebê-la, como por entre duas nuvens” (FOUCAULT, 2015, p. 191).

Entre os vários regimes de verdade presentes em nossa sociedade atual, a questão da mulher – os discursos institucionalizados e os contradiscursos – evocou nossa atenção para um estudo das formas como a mídia impressa articula (manipula), por meio de dispositivos, esses discursos e seus efeitos de verdade, como afirma Foucault (2015, p. 351), “durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. *‘Vocês são apenas o seu sexo’*, dizia-se a elas há séculos. E esse sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. *‘Vocês são a doença do homem’*”.

Considerando que “a apropriação do discurso se dá em diferentes instâncias discursivas, lugares de fala, posições de autoridade que legitimam ou excluem, delimitam ou expandem as hierarquias e os valores definidores de sentido e de lugares sociais”(SWAIN, 2001, p. 70), elegemos como objetivo geral: a) analisar como se dá a politização do corpo feminino nas capas da revista *Veja*. Para atender a esse objetivo geral, pretendemos analisar: i) o dispositivo de sexualidade, tendo como objetivo a compreensão de como se materializa o processo de subjetivação; ii) os dispositivos poder-saber e controle na politização do corpo feminino na revista *Veja* e em outras instâncias discursivas; e iii) o dispositivo midiático que

ao informar permite que se estabeleça o vínculo social, entre contradições e transgressões. Segundo Sousa (2012, p. 47), o discurso “enquanto produz, organiza, e enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade”, articulando-se com outros campos do saber que incidem sobre a vida dos indivíduos, criando regras, normatizando práticas, constituindo um estado de direito.

De acordo com Costa e Sousa Filho (2017), essa condução do sujeito individual ou coletivo nas sociedades fez com que emergissem discursos capazes de nortear a vida e o destino da mulher, delimitando suas atividades e sua importância no tempo e no espaço, governando a “vontade de ser mulher”, seus desejos, suas obrigações, destituindo-a de seus direitos e instituindo um saber autorizado por meio de ideologias e estratégias políticas que categorizam o gênero no processo de produção do corpo ao longo da história. Com isso, segundo Foucault (2015, 351), “os movimentos feministas aceitaram o desafio. Somos sexo por natureza? Muito bem, sejamos sexo, mas em sua singularidade e especificidade irreduzíveis”. A partir dessas considerações é que o movimento reinventou sua existência política, econômica e cultural, partindo dessa sexualidade na qual se procura colonizá-las e atravessá-la para ir em direção a outras afirmações (FOUCAULT, 2015, p. 351).

Para Foucault (2014a, p. 100), “[...] o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. Logo, os discursos veiculam e produzem poder, porém, da mesma forma o minam, pois, onde há poder, há resistência. Isso nos leva a indagar, juntamente com Tatau Godinho et al. (2016), sobre o ufanismo discursivo da igualdade entre homens e mulheres, o qual se encontra e se potencializa no campo midiático, que tem um lugar privilegiado de criação, dando e fazendo circular os mais diversos sentidos, forjando a formação de identidades, deixando de ser apenas uma instância de veiculação de discursos, para ser formadora de sujeitos sociais.

Seguindo pistas desse discurso sobre a igualdade entre homens e mulheres, nossa pesquisa tem como corpus de análise capas da revista *Veja*, as quais operam como agentes discursivos, reforçando a circulação de sentidos, a formação de identidades individuais e sociais. Por que a Revista *Veja*? Por ser um veículo de abrangência nacional que produz enunciados, atua na formação do discurso social, por meio de práticas discursivas, que ao mesmo tempo criam mecanismos de produção de poder e modos de subjetivação, uma vez que, as capas de revista *Veja*, ao mesmo tempo em que se constituem como suporte de denúncia, de militância, também fazem emergir regimes de conduta e efeitos de verdade que tornam os corpos dóceis.

De acordo com os postulados de Foucault (2014a), o corpo é objeto de investimento, de sentido porque ele é o próprio acontecimento, viés e meio de imposições coletivas, de prisão e de liberdade. Por isso, o corpo “feminino” discursivizado nas capas de revista, impulsionado por meio de efeitos de verdade ao modelo do “ser mulher”, pode ser reafirmado e revalidar a construção de dicotomias quanto à apresentação do gênero sexual na sociedade contemporânea.

Segundo Gregolin (2004, p. 91), “toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva comunica-se pela forma de positividade de seus discursos, já que ela desenvolve um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos”. Essa positividade é que irá desempenhar o papel, o qual Foucault (2007) denomina, de *a priori histórico* – o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva em um certo espaço e tempo – observando as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros enunciados, a sua forma específica de ser, seus princípios, segundo os quais se mantêm, se transformam e deixam de existir. E é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que iremos observar como as relações discursivas são formadas por uma rede de enunciados que envolvem um saber-poder capaz de conduzir o indivíduo por meio de práticas discursivas institucionalizadas.

Portanto, nosso foco investigativo será a politização do corpo feminino nas capas da revista *Veja*, descrevendo as articulações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, sua inscrição em um arquivo histórico, investigando a emergência de diferentes formações discursivas, registradas na mídia, suas regras de aparição e delimitação quanto ao direito de falar sobre o objeto “corpo” presentes nas relações de poder e saber. Também se faz necessário investigar a noção de sujeito e de acontecimento, as rupturas e as discontinuidades presentes nas relações discursivas instituídas, por meio da Análise do Discurso Francesa, principalmente, à luz das contribuições de Michel Foucault (2007), George Agamben (2009), Gilles Deleuze (1990, 2013).

Buscaremos, ainda, refletir sobre os dispositivos de poder e saber, controle, sexualidade e midiático que investem sobre o corpo toda uma rede de significações enquanto objeto e veículo de politização. Afinal, conhecer a história do corpo requer também uma problematização de sua existência e das discursividades que são formuladas a partir dessa existência. Ao falarmos sobre o corpo feminino que se faz presente em diversas capas da

revista *Veja*, ao longo de seus quase 50 anos de existência, observamos que ele é um objeto de contra conduta, estando nu ou militando a favor de uma causa, pois ele contraordena, posicionando-se contrário aos estatutos de poderes institucionalizados historicamente, que dizem: “o corpo tem que dar à luz”, “o corpo deve ser produtivo”, “o corpo é divino”, “o corpo é inviolável” e, posicionando-se contra isso, ele também produz poder, um contrapoder. Daí, a necessidade de compreender como o corpo é discursivizado em outras instâncias discursivas, pois “o discurso está na ordem das leis” (FOUCAULT, 2004, p. 7). O corpo está na ordem institucional do discurso religioso, do discurso oficial do Governo, e, é nessas instâncias, segundo essas ordens de discurso, que o corpo deixa de pertencer aos sujeitos que, muitas vezes, esquecem-se desse fato. Isso ressalta, ainda mais, a importância de se observar, de se pesquisar, de se compreender como essas tramas discursivas, que envolvem o corpo, são tecidas na sociedade contemporânea, bem como a relação entre a língua e a história na ordem do discurso.

Swain (2011, p. 03) afirma que “a construção e desvalorização do ser ‘mulher’ aparece como resultado de uma essência atrelada a um corpo deficiente, a um espírito fraco e superficial, a uma moral escorregadia e duvidosa [...]”. Para a autora, os discursos de autoridade como os de Aristóteles, São Tomás de Aquino, Freud, entre outros, contribuíram para a condenação da mulher ao campo da ignorância, da domesticidade, da submissão, do silêncio, da penitência e da resignação, dada sua natureza inferior. Isso, de certa forma, possibilitou a constituição de um saber-poder capaz de instituir valores morais no campo das filosofias, da política e da religião, delimitando o espaço feminino, por meio de densas redes discursivas.

Essa situação também nos faz indagar sobre a vontade de verdade e os recortes discursivos que remetem à construção dos papéis sociais, que estão o tempo todo buscando a renaturalização, pois, segundo Foucault (2014a, p. 112-113), “não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo”. A ideia de reduzir o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta ou à sua legitimidade matrimonial não é capaz de explicar nem os múltiplos objetivos propostos, nem os inúmeros meios colocados em ação para definir às políticas sexuais relacionadas aos dois sexos.

O importante é como este saber sobre o corpo emergiu das práticas sociais do controle e da vigilância e como este saber “fez nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 8). Para Foucault, o interessante seria ver “um sujeito que se constitui no interior da história, e que é a cada instante fundado e refundado

pela história” (FOUCAULT, 1995, p. 10), e não retratado através da história a partir de verdades produzidas. Segundo Gregolin (2003, p. 89), o corpo também é “objeto das disciplinas; não apenas enquanto lugar das ações disciplinares, mas também enquanto depositário de um pensamento ordenado e representacional e, por isso, capaz de atribuir particularidades àquilo que pensa”. Esse corpo discursivizado, além de servir para comunicar, é ao mesmo tempo um objeto simbólico e político. Simbólico no sentido de representar um objeto e político no sentido de que representa uma luta pelo poder.

De acordo com Sousa (2012, p. 46), é por meio de instituições disciplinares como a prisão, a fábrica, o hospital, a escola, mídia etc. que, “a sociedade de controle desenvolve mecanismos cada vez mais democráticos, distribuídos pelos corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas) e cérebros (em sistema de comunicação, redes de informação dos cidadãos). Esse mecanismo disciplinar, segundo Foucault (2007, 2014a), não tem apenas a função de reprimir, de censurar, excluir, ele é capaz de produzir um saber, ou melhor dizendo, uma vontade de saber, por meio dos discursos. De acordo com Foucault (2014a, p. 110), “os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele”. Para o autor, é preciso admitir um jogo complexo e incerto, no qual o discurso pode ser instrumento e efeito de poder, como também obstáculo, “ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2014a, 110).

Isso porque esses discursos, além de irem contra uma determinada conduta, “revelam a inscrição ideológica destes sujeitos, que, na história, se opõem e se embatem” (FERNANDES, 2012, p. 32). Essas batalhas discursivas são produto de práticas sociais e históricas determinadas, pois não se pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar ou tempo. É preciso se submeter à ordem do discurso, é preciso descrever a materialidade dos enunciados, é preciso conhecer suas regras de controle, sua inserção em determinadas formações discursivas, o espaço e o tempo em que esses enunciados se realizam.

São essas redes discursivas que fazem emergir determinados regimes, práticas, condutas, bem como os diferentes efeitos de verdade quanto “à busca de si” (MILANEZ, 2006, p. 153). É essa busca de si que irá interrogar certas “verdades históricas” construídas pelo homem ao categorizar o gênero feminino.

Segundo Rago (1998, p. 3), “[...] as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina”, que por anos ficou às margens da sociedade. Isso resultou na produção de um contradiscurso de resistência, que veio provocar profundas mutações sociais, inclusive na produção do conhecimento científico, nos séculos XX e XXI.

Para investigar a politização do corpo em enunciados sobre a sexualidade feminina, adotamos uma metodologia que se vincula a uma proposta foucaultiana de análise do discurso, de linha francesa, analítico-descritiva das articulações entre a materialidade dos enunciados presentes nas capas da revista *Veja*, seu agrupamento em discursos, sua inserção em determinadas formações discursivas e não outras, sua circulação através de práticas, sua dispersão, seu controle, suas regras de aparição, sua inscrição em um arquivo histórico. Dessa forma, seguimos as orientações da Análise do Discurso de não separar em pólos teoria e metodologia.

Nosso corpus de pesquisa origina-se da coleta e seleção de algumas das capas da revista *Veja* que circularam entre 1968 e 2018. A escolha das revistas selecionadas se deu a partir uma longa pesquisa, onde foram vistas todas as publicações feitas pela revista nos seus 50 anos (as revistas foram acessadas via site da própria revista *Veja*), em seguida selecionamos algumas, as quais foram revistas/lidas, posteriormente buscamos trabalhos/pesquisas publicadas em âmbito nacional relacionadas as capas escolhidas para então, traçarmos os caminhos a serem percorridos pela nossa pesquisa. Elegemos duas vertentes a serem analisadas: a luta social e política das mulheres e a metamorfose feminina que retratam, ainda que de forma sucinta, a marcha das mulheres nesses 50 anos de publicação da revista. As capas selecionadas foram: n. 01 de 11 de setembro de 1968; n. 629 de 24 de setembro de 1980; n. 1351A de 03 de agosto de 1994; 1535 de 24 de fevereiro de 1998; n. 65 edição especial mulher de junho de 2006; n. 21 de 24 de fevereiro de 2010; n. 2189 de 03 de novembro de 2010; n. 2511 de 04 de janeiro de 2017; n. 2564 de 10 de janeiro de 2018.

Nossos estudos foram embasados nos autores Agamben (2009), Araujo (2004), Brandão (1996), Butler (2016), Deleuze (1990), Fernandes (2005, 2007, 2008, 2012), Foucault (1995, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2015, 2016), Gregolin (2003), Heller (2013), Milanez (2004, 2006, 2011), Perrot (2016), Pêcheux (1975, 1997), Rago (1998, 2004, 2011, 2013, 2014, 2017), Sousa (2012), Swain (2001, 2011), Tatau Godinho (2016), Veyne (2014), Zilberman (1993) e outros.

Para fundamentação teórica, descrição e análise dessas capas de revista *Veja*, dividimos esta tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos sobre o conceito de discurso, enunciado, formação discursiva, com o intuito de fortalecer nossa pesquisa de cunho analítico-descritiva, por meio do método arqueogenealógico, descrevendo e analisando como uma revista é capaz de instituir determinados saberes e poderes, apoiando-se na tradição, na ciência e na religião, produzindo

subjetividades. Ao retomarmos tais conceitos fundamentais para nossa pesquisa, instituímos a base para a compreensão da emergência do dispositivo discursivo poder-saber presente nas capas da revista *Veja*.

Já o segundo capítulo é dedicado às instâncias do saber, poder e subjetividade e aos processos de subjetivação e aos efeitos de verdade. O terceiro capítulo tem como base a noção de dispositivo, como elemento heterogêneo que é capaz de sustentar, seja como dispositivo de segurança ou de sexualidade, determinados discursos sobre “ser mulher” na sociedade contemporânea, partindo de um a priori histórico quanto a noção de gênero, o qual insiste em designar o espaço da mulher na sociedade contemporânea.

O quarto capítulo contempla aspectos fragmentados sobre a genealogia da marcha das mulheres, sua representatividade e os movimentos de resistência quanto à estigmatização de um modelo feminino dócil e invisível aos olhos do mundo que insiste em imagens do feminino, ligados ao dispositivo de aliança/sexualidade, ancoradas na memória discursiva de uma sociedade patriarcal. O quinto capítulo, é composto pelas análises das capas da revista *Veja*, selecionadas no período de 1960 a 2018. Posterior aos capítulos seguem nossas considerações finais e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DO DISCURSO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Foucault

A Análise do Discurso é considerada uma disciplina de caráter interdisciplinar e “sua constituição no campo da Linguística, decorre do entrecruzamento de teorias de diferentes campos do saber” (FERNANDES, 2005, p. 65). Esse entrecruzamento de teorias compreende três áreas do conhecimento científico: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso.

O Materialismo Histórico é entendido, segundo Fernandes (2005), como a teoria das formações e transformações sociais, pois é na/pela história que podemos observar as condições de produção do discurso, ou seja, o surgimento de um determinado enunciado em um dado momento/espço e não outro em seu lugar.

A Linguística ocupa-se dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação. São esses elementos linguísticos que, para a Análise do Discurso, possibilitam a materialização dos discursos, e é por meio do material de análise que se pode observar a inter-relação característica da linguagem frente à sua exterioridade. Já a Teoria do Discurso dedica-se “a determinação histórica dos processos semânticos” (FERNANDES, 2005, p. 66), ocupando-se com a produção dos sentidos, resultantes dos fenômenos históricos.

Portanto, a constituição desse campo disciplinar na Linguística voltado para as condições de produção do discurso, que emergiu a partir da década de 1960, resulta deste entrecruzamento entre as três áreas do conhecimento científico que constituem a teoria da Análise do Discurso, e que “são atravessados por uma teoria subjetiva de ordem psicanalítica, que traz o inconsciente para o interior de suas reflexões” (FERNANDES, 2005, p. 68). Essas reflexões revelam a relação da linguagem com sua exterioridade, denominada aqui como materialismo histórico, o qual atravessa o campo da Linguística para constituir a Análise do Discurso.

Para compreendermos a constituição teórica dessa disciplina, Fernandes (2005) pontua quatro referências fundadoras da Análise do Discurso, embasando-se nos estudos de Gregolin (2003), que são: o atravessamento da Linguística pelo Marxismo, característico à

explicitação do objeto da Análise do Discurso que é o discurso, o qual resulta da relação entre o linguístico e o histórico; a problematização das bases epistemológicas da Análise do Discurso quanto a pluralidade e as singularidades dos objetos; o discurso como objeto de estudo que encontra-se como um espaço de enfrentamento teórico, pois o objeto de análise indica elementos da história específicos que resultam a uma volta à teoria; a Análise do Discurso compreende a língua, o sujeito e a história, em exercício, pois a teoria do discurso indica uma explicação histórica dos processos semânticos, e, conseqüentemente, uma disseminação dos sentidos.

Diante dos apontamentos supracitados e para compreendermos melhor o objeto de análise do discurso, abordamos, neste capítulo, os pressupostos teóricos sobre o conceito de discurso, enunciado e formação discursiva, sobre os quais nos fundamentamos para o desenvolvimento de nossa pesquisa *A politização do corpo na “marcha das mulheres” um dispositivo de discurso e de poder*, tendo como objeto de análise os enunciados da capas da revista *Veja* selecionados ao longo dos 50 anos de publicação da revista. Seguimos o percurso da arqueologia do saber, revisitando os estudos de Araújo (2004), Brandão (1996), Fernandes (2005, 2007, 2012), Gregolin (2003), Pêcheux (1997), Possenti (2004), dando ênfase às reflexões de Foucault (2007), as quais se constituem como base epistemológica para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Ao apresentarmos o conceito de discurso como prática, abordaremos também aspectos relacionados aos acontecimentos discursivos e às condições de produção do discurso. Após a noção de enunciado, nossos olhares se voltaram para a função enunciativa e a formação: dos objetos, das modalidades discursivas, do conceito e das estratégias. Em sequência, abordaremos a noção de formação discursiva, a descrição arqueológica e a noção de sujeito na Análise do Discurso, por entender que esses apontamentos são importantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Diante do exposto, a seguir, tratamos do conceito de Discurso.

1.1 Conceito de Discurso

Araújo (2004) afirma que a noção foucaultiana de discurso como prática tem muito a contribuir para a Análise do Discurso por ter como propósito o funcionamento das práticas discursivas em determinadas configurações de saber, em determinadas épocas. Para a autora, o discurso é uma prática, a qual “obedece a determinadas regras, relativas a essa mesma prática e não impostas de fora por alguma consciência transcendental” (ARAÚJO, 2004, p.

222). E ressalta que os discursos não são um depósito de objetos determinados, mas que devem ser considerados como conjunto de signos, uma vez que fazem mais do que designar, eles são práticas que constituem os objetos de que falam. E, conseqüentemente, existe sob as condições de um feixe de relações, as quais são “estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistema de normas técnicas, tipos de classificação” (FOUCAULT, 1969, p. 61-62 apud ARAÚJO, 2004, p. 221).

Araújo (2004) afirma ainda, que existem três tipos de relações: as primárias que se formam entre os processos e instituições sociais, política, econômicas, as macrorrelações; as secundárias, que são compostas de intencionalidade e de autoria pessoais; e, por último, as relações propriamente discursivas, as quais não são internas ao discurso, por conseguinte, não relacionam conceitos ou palavras, nem constituem relações dedutivas entre proposições, no entanto, indicam, isto é, determinam que relações o discurso permite ou proíbe, em uma determinada época, para que um certo domínio de objetos se estabeleça para um saber, podendo desta forma ser nomeados, denominados, investidos por ciências ou reprogramados por tecnologias.

Segundo Araujo (2004, p. 231), “[...] o discurso é constituído pelos enunciados que se dispõem numa formação discursiva na qual eles se encontram em relações determinadas, regidas pelos princípios da reutilização, da dispersão, da exterioridade, do acúmulo, da efetividade”. Portanto, as relações discursivas nos possibilitam reunir uma sucessão de acontecimentos disseminados, dispersos em nosso mundo de discursos, permitindo a análise de um conjunto de enunciados que em um dado momento histórico emergiram como parte de “uma consciência coletiva” (FOUCAULT, 2007, p. 24). Entretanto, esse feixe de relações discursivas não pode ser considerado como algo estático, homogêneo, por se tratar de um campo complexo de discursos que o indivíduo deixa em volta de si.

Ainda, de acordo com Foucault (2007, p. 28),

[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria somente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um “já-mais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro.

Para o autor, a análise histórica do discurso não está centrada na busca de uma origem capaz de escapar a toda uma delimitação histórica, mas a interpretação de um já-dito, o qual “seria, ao mesmo tempo, um não dito” (FOUCAULT, 2007, p. 28). Portanto, é necessário estar pronto para acolher cada instante do discurso em sua irrupção de

acontecimentos, abdicando de todos os motes que garantem a interminável continuidade do discurso.

É preciso, de acordo com Foucault (2007), tratar o discurso no jogo de sua instância, pois o discurso é considerado, segundo Fernandes (2012, p. 19), como “enunciados materialmente existentes”, constituídos por processos histórico-sociais. O que não significa ignorar ou recusar as formas de continuidade do discurso que se valem de pleno direito, mas movimentar essa calma com a qual as aceitamos e, muito menos, justificá-las por si mesmas. Trata-se de reconhecer que existem outras questões que devem ser analisadas, além das construções legitimadas, como sua estrutura, sua sistematicidade, sua transformação, reconhecendo a emergência de um outro feixe de questões, que à primeira vista, passa despercebido, mas que é constituído por um conjunto de enunciados efetivos.

De acordo com Foucault (2007), o enunciado é o percurso de uma contradição a outra, a qual dá lugar às que enxergamos, e ao mesmo tempo é a que obedece à que oculta. Ao caminhar na direção contrária a interpretação da análise feita pela história tradicional, Foucault (2007) passa a realizar seus estudos focalizando os acontecimentos como discursivamente produzidos, em sua descontinuidade, substituindo os questionamentos tradicionais por interrogações de outra natureza como:

Que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipos de séries instaurar? Que critérios de periodização adotar para cada uma delas? Que sistema de relações (hierarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra? Que série de séries pode ser estabelecida? E em que quadro, de cronologia ampla, podem ser determinadas sequências distintas de acontecimentos? (FOUCAULT, 2007, p. 4)

Ao buscar alcançar as respostas para suas indagações metodológicas, Foucault (2007) passa a ter como foco os fenômenos de ruptura, procurando as interrupções, os deslocamentos e as transformações dos conceitos, substituindo a tradição e o rastro pelo recorte e o limite.

Assim, analisar o discurso é fazer com que essas contradições desapareçam e reapareçam, demonstrando o jogo que essas relações desempenham dentro do discurso. E é nesse entrecruzamento entre as contradições que funcionam como regularidades que podemos observar a interdisciplinaridade constitutiva da Análise do Discurso, que compreende, de forma inseparável o sujeito, a história, a ideologia e o discurso.

Antes de discorrermos sobre a noção de enunciado e formação discursiva, nas quais nos apoiamos para o desenvolvimento desta pesquisa, apresentamos alguns apontamentos

sobre acontecimentos discursivos e condições de produção de discurso, fundamentando nossos estudos em Brandão (1996) e Foucault (2007), pois ao analista do discurso, interessa o acontecimento, o qual é da ordem discursiva.

1.1.1 Acontecimentos discursivos

A descrição dos acontecimentos discursivos se distingue naturalmente da análise linguística da língua, por utilizar uma rede de enunciados que define a partir desse conjunto as normas, as regras que permitem a emergência de outros enunciados diferentes daqueles, pois, de acordo com Foucault (2007, p. 30), “[...] uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos”. Logo, o campo dos acontecimentos discursivos, mesmo sendo incontáveis em sua extensão e superando sua capacidade de registro, de memória ou de leitura, sempre constituirá um conjunto finito.

Diferentemente das questões colocadas pela análise da língua a propósito de qualquer fato de discurso (estrutura, regras, sistematicidade, coerência, transformações), a descrição de acontecimentos discursivos propõe uma outra questão: por que um determinado enunciado e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2007). Podemos observar que essa descrição do discurso se contrapõe à história do pensamento, já que um sistema de pensamento não pode ser reconstituído, com base em um conjunto definido de discursos.

Esse conjunto de discursos busca encontrar, além dos enunciados, a intenção do sujeito ao pronunciar determinados enunciados, sua ação consciente. Em outras palavras, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que surgiu involuntário quanto ao que disse ou da quase invisível ruptura de suas palavras. Trata-se, portanto, de reconstruir um outro discurso, de encontrar a palavra muda que emerge do interior à voz que ouvimos, de reconstituir o texto pequeno e imperceptível que passa, perpassa, percorre a fissura das linhas escritas e, que, às vezes, desordena, bagunça, desarruma.

A análise do campo discursivo é direcionada de modo diferente, pois não segue uma estrutura pautada apenas nos universais. Trata-se, para Foucault (2007, p. 31), antes de tudo, de entender “o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”. Para o autor, a compreensão do enunciado não se encerra na busca sob o que está claro, evidente, mas sim como demonstrar o porquê de não outro enunciado em seu

lugar, de que forma exclui qualquer outro, de que maneira ocupa determinado espaço em meio a outros enunciados e como se relaciona a eles. Desse modo, o apagamento sistemático dos elementos aceitos possibilita reconstituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento, pois “[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2007, p. 31).

Esse acontecimento discursivo, de certo modo, por um lado, está ligado a um ato de escrita ou à articulação de uma palavra, já, por outro lado, este mesmo acontecimento “abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória” (FOUCAULT, 2007, p. 31), haja vista que todo acontecimento é único, porém o mesmo se apresenta aberto à transformação, à reiteração, à sucessão, à reativação, uma vez que ele não está ligado apenas a fatos ou consequências que foram ocasionadas ou provocadas por ele, mas a enunciados que o antecedem e o seguem. Dessa forma, os acontecimentos discursivos não podem ser restabelecidos isoladamente, pois é necessário torná-los livres para descrever os jogos de relações que emergem deles.

Portanto, descrever esses acontecimentos discursivos sem limitações implica na aceitação de um recorte provisório quanto ao enunciado a ser analisado, considerando não a sua estrutura formal, nem suas leis de construção, mas as regras e as condições de produção que possibilitaram seu aparecimento, as quais passamos a descrever a seguir.

1.1.2 Condições de produção do discurso

Brandão (1996) ao discorrer sobre as condições de produção do discurso, embasou-se nas considerações de Courtine (1981) sobre as origens que as fundamentaram, que seriam três. A primeira, origina-se da “análise do conteúdo tal como é praticada sobretudo na psicologia social” (BRANDÃO, 1996, p. 35). Já a segunda tem como origem, indiretamente, a sociolinguística, na medida em que esta admite variáveis sociolinguísticas (que envolvam o estado social do emissor, do destinatário e as condições da situação de comunicação) como autores responsáveis pelas condições de produção do discurso.

A terceira, segundo Brandão (1996, p. 35), “tem uma origem implícita no texto de Harris, *Discourse Analysis* (1952): nele não figura o termo condições de produção, mas o termo situação”, este colocado em correlação com o termo de discurso, ao referir-se ao fato de fazer parte do discurso apenas as frases “que foram pronunciadas ou escritas umas em seguida das outras por uma ou várias pessoas em uma só situação” (BRANDÃO, 1996, p. 35) ou apenas por estabelecer uma relação entre as peculiaridades, ou melhor, as características

individuais de um determinado enunciado e “as particularidade de personalidade que provêm da experiência do indivíduos em situações interpessoais condicionadas socialmente” (COURTINE, 1981, p. 20 apud BRANDÃO, 1996, p. 35). Para Brandão, essa noção de situação ainda não é suficiente para determinar as condições de produção do discurso, pois estão mais próximas da formulação de condição de produção elaborada pela análise de conteúdo da psicologia social ou da sociolinguística.

Ainda seguindo essas concepções de origem, Brandão (1996) apresenta dois conjuntos de definição da noção de condição de produção que sucederam as três postuladas acima por Courtine (1981). O primeiro, denominado também por Courtine, como definições empíricas, e o segundo como um conjunto de definições teóricas que aparecem ao lado da noção de formação discursiva, desde 1971 na Análise do Discurso.

A primeira definição empírica geral da noção de condição de produção emergiu na década de 1970 com Michel Pêcheux. Ele associou a noção no esquema “informativo” de comunicação concebido por Jakobson (1963), o qual colocava em cena os protagonistas do discurso e o seu referente, permitindo assim compreender as condições históricas da produção de um discurso (BRANDÃO, 1996). Pêcheux considerou a representação, segundo Brandão (1996, p. 36), “de lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia” e não a presença física “de organismos humanos individuais”. Desse modo, o processo das condições de produção do discurso, na visão de Michel Pêcheux, possibilitou instituir as estratégias do discurso, sem romper com as origens psicossociológicas, presentes na primeira fase.

Essa tentativa de definição da noção de condição de produção do discurso pôde ser observada em outros trabalhos ligados a outras áreas de estudo como a sociologia funcionalista de Parsons e o interacionismo psicossociológico de Goffman, segundo Courtine (1981, apud BRANDÃO, 1996, p. 36). O que resultaria, ainda na visão de Courtine, no apagamento das determinações históricas que seriam sobrepostas pelo plano psicossociológico, deixando de existir uma categorização hierárquica teórica dos planos de referência.

Assim, com base nos estudos supracitados, Courtine (1981, apud Brandão, 1996, p. 37), propõe “uma definição de condição de produção que não seja atraída por essa operação psicologizante das determinações históricas do discurso, fazendo-as transformarem-se em simples circunstâncias”. O autor postula uma redefinição dessa noção formada a partir da análise histórica das diferenças, das contradições ideológicas existentes na materialidade dos discursos e vinculada teoricamente ao conceito de formação discursiva, do qual falaremos

posteriormente.

A seguir, passamos à noção de enunciado, fundamentando nossos estudos nos postulados teóricos de Fernandes (2007), Araujo (2004), Fernandes (2007, 2012), Possenti (2004), Pêcheux e Fuchs (1975), Sargentini, Sá e Ribeiro (2011), estabelecendo as concepções de função enunciativa, a formação dos objetos, das modalidades discursivas, dos conceitos e das estratégias.

1.2 A noção de enunciado

A noção de enunciado e sua articulação na análise do discurso tem como objetivo demonstrar a atualidade desse conceito e sua contribuição teórico-metodológica para a área, visto que, além de ter um lugar definido no método arqueológico, ele também tem um lugar na genealogia foucaultiana. Fernandes (2007) afirma que a noção de enunciado viabiliza pensar a Análise do Discurso no interior da Linguística, pois a presença dessa disciplina simboliza uma importante colaboração quanto ao aspecto metodológico e, conseqüentemente, sua relação com a História. Ainda segundo Fernandes (2007), a Análise do Discurso não pode ser pensada em partes, pois, ao se pensar em teoria, também se pensa em metodologia, portanto a teorização do conceito de enunciado proporciona ainda pensar sobre a constituição de um corpus.

Segundo Araujo (2004), não se pode apenas olhar para os encadeamentos linguísticos, para as frases constituídas pela gramática, ou para o velho significante, mas também não é suficiente olhar apenas para a vertente do significado. É preciso olhar para a importância que situa, segura e sustenta o fator linguístico, que é a dimensão do discurso. A autora afirma que Foucault inverte os níveis de análise e de estruturação epistemológica da linguística, ele faz o caminho inverso, parte do discurso para a frase gramatical, e não o contrário. Desse modo, o estudioso faz esse caminho “para mostrar o enunciado como acontecimento na e da ordem saber”, distanciando-o das noções rotineiras “de obra, autor, gênio, origem, evolução, história das ideias” (ARAUJO, 2004, p. 219), pois, como afirma Fernandes (2012), a língua e o enunciado não estão na mesma posição de exigência. E caso os enunciados sejam conectados diretamente a uma dessas cadeias, perde-se de vista o domínio próprio dos enunciados quanto à dispersão dos acontecimentos, portanto, para que se possa encontrar a dimensão discursiva, deve-se evitar qualquer tipo de amarras de uma teoria, bem como explicações fenomênicas, ou até mesmo a busca por causas determinantes, que têm valor para o historiador das ideias, mas não para o analista do discurso.

O enunciado, à primeira vista, pode aparecer como um elemento decisivo, indivisível, passível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros componentes semelhantes a ele; ou como um ponto sem a base, mas que, de certa forma, pode ser demarcado em instâncias de repartição e em traços específicos de agrupamentos; ou como um fio que aparece na superfície de uma trama, da qual é o elemento constituinte; ou ainda como “um átomo do discurso” (FOUCAULT, 2007, p. 90). Esses motes, todavia, não definem o enunciado, mas fazem emergir determinadas questões que são postuladas por Foucault (2007, p. 91), como

se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizam como frase, ou, ainda, à que os “analistas” tentam demarcar sob o título *speech act*? Que lugar ocupa entre toda as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, mas cuja teoria, muito frequentemente, está longe de ser acabada, tão difíceis os problemas que colocam, tão penoso, em muitos casos, delimitá-los de forma perigosa?

Estas questões levantadas por Foucault demonstram sua preocupação quanto ao método a ser utilizado para descrever o enunciado, pois, apesar de ser composto por signos, os quais se definem em sua individualidade, no interior de um sistema linguístico, ele não existe da mesma forma que a língua, nem da forma que os objetos apresentados à percepção (apesar de serem dotados de uma certa materialidade, podendo serem situados, de acordo com coordenadas espaço-temporais). Isso porque o enunciado não está no nível da frase, da proposição ou do ato de linguagem, mas, ele em sua singularidade é indispensável para que se possa falar se há ou não frase correta, se a proposição é legítima, se o ato de linguagem está de acordo com os requisitos exigidos para sua realização.

Segundo Foucault (2007, p. 98), é “essa função que é preciso descrever agora como tal, ou seja, em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza”. Ainda, segundo o autor, o enunciado não poderia ser considerado uma unidade elementar, a qual se somaria ou se misturaria aos elementos descritos pelas gramáticas ou pela lógica. Para Foucault (2007), descrever um enunciado significa definir as condições de sua emergência, sua função de existência.

Portanto, o que permite descrever os enunciados em sua própria dimensão, ao ser estabelecido um corpus, é a análise das regras que possibilitaram a construção de todos os enunciados possíveis, isto é, o que possibilitou a emergência de um determinado enunciado e não outro em seu lugar, a partir de um conjunto finito de regras, que ao mesmo tempo não

desconsidera a natureza histórica dos enunciados, nem as condições de emergência dos mesmos que advêm da história, como afirma Fernandes (2012, p. 34), “há sempre um conjunto de formulações que o antecedem e o sucedem: que o relaciona ao passado e ao futuro”. Isso porque permite o estabelecimento de certas ligações com acontecimentos de outra ordem, já que os enunciados não se referem a um único objeto, como algo pronto e acabado em uma determinada realidade, uma vez que os objetos mudam, transformam-se “conforme a formação discursiva em que se encontram dispersos” (ARAUJO, 2004, p. 220).

Araujo (2004, p. 231), afirma que

Por tudo isso Foucault entende que o enunciado é um certo objeto produzido, manipulado, utilizado, transformado, composto, decomposto, destrutível. Não basta que seja datado, pois a materialidade deve ser suscetível de repetição que obedece a condições particulares, o que faz com que ele tenha certo estatuto, entre em uma rede discursiva, onde pode ser transformado, circular, servir ou não a interesses, ser objeto de disputa, tema a ser investido. Enfim, ele produz efeitos.

E são esses efeitos que revelam a multiplicidade de enunciações, bem como a alteração da identidade do enunciado, tornando-o mutável. Essa transformação decorre da historicidade visto que, segundo Foucault (2007, p. 119), “o enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se um tema de apropriação ou de rivalidade”, reiterando a asserção de discurso como práticas discursivas que são definidas pelo status do sujeito que fala, pelos lugares e posições que assume ao falar, criando, assim, um campo de regularidades para variadas posições de subjetividade, as quais serão abordadas em um capítulo posterior. Na sequência, passamos a concepção de função enunciativa.

1.2.1 A função enunciativa

De acordo com Possenti (2004), existem diversas maneiras de conceber a enunciação, porém, existem duas que são fundamentais. A primeira análise enunciativa se ocupa de avaliar em que medida determinadas “‘marcas’ da língua são, elas mesmas, como que destinadas a assinalar a enunciação” (POSSENTI, 2004, p. 375). Já a segunda análise enunciativa busca “verificar em que medida, o próprio ato de elaboração, produção de uma “superfície discursiva”, a disposição dos enunciadores é marcada” (POSSENTI, 2004, p. 376) por procedimentos metaenunciativos, praticados no interior da formação discursiva, a qual o

enunciador não só pertence, mas é condicionado a trabalhar para que a sequência que produz possa ser uma das que podem ser ditas.

Para exemplificar melhor a definição do conceito de função enunciativa, Possenti (2004), recorre a uma citação de Pêcheux e Fuchs (1975, p. 176), por expressar claramente o processo enunciativo,

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornando preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo de discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. Essa zona do “rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor – visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele queria dizer” – que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona”.

Possenti (2004) argumenta, a partir dos dizeres de Pêcheux e Fuchs (1975), que, ao situar o dito, imediatamente se rejeita o não-dito, o que não significa que quem diz algo não diz outra coisa, pois não se pode dizer duas coisas no mesmo momento. Isso implica não em uma seleção paradigmática do que pode ou não ser dito, em termos de língua, mas de manifestar uma posição discursiva. Outro aspecto apontado por Possenti (2004, p. 377) é o fato de “a enunciação consistir em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco”. Isto é, o processo enunciativo não implica apenas os aspectos do dito e do não-dito, ele não consiste apenas no que é evidenciado, mostrado ou retratado, descrito, mas no que é praticado, demarcando, assim, os limites entre o discurso que se faz enunciar e os outros discurso que lhe são contrários, isto é rejeitados.

Portanto, a compreensão de enunciado requer a explicitação do exercício da função enunciativa, bem como suas condições de produção, suas regras de controle e o campo em que se realiza, pois o enunciado, como foi dito anteriormente, não é uma estrutura, mas uma função de existência. É esse modo singular de existência que Foucault (2007) passa a questionar, se o enunciado não é um sintagma, nem regra de construção, então, o que faz com que exista todo um conjunto de signos com suas regras e formas se atualizem? Para tentar responder a essas questões, Fernandes (2007) argumenta que é necessário buscar na exterioridade de um determinado enunciado suas regras de aparição, bem como a relação que este mantém com o que enuncia. Isto é, “o enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento” (FOUCAULT, 2007, p. 100), e sua relação com o que enuncia não é igual,

nem semelhante a um conjunto de normas de utilização, isto é, trata-se de uma relação singular, na qual os elementos podem ser basicamente iguais, entretanto, o enunciado não é o mesmo.

Desse modo, o correlato do enunciado não pode ser definido como um estado de coisa ou até mesmo como uma relação suscetível de verificar a proposição, mas como um conjunto de domínios em que determinados objetos podem apresentar-se e em que tais relações podem ser identificadas. Para Foucault (2007, p. 103), o enunciado está antes ligado a um “ ‘referencial’ que não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”.

E é este referencial do enunciado que forma o lugar, a circunstância, o campo de emergência, a necessidade de diferenciação dos sujeitos ou dos objetos, da disposição das coisas, bem como das relações que são colocadas em jogo pelo próprio enunciado, definindo as possibilidades de aparecimento e de delimitação quanto ao seu sentido, caracterizando o nível enunciativo da formulação, atribuindo ou não à proposição seu valor de verdade, permitindo descrevê-lo. Assim, descrever um enunciado não se resume em analisar apenas as relações entre o sujeito do discurso e o dito, mas em estabelecer, definir a posição que o indivíduo pode e deve ocupar para ser seu sujeito. Logo, para que uma sequência de elementos linguísticos possa ter lugar e status de enunciado, é necessário que esta esteja imersa em um campo enunciativo, estabelecendo relações possíveis com o passado e o futuro.

Portanto, de acordo com Foucault (2007, p. 124), “a análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas”, não questiona o que escondem, mas, ao contrário, pergunta de que modo existem, por que se manifestaram, e por que deixaram traços para uma reutilização.

Para compreendermos como se estabelece este campo enunciativo precisamos voltar nosso olhar para a formação dos objetos de discurso, o qual passamos a tratar a seguir.

1.2.2 A formação dos objetos

Para estabelecer o regime de existência enquanto objeto de discurso, Foucault (2007) inicialmente apresenta três aspectos a serem observados: a demarcação das superfícies de sua emergência, a descrição das instâncias de delimitação e a análise das grades de especificação. O primeiro irá apontar em que lugar pode ter surgido determinado objeto, em seguida serão

designadas e analisadas as diferenças existentes, pois essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diversas sociedades, nem nas diferentes épocas e muito menos nos diferentes discursos.

É a partir desses campos de diferenciação que se poderá definir aquilo de que se fala, dando-lhe, segundo Foucault (2007), o *status* de objeto, tornando-o nomeável e descritível. O segundo aspecto irá descrever as instâncias de delimitação, distinguindo-as, nomeando-as e instaurando-as como objeto do discurso. Já a análise das grades de especificações apresentará os sistemas, responsáveis por separar, contrapor, associar, agrupar e reagrupar, classificando as diferentes formações como objetos do discurso.

Esse conjunto de relações estabelecidas entre os três aspectos citados acima é que asseguram, ou melhor, definem a formação discursiva ao estabelecer o lugar e a lei de seu aparecimento como objeto do discurso. Para Foucault (2007), as condições de emergência de um objeto de discurso implicam uma série de condições e fatores, numerosos e importantes que devem ser observados, pois não se pode falar qualquer objeto em qualquer época. É preciso estabelecer um feixe de relações de semelhança, de afastamento, de transformação para que emerja um objeto de discurso. Já quanto às relações estabelecidas entre o objeto de discurso e as instituições, os sistemas de regras, as formas de comportamento, os tipos de classificação, as técnicas, Foucault (2007, p. 50) afirma que “essas relações não estão presentes no objeto”, nem definem sua constituição interna. O que permite seu aparecimento, sua semelhança a outros objetos, definindo sua diferença, sua heterogeneidade é ser “colocado em um campo de exterioridade” (FOUCAULT, 2007, p. 51).

Essas relações, por sua vez, se distinguem das chamadas relações primárias, seja qual for o discurso ou o objeto do discurso, e podem ser descritas entre instituições, sistemas de regras, formas de comportamento, técnicas etc. O que não exclui as relações secundárias, as quais podem estar elaboradas no próprio discurso, possibilitando todo um conjunto de descrições possíveis envolvendo o sistema das relações primárias, o sistema das relações secundárias e o sistema das relações discursivas. Essas relações discursivas, por sua vez, não são internas ou externas ao discurso, elas se encontram, de alguma forma, no limite do discurso, determinando o feixe de relações que o discurso deve efetivar para descrever tal objeto, analisando “o próprio discurso enquanto prática” (FOUCAULT, 2007, p. 52).

Para Foucault (2007, p. 52),

[...] não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que

podem aparecer, em que podem ser delimitadas, analisadas e especificadas.

Logo, a prática discursiva configura-se por um conjunto de regras próprias de uma prática que possibilita formá-lo como objeto de discurso, constituindo assim as suas condições de materialidade histórica, por meio da formação das modalidades discursivas, dos conceitos e das estratégias que passamos a abordar a seguir.

1.2.3 A formação das modalidades discursivas, dos conceitos e das estratégias

As várias modalidades de enunciação manifestam sua dispersão nos mais variados lugares, condições ou posições que podem ocupar ou receber ao exercer um discurso, na ruptura dos planos no lugar em que se fala. Estes planos estão ligados pela singularidade de uma prática discursiva, que não é posta por uma atividade sintética, nem por uma atividade anterior a qualquer palavra.

O que se busca, por meio dessa prática discursiva, segundo Foucault (2007, p. 61), “é um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade”. Isso porque, o discurso não é concebido como uma manifestação de um indivíduo que pensa, reconhece, e que o fala, pelo contrário, o discurso é concebido como um conjunto em que podem ser estabelecidas a dispersão do sujeito e sua ruptura, ou melhor dizendo, sua “descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2007, p. 61). Como foi dito anteriormente, é no espaço de exterioridade que podemos observar o desenvolvimento de uma trama de lugares diversos, diferentes, porém distintos, capazes de definir o regime dos objetos singulares de uma formação discursiva, definindo, assim, o regime de suas enunciações.

Foucault (2007) afirma que a formação dos conceitos não pode, de forma alguma, ser colocada em um determinado espaço, pois é necessário descrever a sistematização do campo de enunciados em que emergem e circulam. Essa sistematização compreende, a princípio, formas de sucessão, entre as quais estão as diversas organizações das séries enunciativas (a ordem das inferências, a ordem das descrições, as distribuições espaciais, a ordem das narrativas e a forma pela qual os acontecimentos do tempo estão divididos na continuidade linear dos enunciados), os diferentes tipos de ligação dos enunciados.

Para Foucault (2007), o que rege o aparecimento e a repetição dos conceitos são: a organização dos enunciados e sua sistematização em conjuntos determinados; a forma de transcrever o que se analisa e de reconstituir, na trama dos enunciados, uma trajetória perceptiva; a relação e o jogo de submissões entre descrever, organizar em traçados

singulares, caracterizar e classificar; a posição mútua entre as observações singulares e os princípios gerais; “é o sistema de dependência entre o que se aprendeu, o que se viu, o que se deduz, o que se admite como provável, o que se postula” (FOUCAULT, 2007, p. 63).

Assim, a configuração do campo enunciativo apreende as formas de coexistência, delineando, a princípio, um campo de presença, no qual as relações instauradas podem ser da ordem, de acordo com Foucault (2007, p. 63-63), “da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro”, podendo ser explícitas ou implícitas. Logo, é partir da configuração do campo enunciativo que se torna possível definir os procedimentos de intervenção que podem ser aplicados aos enunciados. Entretanto, não podemos ter em mente que estes procedimentos, de maneira alguma, são os mesmos para todas as formações discursivas.

Logo, sistema de formação não pode ser compreendido apenas pela coexistência, pela justaposição, ou até mesmo pela interação dos elementos heterogêneos como as instituições, as técnicas, os grupos sociais, as relações entre discursos diversos, mas sim pela prática discursiva. Por isso, as escolhas estratégicas não manifestam uma visão de mundo ou uma predominância de interesses de um ou outro sujeito falante, mas sim por um sistema vertical de dependências (conceito, modalidade de enunciação, objeto, estratégia). Foucault (2007, p.82-83) explica que,

Por sistema de formação é preciso, pois compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organiza tal ou tal estratégia.

Podemos observar que é este sistema de formação que demarca, que define o sistema de regras, e que, portanto, deve ser colocado em prática, estabelecendo assim um outro processo de mudança em outros discursos, desencadeando, assim, uma nova estratégia, resultando novas enunciações ou novos conceitos.

Para compreendermos melhor essas formações que constituem o enunciado dentro das práticas discursivas, passamos agora a tratar do *a priori* histórico e da noção de arquivo para a Análise do Discurso.

1.2.4 *A priori* histórico e a noção de arquivo

É por meio da forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) que se definem um campo em que “podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos” (FOUCAULT, 2007, p. 144), portanto, o papel desenvolvido por essa positividade é que Foucault (2007) chamará de um *a priori* histórico.

Ao designar um *a priori* histórico, Foucault (2007) ressalta que o mesmo não poderia ser tomado como “condição de validade para juízos, mas como condição de realidade para enunciados” (FOUCAULT, 2007, p. 144). Para o autor, não se trata de recuperar, ou melhor dizendo, reencontrar o que poderia tornar autêntico um enunciado, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros enunciados, a singularidade de seu modo de ser, “os princípios segundo os quais existem, se transformam e desaparecem” (FOUCAULT, 2007, p. 144). Um *a priori*, não de verdades, as quais nunca poderiam ser ditas, ou sequer apresentadas à experiência, mas de uma história definida, estabelecida, uma vez que é das coisas realmente ditas.

Foucault (2007) ressalta que, mesmo sendo considerado impróprio o termo *a priori*, ele tem uma razão para ser usado, que é dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as lacunas abertas por sua não-coerência, em sua sobreposição e substituição mútua, em sua sincronia que não pode ser padronizada, nem unificada e em sua continuidade que não é dedutível. Portanto, o *a priori* tem que ser capaz de dar conta do fato de que o discurso não é composto apenas de um sentido ou de uma verdade, mas de uma história, a qual “não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2007, p. 144).

O *a priori* não escapa à historicidade, pois não compõe um sistema imutável, ao definir-se como um conjunto de regras que constituem uma prática discursiva. Regras que fazem os elementos se correlacionarem, esses, por sua vez, estão ligados por um feixe de relações que se modificam e transformam, permitindo, assim, compreender os discursos na lei do seu devir efetivo, considerando o fato de que tal discurso, em um determinado momento, seja capaz de acolher e utilizar, ou o inverso, apagar, esquecer ou desconhecer, uma determinada estrutura ou outra.

Assim, podemos observar que o domínio dos enunciados é articulado por um *a priori* histórico, caracterizado por diferentes tipos de positividade, e ao mesmo tempo dividido por formações discursivas distintas, deixando emergir o elemento inerte, raso e neutro, de acordo com o seu próprio movimento. Daí, surge um volume complexo, o qual, de acordo com Foucault (2007, p.146), “se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor”. Essa densidade das práticas

discursivas remete aos sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (compreendendo suas condições de produção e sua emergência) e coisas (compreendendo sua viabilidade e sua funcionalidade). Esses sistemas de enunciado (de um lado acontecimento, do outro, coisas) é que Foucault (2007) propõe chamar de arquivo.

Para o autor, o arquivo não pode ser representado pela soma de todos os textos que uma determinada cultura guardou em seu poder, como parte de seu passado ou como afirmação de uma identidade social. E, tampouco, como discursos, registrados e conservados, preservados pelas instituições de uma determinada sociedade, dos quais se quer ter lembrança. Ao contrário do que é posto pelo nível das performances verbais, do que é dito pelos homens há milhares de anos, pelas leis do pensamento ou do jogo das circunstâncias, Foucault (2007, p. 146) afirma que “é graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo”, fazendo emergir todo um campo de regularidades específicas, todo um sistema de discursividade com a possibilidade e às impossibilidades enunciativas, as quais ele conduz, que podemos chamar de arquivo. Portanto, o arquivo, a princípio, “é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2007, p. 147). Mas o arquivo também, é tudo aquilo que faz com que as coisas ditas não se transformem em uma massa amorfa, que não se engajem em uma linearidade sem ruptura, que não desapareçam ao acaso, mas que se unam em figuras singulares, constituindo-se em relações múltiplas, se mantendo segundo regularidades específicas.

Para Foucault (2007, p. 147), o arquivo “é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade. [...], é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o sistema de seu funcionamento”, o que diferencia os discursos em sua existência e coexistência. Logo, o arquivo faz aparecer as regras de uma prática, a qual permite aos enunciados continuarem e, ao mesmo tempo, se modificarem, e se transformarem. Entretanto, não é possível a descrição exhaustiva de um arquivo de uma dada sociedade ou de uma cultura ou de toda uma época, pois o arquivo não pode ser aprendido e descrito em sua totalidade.

Portanto, segundo Fernandes (2012, p. 40), “para a constituição de um corpus para análise, é necessário proceder ao recorte de enunciados, a partir de dada especificidade, no interior do arquivo”. Ainda nessa perspectiva, Fernandes (2012) recorre ao excerto de Sargentini, Sá e Ribeiro (2011) para apresentar o modo como o arquivo é pensado e lido pela Análise do discurso:

[...] pensar o discurso como acontecimento instaura um olhar sobre o arquivo na emergência de determinado enunciado [...] passa-se da análise das sequências discursivas presentes em um corpus para a operação de leitura do arquivo [...] com o objetivo de analisar a irrupção de um acontecimento em detrimento da localização de uma formação discursiva (SARGENTINI, SÁ e RIBEIRO, 2011, p. 34-36).

Assim, o arqueólogo/genealogista, ao descrever e analisar as práticas discursivas de um determinado enunciado, um já dito no nível de sua existência, sua função enunciativa e a formação discursivas a qual pertence, descreve também o sistema geral de arquivo de que faz parte. Na sequência, dedicamos um olhar especial para as formações discursivas, tendo como aporte teórico Brandão (1996), Fernandes (2005, 2012), Foucault (2007), Pêcheux (1975).

1.3 As formações discursivas

É no discurso que a materialidade ideológica se concretiza, pois a articulação da ideologia com o discurso remete não apenas a um aspecto discursivo, mas às condições de produção que emergem a partir do materialismo histórico por meio das formações discursivas. E são estas formações discursivas, segundo Brandão (1996, p. 38), “que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam ‘o que pode e deve ser dito’ a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”. Dessa forma, a noção de formação discursiva, concebida por Foucault, e posteriormente elaborada por Pêcheux, representa na Análise do discurso “um lugar central da articulação entre língua e discurso” (BRANDÃO, 1996, p. 38).

Segundo Brandão (1996), a noção de formação discursiva compreende dois tipos de funcionamento: a paráfrase e o pré-construído. De acordo com a autora, uma formação discursiva é formada por um conjunto de paráfrases, em outras palavras, é um lugar em que enunciados são retomados e reorganizados num empenho constante de fechamento de seus limites no esforço de manter a sua identidade. Brandão (1996) apresenta também o posicionamento de Orlandi (1984), a qual contrapõe uma outra, a noção de polissemia, imputando a esses conceitos diferentes o papel de dispositivos fundamentais do funcionamento discursivo. Portanto, enquanto a paráfrase é uma ferramenta de fechamento, de delimitação dos limites fronteiraços de uma formação discursiva, a polissemia rompe esses limites, entrelaçando-os em diferentes formações discursivas, instituindo a pluralidade e a diversidade de sentidos.

Já o funcionamento do pré-construído “constitui, segundo Pêcheux (1975), em um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a linguística”

(BRANDÃO, 1996, p. 39). Este termo, ainda segundo Brandão (1996), foi introduzido por Henry (1975), o qual designa aquilo que refere a uma estrutura anterior e exterior, livre, independente, em contraposição ao que é construído pelo enunciado. É o elemento que surge na superfície discursiva como um já-aí, remetendo assim às evidências, por meio das quais o sujeito faz conhecer os objetos de seu discurso e, conseqüentemente, o que pode ser dito. Portanto, o pré-construído, é compreendido como “objeto ideológico, representação, realidade” (BRANDÃO, 1996, p. 39) é apreendido pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico no momento de sua identificação, enquanto sujeito enunciador de uma formação discursiva.

Para compreender todo esse processo de formação do discurso, é necessário compreender também as mudanças históricas e sociais que possibilitaram um feixe de relações entre diferentes discursos a partir de determinadas condições de produção que resultaram na produção de outros discursos. Esse aspecto histórico, segundo Fernandes (2012, p. 24), “decorre da transformação social entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto e descontínuo na linha do tempo, que conduz para a constituição de outros sujeitos e outros grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos”. Portanto, o discurso, ao ser produzido e interpretado, estabelece uma ação social em um determinado contexto situacional, historicamente e ideologicamente marcado.

É a formação discursiva que proporciona aos sujeitos falantes, pertencentes a um determinado momento histórico, a possibilidade de concordar ou não sobre o sentido a ser dado às palavras. Como afirma Fernandes (2005, p. 70), “em toda e qualquer formação discursiva, as contradições representam uma coerência visto que desvelam elementos exteriores à materialidade linguística, mas inerentes à constitutividade dos discursos e dos sujeitos”. Esses sujeitos são marcados por inscrições ideológicas e, ao mesmo tempo são atravessados por outros discursos pertencentes a outros sujeitos, podendo unir-se a eles ou se diferenciar dos mesmos. Assim, cabe à análise do discurso trabalhar o discurso (seu objeto de estudo), inserindo-o na relação da língua com a história, procurando, ou melhor dizendo, buscando na materialidade linguística os traços das contradições ideológicas. Portanto, analisar o discurso é, antes de tudo, descrever os sistemas de dispersão dos enunciados que o constituem, por meio de suas regras de formação.

Ao estabelecermos um objeto de análise, devemos observar que este não nos permite individualizar um determinado conjunto de enunciados e nem instituir uma relação entre os mesmos capaz de descrevê-los em sua instância quanto à sua verdade. É preciso observar que

esse conjunto de enunciados não se relaciona com um único objeto fechado em si mesmo, mas, como afirma Foucault (2007, p. 36),

pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus.

Definir um conjunto de enunciados, portanto, constituiria a descrição da dispersão desses objetos, apreendendo todos os interstícios que os separam, bem como as regras de seu aparecimento em que se apoiam, se diferem, se excluem ou se transformam. Assim, as condições, ou melhor, as regras de formação, às quais estão submetidos os objetos, as modalidades de enunciação, as escolhas temáticas, os conceitos, é que definiram o lugar, sua lei de aparecimento, e as condições de sua existência (FOUCAULT, 2007). Entretanto, a formação discursiva não irá abranger a sua totalidade, em virtude de suas escolhas estratégicas, mesmo com todos os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos.

Uma formação discursiva poderá ser individualizada, mediante a possibilidade de se definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desdobram, demonstrando como essas estratégias derivam, apesar de sua diversidade e de sua dispersão no tempo, de um mesmo jogo de relações. Logo, uma formação discursiva não irá desempenhar o papel de uma figura capaz de parar o tempo, fixando-o por séculos, ela é quem define uma regularidade específica de processos temporais, colocando o processo de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos. A seguir, tratamos da descrição arqueológica.

1.4 A descrição arqueológica

Analisar o discurso não é decodificá-lo por meio de estruturas, nem interpretá-lo para chegar ao seu interior, buscando o que realmente se quis dizer. Segundo Foucault (2007, p.153), deve-se percorrer o domínio das formações discursivas e dos enunciados, esboçar sua teoria geral, para, então, “correr para os domínios da aplicação”. Ao trabalhar toda uma série de noções (como formação discursiva, positividade, arquivo), definindo um domínio (os enunciados, o campo enunciativo, as práticas discursivas), Foucault (2007) busca apresentar, por meio da descrição arqueológica, um método capaz de descrever e analisar a linguagem diferente dos já existentes. Ele propõe, por meio da descrição arqueológica, o abandono da

história das ideias, recusando sistematicamente seus postulados e seus procedimentos, na tentativa de fazer uma história diferente do que fora posto pelos homens, durante séculos.

Para compreender as particularidades da análise arqueológica, bem como sua capacidade descritiva, Foucault (2007) apresenta quatro princípios: o primeiro, de que a arqueologia não procura definir pensamentos, representações, imagens, assuntos, vícios que se escondem ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras. A arqueologia, segundo Foucault (2007, p. 157), “não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna, é preciso atravessar frequentemente para encontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial”.

Para a arqueologia, o discurso está na qualidade de monumento, não é uma disciplina interpretativa e se recusa a ser alegoria. O segundo princípio, de acordo com Foucault (2007, p.157), é de que “a arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue”. Ela busca definir os discursos em sua especificidade, demonstrando o jogo das regras que utiliza para descrever, não para definir um sistema ou a estabilidade de uma ciência na compreensão superficial de sua realidade, mas como uma análise específica das modalidades de discurso.

A arqueologia, segundo o terceiro princípio, não é sistematizada pela figura da obra, ela não busca compreender o momento em que se destacou do campo desconhecido, ela não procura reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se alteram, se transformam ou se invertem um no outro. Ela “não é nem psicologia, nem sociologia, nem, num sentido mais geral, antropologia da criação” (FOUCAULT, 2007, p. 158), ela tem por objetivo definir tipos e regras de práticas discursivas, as quais atravessam obras individuais, por vezes, regendo-as em sua totalidade ou em parte e as dominando sem que nada lhes escape.

O quarto princípio postulado por Foucault, e não menos importante, é de que a arqueologia não procurou reconstruir o que pôde ser pensado, almejado, pretendido, testado ou esperado pelos indivíduos no momento em que proferiam o discurso. Ela não tenta reproduzir o que foi dito, ela descreve na forma da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi dito, isto é, “a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2007, p. 158).

Portanto, a descrição arqueológica conduz-se às práticas discursivas, sem estabelecer qualquer hierarquia de valor, procurando estabelecer a regularidade dos enunciados. Regularidade esta, que não se opõe à irregularidade que, na maioria das vezes, “caracterizaria

o enunciado divergente (como anormal, profético, retardatário, genial ou patológico)”, mas que designa para qualquer representação verbal “o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa, que assegura e define sua existência” (FOUCAULT, 2007, p. 162-163), garantindo a todo enunciado uma regularidade, a qual não pode dela ser separado, isto é, dissociado.

Um outro ponto, abordado por Foucault, quanto à descrição arqueológica é a questão da contradição, à qual a história das ideias dá um crédito de coerência ao discurso que ela analisa, mas, que ao se realizar a análise deve extinguir, eliminar sempre que possível, pois de acordo com Foucault (2007, p. 170), a contradição,

longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorna-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade.

Para a história das ideias, existem dois níveis de contradição. O primeiro nível é o das aparências, o qual se estabelece e resolve na unidade profunda do discurso e dos fundamentos, dando lugar ao próprio discurso, que é a figura perfeita, a qual se deve desassociar de sua presença accidental. Já em relação ao segundo nível, “o discurso é a figura empírica que as contradições podem assumir, e cuja aparente coesão devemos destruir para reencontrá-las, afinal, em sua irrupção e violência” (FOUCAULT, 2007, p. 170). Logo, o discurso é a passagem de uma contradição a outra, e que ao se analisar o discurso é, ao mesmo tempo, fazer com que desapareçam e reapareçam, demonstrando o jogo que as contradições desempenham no discurso.

Desse modo, para a análise arqueológica, as contradições são objetos, os quais devem ser descritos por si mesmos, não importando saber de que ponto de vista se podem extinguir ou em “que nível se radicalizam e se transformam de efeitos em causas” (FOUCAULT, 2007, p. 171). Para o arqueólogo, a análise não se restringe em mostrar que sob determinada posição e em um nível mais importante, todos aceitavam um determinado número de proposições fundamentais, nem tampouco, mostrar que determinada oposição reflete todo um conflito, capaz de dividir todo o saber e todo o pensamento. Na análise arqueológica, as contradições são tomadas como objetos a serem descritos, e a função do

arqueólogo não se restringe a “descobrir em seu lugar uma forma ou uma temática comum, as determinar a medida e a forma de sua variação” (FOUCAULT, 2007, p. 172), descrevendo os diferentes espaços de contradição.

Logo, o jogo das contradições em uma formação discursiva revela um espaço de dimensões múltiplas, cujos níveis e papéis desempenhados devem ser descritos pelo arqueólogo, demarcando em uma prática discursiva determinada, o ponto em que elas se estabelecem, bem como a forma que assumem e as relações que estabelecem entre si e o domínio que regem.

Desse modo, o olhar do arqueólogo não pode se restringir a encontrar o homem como sujeito de sua liberdade, dentro do campo das ciências humanas, pois segundo Araújo (2004, p 218), “esse desapareceu cindido pelos saberes múltiplos que o toma por objeto”. No entanto, a tarefa de constituir o homem como objeto do saber ainda continua, mas há todo um perigo intrínseco, de que o próprio saber gerado venha a estabelecer um certo tipo de subjetividade, que seria resultado do modo de investigação feito pelas ciências humanas.

Araújo (2004) adverte que mesmo com tal risco não podemos ignorar, pois ignorá-lo seria o mesmo que ignorar a dimensão discursiva, a qual interessa ao arqueólogo/genealogista. Segundo Araújo (2004, p. 219), “sem um olhar novo, o olhar do arqueólogo do saber e do genealogista do poder, essa dimensão não surge. O primeiro descreve e analisa as formações discursivas, o segundo mostra a proveniência histórica da vontade de verdade e saber, que dota os discursos de poder”.

Portanto, cabe ao arqueólogo/genealogista descrever como um determinado enunciado emergiu e justamente ele e não outro em seu lugar, no entanto, tal descrição só é possível se pensarmos no sujeito da Análise do Discurso, do qual passamos a tratar agora.

1.5 A noção de sujeito na Análise do discurso

A noção de sujeito na Análise do Discurso não envolve apenas uma proposição de uma determinada vertente epistemológica, mas todo um conjunto de teses diferentes, as quais são pautadas por pressupostos teóricos diversificados quanto à formulação da noção de sujeito. Este sujeito é também um objeto de análise para o arqueólogo/genealogista, pois o olhar para este objeto de estudo sofre modificações significativas na descrição da Análise do Discurso, ou seja, ele passa por deslocamentos a partir de problematizações geradas “pela mobilização de diferentes construtos teóricos” (FERNANDES, 2008, p. 69), como a psicanálise, a história e os postulados filosóficos sobre a subjetividade, que colaboraram para

a construção de diferentes concepções para o estudo do sujeito no campo da Análise do Discurso.

Como afirma Fernandes (2008), pensar sobre o sujeito, concebido como conceito e objeto, implica passar por pressupostos fundamentais da Análise do Discurso, uma vez que o olhar do arqueólogo/genealogista para o objeto é sempre entranhado de teoria, devido à historicidade da Análise do Discurso, tanto objeto quanto teoria estão sempre em deslocamento, isto é, em movências.

Fernandes (2008) ressalta que é consenso no campo das ciências humanas, a negação, em um determinado momento, da ideia de que a subjetividade é a essência organizadora da linguagem e da expressão, e que o sujeito se utiliza da palavra e do discurso para representar-se a si mesmo. Portanto, o sujeito na Análise do Discurso opõe-se a indivíduo e/ou individualidade, o mesmo ocorre com o sujeito falante e o sujeito falado.

Ao referir-se ao sujeito falante, conseqüentemente, remetemos a perspectivas teóricas, as quais se ocupam do sujeito empírico/individualizado, o qual, devido a sua natureza psicológica, tem a habilidade para a aquisição da linguagem, utilizando-a de acordo com o contexto sociocultural no qual tem existência. Já o sujeito falando refere-se à perspectiva da Análise do Discurso que, segundo Fernandes (2008, p. 70), “considera o sujeito em uma conjuntura sócio-histórico-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes histórico-sociais”.

Os primeiros pressupostos sobre a noção-conceito de sujeito na Análise do Discurso foram formalizados por Louis Althusser, através da noção de ideologia, a qual se tornou força motriz para as reflexões sobre o sujeito. De acordo com Fernandes (2008, p. 69), Michel Pêcheux (1997) toma a acepção de Althusser para conceber a noção de sujeito na primeira fase da Análise do Discurso,

Na acepção daquele autor, a ideologia existe como uma forma de dominação; é uma representação imaginária que os homens fazem de sua existência real; tem uma existência material em um aparelho e sua prática, e interpela o indivíduo em sujeito. Esses apontamentos são perpassados por uma teoria materialista que engloba as relações de produção.

As relações de produção estão intrinsecamente ligadas às lutas de classe, em que a classe dominante tem como ideologia a forma de dominação, ocupando-se de reproduzir a força de trabalho, seja pela qualificação ou pela submissão ideológica vigente. Althusser (1996, p. 109) afirma que “é nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho”. Logo, esses aparelhos

ideológicos e repressores de Estado funcionam em prol desse assujeitamento ideológico, uma vez que, para Althusser, de acordo com Fernandes (2008, p. 70), “o indivíduo torna-se sujeito pelo assujeitamento à ideologia”.

Neste primeiro momento, Pêcheux (1997, p. 163 apud Fernandes, 2008, p. 71), apoia-se na tese Althusseriana referente à interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1997, p. 163)

A partir dessas considerações teóricas, Pêcheux (1997), passa a empregar o termo forma-sujeito para denominar este sujeito que é veiculado por uma formação discursiva, com a qual o sujeito se identifica. Tal articulação é definida por Pêcheux (1997, p. 164) como o que “constitui o sujeito em sua relação com o sentido e representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”. Mesmo com essa acepção, Pêcheux ainda continua confirmando o assujeitamento ideológico e acredita ter alcançado uma teoria não subjetiva da subjetividade, com base no materialismo althusserianos.

O segundo momento se dá a partir do recorte feito por Fernandes (2008) acerca da noção de sujeito e coloca em evidência a noção de heterogeneidade como condição indispensável para a existência do discurso e do sujeito do discurso. É por meio das asserções de Authier-Revuz, com base nas leituras de Bakhtin e Lacan, que esse conceito ganha destaque na Análise do Discurso, restabelecendo a noção de polifonia em que há a presença de diferentes vozes que integram a voz de um sujeito. Bakhtin, segundo Fernandes (2008, p. 72), a partir dos estudos desenvolvidos sobre o romance de Dostoiévski, “problematizou o funcionamento do discurso como forma de refletir sobre a complexidade do romance, sua estruturação pelos discursos, e as diferentes vozes presentes em uma obra literária”. Foi esta problematização que deu origem à noção de dialogismo, por considerar o discurso como interação entre sujeitos, na qual o eu e o outro, por meio das relações estabelecidas, são capazes de apreender o mundo social, no qual o sujeito está inserido.

A partir das reflexões em relação à polifonia e ao dialogismo, Authier-Revuz retoma as noções de heterogeneidade discursiva, que demonstram as análises do sujeito discursivo, o qual é tomado como objeto para a Análise do Discurso. Essa heterogeneidade constitutiva é indicada como condição de existência dos discursos e dos sujeitos, visto que todo discurso

advém do entrecruzar de diferentes discursos dispersos na coletividade. Logo, essa heterogeneidade mostrada reflete a voz do outro de forma clara no discurso do sujeito, a qual pode ser reconhecida na materialidade linguística.

A partir de considerações sobre a relação do sujeito com a linguagem, com base na natureza psicanalítica, por meio da leitura freudiana, bem como as releituras realizadas por Lacan sobre a obra de Sigmund Freud, Authier-Revuz busca traçar o conceito de heterogeneidade, a partir de uma perspectiva que compreende o sujeito como descentrado, isto é, um sujeito povoado por outras vozes. Fernandes (2008, p. 73) afirma que, de acordo com os princípios althusserianos e pecheuxtianos, “o sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, e desconhece que a *exterioridade está no interior do sujeito*, em seu discurso está o “outro” compreendido como exterior social”.

A perspectiva psicanalítica indica um olhar sobre o inconsciente, o qual está sempre em ação por meio da linguagem. Este inconsciente, por sua vez, ao fugir ao controle do sujeito, manifesta-se em forma de linguagem, podendo gerar sentidos opostos ao que o sujeito discursivo gostaria de revelar. Assim, a polifonia, o dialogismo, a heterogeneidade constituem categorias discursivas, as quais proporcionam reflexões quanto à compreensão do sujeito discursivo.

A partir da recorrência à psicanálise lacaniana, as reflexões sobre o descentramento do sujeito encontram lugar na obra de Pêcheux, que, ao revisar seus escritos passados, inclui a noção de “desidentificação” ao lado da noção de “assujeitamento” (FERNANDES, 2008, p. 74). A partir desse momento, Pêcheux (1997, p. 301 apud Fernandes, 2008, p. 74) diz que o sujeito é produzido como historicamente capaz [...] de se voltar contra as causas que o determinam”, tal observação quanto à falha na interpelação ideológica resulta em um contradiscurso e a resistência. Apresenta-se aí, a partir desse momento teórico uma ligação da ideologia com o inconsciente, tal retificação teórica se dá pela verificação de que, “na relação de dominação entre classes sociais, algo falha tanto do lado da ideologia como do inconsciente” (FERNANDES, 2008, p. 74). Desse modo, o princípio da contradição implica em afirmar que a dominação só pode existir se houver resistência, pois os sujeitos são resultados de uma ligação ideológica, a qual está inscrita em um contexto histórico-social juntamente com o inconsciente.

O terceiro momento, sobre a concepção de sujeito discursivo, encontra-se arraigado nas asserções foucaultianas. Pêcheux recorre a Michel Foucault quanto à concepção de sujeito, a qual não se dissocia do poder. Para Foucault (2007) o poder não se estabelece

sozinho, ele provoca relações, e estas referem-se às relações de poder, as quais não são fixas, nem imóveis, e muito menos estáticas, e estão sempre em um campo de forças. Essas relações de poder se efetuem por um aspecto importante que é a produção de signos, e conseqüentemente apontam para as posições-sujeito, por meio dos enunciados. Logo, “o poder coloca em jogo relações entre sujeitos e os discursos refletem os lugares desses sujeitos” (FERNANDES, 2008, p. 75).

Segundo Fernandes (2008, p. 77),

nas relações humanas, quaisquer que sejam, o poder está sempre presente; há relação de poder em todas as relações entre sujeitos. O poder, nessa acepção, é focalizado em microinstâncias, é um exercício integrante do cotidiano e consiste em formas de luta contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão.

Portanto, refletir sobre essas relações que integram os discursos e que favorecem a constituição do sujeito discursivo implica compreender suas especificidades, pois as relações de poder se estabelecem entranhadas no nexos social. E é nesse nexos social que a produção e a circulação de enunciados se dão, pois é neste social que são definidas as posições-sujeito, as quais não são fixas, nem imutáveis. Logo, “o enunciado, ao revelar a posição do sujeito, mostra-o em relação ao poder” (FERNANDES, 2008, p. 78). Em decorrência desse aspecto, essa posição sujeito é marcada por movências, deslocamentos e transformações contínuas na formação do sujeito, pois o discurso é parte de um jogo de lutas entre sujeitos livres e a resistência uma forma de poder, a qual consiste em uma prática discursiva. Portanto, a Análise do Discurso em uma perspectiva arqueogenealógica, de acordo com Foucault (2007), deve fazer com que esses elementos se manifestem, revelando suas formações, bem como suas transformações históricas.

No capítulo seguinte, abordaremos alguns conceitos que integram a genealogia foucaultiana, pois constituem parte dos postulados que recorreremos para a análise das capas da revista *Veja* que selecionamos. Esses postulados teóricos são poder-saber, subjetividade, resistência.

CAPÍTULO 2

GENEALOGIA: PODER-SABER, VERDADE, SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Foucault

No capítulo anterior, apresentamos o percurso teórico percorrido pela Análise do Discurso para constituição de um campo disciplinar. Abordamos as noções de discurso, enunciado, formação discursiva, descrição arqueológica e sujeito que norteiam o objeto de nossa pesquisa, que é a análise dos enunciados de dez capas da revista *Veja*, as quais foram selecionadas ao longo dos 50 anos de publicação da revista.

Por compreendermos que a descrição de um determinado enunciado só é possível a partir da revelação da posição do sujeito, a qual é marcada por movências, deslocamentos e transformações, o mostrando em relação ao poder, e que o papel exercido pelo arqueólogo/genealogista não se resume apenas na descrição formal, pronta e acabada de um determinado discurso, e por entendemos também a importância dos elementos que se manifestam a partir de um jogo de lutas entre sujeitos livres, revelando suas formações, resistências e transformações históricas, é que apresentamos, neste capítulo, os postulados teóricos: genealogia: poder-saber, verdade, subjetividade, resistência. Ao apresentarmos esses pressupostos, procuramos estabelecer um percurso teórico que seja coerente, e que ao mesmo tempo contribua para o desenvolvimento de nossa análise, que será realizada no quinto capítulo. Como aporte teórico utilizamos as contribuições de autores como Deleuze (2013), Dreyfus e Rabinow (1995), Fernandes (2012), Ferreira (2014), Foucault (2004, 2006, 2014, 2015, 2016), Navarro-Barbosa (2004), Rago e Funari (2008), Sampaio (2006).

Esses temas supracitados acima permitem não apenas um retorno à história, mas a reflexão e problematização, de certa forma, do regime de poder que se exerce, por meio de regras de conduta, técnicas e procedimentos que circulam na sociedade, produzindo efeitos de verdade em todas as esferas do social. Já que o poder não reside em apenas um determinado espaço limitado dentro do social, ele age e reage, em conformidade com os sistemas micro e macro, conseguindo, assim, uma maior eficácia política.

Foucault, segundo Deleuze (2013, p. 120), não emprega a palavra sujeito como designação de uma pessoa ou forma de identidade, mas os termos “subjetivação, no sentido de processo, e Si, no sentido de relação (relação a si)”, pois trata-se da constituição de modos de existência, não como sujeito, mas “segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tentar penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles” (DELEUZE, 2013, p. 120). Portanto, subjetivação, poder e saber constituem uma maneira de viver, como salienta Deleuze (2013, p. 121), “uma figura estranha em três dimensões, assim como a maior filosofia moderna”. Em seguida, passamos a tratar do conceito de genealogia e poder.

2.1 A genealogia e o poder

Segundo Navarro-Barbosa (2004, p. 103), Foucault, ao trilhar uma nova trajetória para uma nova percepção da história, “apresenta uma história da constituição dos saberes, considerando que um determinado objeto pode receber diferentes significações”, consoante com a época e as práticas discursivas que possibilitam sua emergência em meio às discontinuidades. Essas discontinuidades não têm como objetivo ressuscitar os grandes heróis da história e suas glórias, muito menos as grandes batalhas travadas ao longo dos séculos, mas, como afirma Navarro-Barbosa (2004), as práticas sociais de sujeitos desconhecidos que produzem a história.

Foucault, ao analisar as condições de produção e de emergência dos saberes, busca os discursos enunciados historicamente, capazes de construir verdades, possibilitando o exercício do poder. Esse poder não é algo oriundo de alguém, este poder emana das relações de força, ele é marcado por dispersão, sofre impedimentos, ao mesmo tempo que “integra um sistema de diferenças, próprias à coexistência dos sujeitos” (FERNANDES, 2012, p. 52). Assim, o poder, como o discurso, funciona por meio de práticas, e o homem passa a ser alvo de um poder, o qual não é centralizado em um determinado aparelho ideológico, mas em práticas discursivas em que o sujeito constitui-se como parte da tessitura de determinados enunciados, constituindo campos específicos de um lado e, de outro práticas descontínuas que se atravessam ou se excluem (NAVARRO-BARBOSA, 2004).

Para Foucault (2015, p. 39), o importante são “os efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos” e como eles se modificam. Na busca por respostas, Foucault salienta que é necessário se livrar do sujeito constituinte, em outras palavras, é necessário fazer uma análise que possa ser capaz “da constituição do sujeito na trama histórica”

(FOUCAULT, 2015, p. 43). Essa análise é o que Foucault irá chamar a princípio de genealogia, uma forma de história capaz de dar conta da “constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo do acontecimento, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história” (FOUCAULT, 2015, p. 43). Para o autor, são os efeitos de poder que fazem com que o poder se mantenha e seja aceito, pois o poder tem que ser produtivo, ele induz ao prazer, forma saberes e produz discursos. O poder é uma rede produtiva que permeia e atravessa todo o corpo social.

Ao ler os trabalhos de Nietzsche, Foucault volta seu olhar investigativo para as relações de poder que deram origem a ideias, valores ou crenças, por meio da investigação genealógica. Para Foucault (2015), os estudos genealógicos tornam-se indispensáveis, por serem meticulosos quanto à documentaria. A genealogia, de acordo com Foucault (2015, p. 55), tem como objetivo “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história [...]”. Ela, a genealogia, não busca uma diacronia evolutiva, mas busca reencontrar os diferentes campos em que as diferentes práticas desempenharam papéis distintos.

Segundo Foucault (2015, p. 55-56)

A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus “monumentos ciclópicos” não a goles de “grandes erros benfazejos”, mas de “pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo”. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da “origem”.

Portanto, caberá ao arqueólogo/genealogista reconhecer os acontecimentos da história, suas oscilações, seus abalos, suas vitórias, suas derrotas que fazem parte de sua herança. Para Foucault (2015), tanto a formação dos discursos quanto a genealogia do saber devem ser analisadas a partir das táticas e das estratégias de poder, e não dos tipos de consciência, nem dos modos de percepção ou dos traços ideológicos. São essas táticas e estratégias que se desenvolvem por meio das instituições, das disposições, dos recortes, dos controles, dos atravessamentos, “das organizações de domínio que poderiam constituir uma espécie de geopolítica” (FOUCAULT, 2015, p. 261).

Foucault (2015), ao falar da insurreição dos saberes dominados, considera duas coisas importantes. A primeira, o aparecimento de conteúdos históricos é que permitiu

encontrar a cisão dos confrontos, das lutas travadas que as instituições funcionais ou reguladoras têm por objetivo camuflar ou encobrir. Para o autor, os saberes dominados são justamente os blocos de saber histórico, os quais estavam presentes e encobertos “no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente por meio do instrumento da erudição” (FOUCAULT, 2015, p. 266). Já a segunda coisa a ser considerada é que por saber dominado pode se entender outra coisa, totalmente diferente. Por saber dominado pode se entender toda uma série de saberes que foram desqualificados como não constituintes ou insuficientemente elaborados como os saberes modestos, inferiores e abaixo do nível postulado pelo conhecimento ou pela cientificidade. O reaparecimento desses saberes e sua força ao se opor a todos aqueles saberes que o envolvem é que possibilitou a crítica uma força essencial.

Diferentes quanto ao seu posicionamento hierárquico, tanto o saber da erudição quanto o saber desqualificado correspondem ao saber histórico das lutas. E é, exatamente, a partir dessas redescobertas das lutas e da memória, que as pesquisas genealógicas emergem, pois só é possível sua realização por meio da eliminação da dominação dos discursos globalizantes. Foucault (2015, p. 268) propõe, então, chamar de genealogia a junção do conhecimento erudito com as memórias locais, “que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”. Foucault (2015) argumenta que se pode chamar de genealogia essa atividade, por tratar de ativar saberes locais, descontínuos, incapazes, não comprovados contra a instância teórica única que anseia em purificá-los, classificá-los, regulá-los em nome de um conhecimento legítimo, em nome de uma ciência. Logo, segundo Foucault (2015), as genealogias não são retornos positivistas a uma determinada forma de ciência exata, mas anticiência. Para o autor, trata-se da insurreição dos saberes não contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas contra os efeitos de poder centralizadores que estão conectados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico sistematizado no interior de uma sociedade. São esses efeitos de poder presentes no interior de um discurso considerado como científico, o qual a genealogia deve questionar, rejeitar, combater. Uma vez que a genealogia tem como objetivo libertar da sujeição os saberes históricos, tornando-os fortes para se oporem e lutarem contra a opressão de um discurso teórico-científico dominante.

Para diferenciar a arqueologia da genealogia, Foucault (2015, p. 269-270) ressalta que “enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade”. Essa tática, por sua vez, não busca

dar um fundamento teórico constante e consistente a todas as genealogias ou unificá-las por meio de uma imposição teórica. Logo, a tática busca precisar o problema, o qual está em jogo nessa insurreição de saberes em oposição “a instituição e os efeitos de poder e de saber do discurso científico” (FOUCAULT, 2015, p. 272). Portanto, essas relações de poder só podem existir entre sujeitos livres, por meio dos regimes de verdade que emergem na sociedade. A seguir, apresentamos o tema verdade e poder.

2.2 Verdade e Poder

A inquietação quanto aos efeitos de poder leva Foucault a olhar para a politização do discurso enquanto saber, o qual é formado por um conjunto de enunciados que integra as tramas do poder, as quais atravessam as relações entre sujeitos. Para Foucault (2015), o discurso é uma prática investida de saber e poder, o qual “não é simplesmente aquilo que se traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 10), portanto, o objeto de discurso define o que pode ser dito como verdadeiro ou falso. De acordo com Foucault (2004, p. 17), “essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas”. No entanto, essa vontade de verdade não se consolida, pois ela também é reconduzida, de acordo, com o modo como o saber é aplicado em uma sociedade.

Para Foucault (2015, p. 52), “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, pois essa “verdade é deste mundo”, ela é gerada pelo mundo, graças à várias imposições coercivas e “nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 52). Logo, cada sociedade possui seu regime de verdade, ou melhor dizendo, uma política geral de verdade, onde determinados tipos de discurso são acolhidos por essa sociedade, que os faz funcionar como verdadeiros. Para distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos existe toda uma série de mecanismos e instâncias capazes de estabelecer formas para sancionar uns e outros, bem como, técnicas e procedimentos, os quais são valorizados para a obtenção da verdade.

Segundo Foucault (2015, p. 52),

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é

relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).

Portanto, de acordo com Foucault (2015), o que se deve levar em consideração no intelectual não é sua posição como “portador de valores universais”, mas sim, aquele que ocupa uma posição específica, “cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades” (FOUCAULT, 2015, p. 53). Para Foucault (2015), este intelectual tem uma tripla especificidade: sua posição de classe, suas condições de vida e de trabalho e a da política de verdade nas sociedades contemporâneas. São essas especificidades que dão uma significação geral para a posição ocupada pelo intelectual, as quais acarretam efeitos, e ao mesmo tempo tem implicações que vão além de profissionais ou setoriais.

Esse intelectual com suas especificidades “funciona ou luta no nível geral desse regime de verdade”, o qual é essencial para a sistematização das “estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade” (FOUCAULT, 2015, p. 53). Logo, há uma luta pela verdade, ou melhor dizendo, nas palavras de Foucault (2015, p. 53), um combate em torno da verdade, mas não da verdade entendida muitas vezes como “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas como o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 53). Para o autor, esse combate não é em favor da verdade, mas sim em favor daquilo que está em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político, o qual ela desempenha. É necessário pensar sobre os problemas políticos dos intelectuais em termos de verdade/poder e não em termos de ciência/ideologia, pois devemos entender a verdade como um “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2015, p. 54). Essa “verdade” está especialmente ligada a sistemas de poder, os quais a produzem e apoiam, e conseqüentemente a efeitos de poder, os quais ela estimula e que a reproduzem em forma de subjetividade. Para compreendermos melhor como esses efeitos são capazes de reproduzir a verdade em forma de subjetividade, apresentamos, a seguir, a concepção de subjetividade.

2.3 A subjetividade

Fernandes (2012, p. 74), afirma que “a subjetivação consiste justamente no processo constitutivo dos sujeitos, pela produção da subjetividade que possibilita, em acepção foucaultiana, a objetivação dos sujeitos”. Para o autor, devemos considerar que os modos de subjetivação constituem, isto é, produzem sujeitos singulares, os quais são formados por procedimentos que são mobilizados para “a produção da subjetividade e, conseqüentemente, dos sujeitos” (FERNANDES, 2012, p. 74), que são reveladas por meio da análise de discursos.

Os enunciados inscritos nas relações de poder e discursivamente produzidos apontam para posições-sujeito, posições essas que integram exercícios de poder que estão em constante oposição. A complexidade dessas relações de poder e seus efeitos que constituem os discursos e implicam a produção da subjetividade, que está presente em todo o corpo social. Já que é no social, como observa Fernandes (2012), que se definem as posições-sujeito, não fixas e estabelecidas por mutabilidades, as quais a análise de discursos deve fazer aparecer e revelar suas formações e transformações históricas, bem como suas implicações ou determinações ao produzir subjetividades pelos discursos. Segundo Fernandes (2012, p.75), “a relação discurso e subjetividade pode ser explicitada também pela noção de enunciado, sob a égide de que o enunciado implica uma posição sujeito, ou seja, uma inscrição do sujeito no discurso e na história”, conforme pode ser observado na *Arqueologia do saber* [2007], de Michel Foucault. Fernandes (2012) com essa consideração reafirma que o sujeito não representa uma individualidade no mundo, e que suas enunciações mostram exatamente essa presença do exterior na subjetividade, exteriorizada pelos discursos materializados nos enunciados. Ainda, de acordo com Fernandes (2012), as formas de produção da subjetividade mudam significativamente, nos diferentes momentos da história, no entanto, os discursos, os quais viabilizam sua produção, são a todo momento considerado como práticas. Portanto, é o funcionamento do discurso e os efeitos de poder na produção da subjetividade que possibilitam ao sujeito assumir determinadas posições-sujeito, pois o poder ao integrar estas relações conduz e molda condutas, produzindo assim subjetividades, que estão sempre em processo de produção e transformação, marcadas por descontinuidades. A seguir, passamos a construção da subjetividade, tendo como aporte teórico Foucault (2014b, 2016) e Rago e Funari (2008).

2.3.1 A construção da subjetividade e a verdade

Ao exemplificar a questão da “subjetividade e verdade” através de problemas históricos, Foucault ressalta que a subjetividade não pode ser concebida por meio de “uma teoria prévia e universal do sujeito”, nem que ela está relacionada com “uma experiência originária ou fundadora”, ou mesmo pautada por “uma antropologia que tenha um valor universal” (FOUCAULT, 2016, p. 13). Para o autor, a subjetividade “[...] se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade. Não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 13), isso porque a verdade não pode ser definida por um determinado “conteúdo de conhecimento” (FOUCAULT, 2016, p. 13), válido universalmente. Segundo Foucault (2016, p. 13), “[...] a verdade é concebida essencialmente como um sistema de obrigações, independente do fato de, deste ou daquele ponto de vista, se poder considerá-la verdadeira ou não. A verdade é, antes de tudo, um sistema de obrigações”. Portanto, não é a verdade como conteúdo ou como estrutura formal do conhecimento que está em questão, mas a verdade como obrigação.

Para compreender como esta forma de poder produz tanto a objetivação quanto a subjetivação do sujeito, por meio das práticas de nossa cultura, faz-se necessário voltar ao passado. Não para nos apropriarmos das percepções e visões de mundo dos gregos e romanos, nem de seus conceitos, pois segundo Rago & Funari (2008, p. 16), “[...] o passado foi usado para naturalizar as relações sociais modernas, como se, por naturais, estivessem presentes desde a Antiguidade e, por essa mesma suposta presença, fossem da ordem mesma das coisas”.

Em *História da sexualidade II, o uso dos prazeres*, Foucault (2014b), ao falar do surgimento tardio do termo “sexualidade”, século XIX, manifesta não o interesse de narrar uma história dos comportamentos ou das representações, nem reconstruir uma história das condutas e das práticas sexuais (suas formas, suas evoluções), nem tão pouco analisar os comportamentos, de acordo com as ideias postuladas pela ciência, religião ou filosofia, por meio das quais esses comportamentos foram representados pela história. Para Foucault (2014b, p. 8), trata-se “[...] de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se a “experiência” tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma “sexualidade” que abre para campos de conhecimento bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções. O projeto, para Foucault, era de uma história da sexualidade enquanto experiência, compreendendo como experiência a relação entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade em uma determinada cultura.

Para o autor, “a formulação filosófica da questão da ‘subjetividade e a verdade’” (FOUCAULT, 2016, p. 11) não consiste em perguntar como, de que maneira e em quais

condições “posso conhecer a verdade”, como foi utilizada pelos filósofos (de Platão a Kant). Foucault (2016, p. 11) propõe “uma questão em sentido inverso: do sujeito, é possível ter conhecimento verdadeiro do sujeito?” e acrescenta “será tecnicamente possível, será teoricamente legítimo fazer valerem, a propósito do sujeito, a propósito da forma e do conteúdo das experiências subjetivas, os procedimentos e os critérios próprios do conhecimento de um objeto qualquer?” (FOUCAULT, 2016, p. 11). Já a questão positivista, seria “como pode haver verdade do sujeito, quando só pode haver verdade para um sujeito?” (FOUCAULT, 2016, p. 11). A questão da “subjetividade e verdade”, para Foucault (2016) seria formulada no sentido de que

experiência o sujeito pode fazer de si mesmo, a partir do momento em que se vê na possibilidade ou na obrigação de reconhecer, a propósito de si mesmo, algo que passa por verdadeiro? Que relação o sujeito tem com si mesmo a partir do momento em que essa relação pode passar ou deve passar pela descoberta, prometida ou imposta, da verdade sobre si mesmo? (FOUCAULT, 2016, p. 11)

Foucault não desconsidera toda forma de discurso verdadeiro, pelo contrário, ele afirma que, seja na cultura, na civilização ou em toda sociedade, existem “certos discursos verdadeiros referentes ao sujeito, que independente de seu valor universal de verdade funcionam, circulam, têm o peso de verdade e são aceitos como tais” (FOUCAULT, 2016, p. 12), e são instituídos e reconhecidos em nossa sociedade “como verdadeiros a partir do sujeito”. E, complementa, pautando-se em três modos de formular as relações “subjetividade e verdade”. No primeiro modo, Foucault (2016, p. 12) pautou-se na formulação filosófica de que “é a questão da possibilidade de uma verdade para um sujeito geral”. O segundo modo Foucault (2016, p. 12) chamou de questão positivista, a formulação seria de “indagar sobre a possibilidade de dizer a verdade sobre a subjetividade”. Já o terceiro modo (histórico-filosófico), trata de “indagar quais efeitos tem sobre essa subjetividade a existência de um discurso que pretende ser a verdade a respeito dela. (FOUCAULT, 2016, p. 12). Essa terceira questão é a que mais se aproxima do que Foucault veio desenvolvendo em seus estudos, é uma questão que se encontra sobre diferentes aspectos, como ele próprio exemplifica:

[...] Podemos indagar, por exemplo, como se formaram, a propósito da loucura, a propósito da doença, a propósito do crime, tipos de práticas que implicam a existência e o desenvolvimento de discursos verdadeiros sobre a razão alienada, o corpo doente ou o caráter criminoso, e como a relação que temos com nós mesmos – e por “relação com nós mesmos” entendo não apenas a que temos com nossa própria individualidade, mas a que temos

com os outros, na medida em que também são nós mesmos – se vê afetada, modificada, transformada, estruturada pela existência desse discurso verdadeiro e dos efeitos que ele induz, pelas obrigações que impõe e pelas promessas que sugere ou formula.

De acordo com Foucault (2016, p. 13), o exemplo acima remete a uma questão maior “o que acontece conosco, o que devemos fazer, como devemos conduzir-nos se for verdade que há e que deve haver determinada verdade sobre nós [...]”. Essa verdade que nos é dita, a qual rejeitamos, a qual nos distanciamos é a verdade como sistema de obrigações, onde aquilo que em determinado momento pode ser considerado verdadeiro pode não ser mais em outro. Para o autor, “o importante nessa questão da verdade é que determinadas coisas passam por verdadeiras, as quais o sujeito deve produzi-las ou aceitá-las, ou até mesmo submeter-se a elas” (FOUCAULT, 2016, p. 13-14). Logo, a verdade como conteúdo de conhecimento ou como estrutura formal do conhecimento não é o que está em questão, mas a verdade como vínculo, como política, como obrigação.

Outro aspecto que Foucault (2016) ressalta é a questão das análises que são feitas através de um material histórico, o qual tem por objetivo demonstrar não o quanto a verdade pode ser mutável ou a definição relativa do sujeito, mas, sim de que forma a subjetividade como experiência de si e dos outros se estabelece por meio das obrigações de verdade. Para compreender como as subjetividades se constituem por meio das experiências de si e dos outros, Foucault passa a ter como foco o termo sexualidade, que surgiu no século XIX, não desconsiderando a importância dos temas anteriores – a loucura, a doença, a morte, o crime –, mas observando a esfera da sexualidade quanto às diferenças.

A loucura, a morte, a doença e o crime apresentam uma relação de rejeição, uma relação negativa em que a questão da verdade só é posta a partir da recusa, da rejeição da loucura, da morte, da doença e do crime. Enquanto “[...] o problema da sexualidade é muito diferente, pois, quaisquer que sejam os sistemas de regulação, de desqualificação, de repressão ou mesmo de rejeição a que é exposta, a sexualidade [não é] objeto de uma rejeição sistemática, fundamental e quase constante” (FOUCAULT, 2016, p.14). A sexualidade é um objeto de um jogo complexo, de um lado a recusa, a desvalorização, do outro a aceitação e a valorização.

Outra diferença pontuada por Foucault (2016, p.14) é a questão do discurso verdadeiro que “era feito sobre o sujeito, mas do exterior, por outro”, em que aquele que fala não é louco, não é doente, não é criminoso, mas alguém autorizado. Já o discurso verdadeiro sobre a sexualidade foi institucionalizado como um discurso do sujeito sobre si mesmo,

organizado por meio da prática da confissão. Esse discurso de confissão, de acordo com Foucault (2016), se organizou sobre uma parte de nós mesmos, que mesmo detestando ou até nos purificando através dele, ele se tornou indissociável do que somos. E é a partir desta parte indissociável de nós mesmos que devemos compreender o problema das relações “subjetividade e verdade” a respeito do sexo.

Compreender o problema da sexualidade quanto a “[...] qual experiência podemos fazer de nós mesmos, que tipo de subjetividade está ligado ao fato de termos sempre a possibilidade e o direito de dizer: Sim, é verdade, eu desejo?” (FOUCAULT, 2016, p. 15), é estudar, examinar como as relações de subjetividade e verdade em nossa sociedade se manifestam, através do sujeito. Isto é, de que forma o sujeito foi, é chamado a manifestar-se, reconhecendo a “si mesmo em seu próprio discurso, como sendo em verdade sujeito de desejo” (FOUCAULT, 2016, p. 15). Portanto,

trata-se de saber qual experiência podemos fazer de nós mesmos, qual campo de subjetividade pode abrir-se para o sujeito por ele mesmo, a partir do momento em que existem de fato, historicamente, diante dele, com relação a ele, determinada verdade, determinado discurso de verdade e determinada obrigação de ligar-se a esse discurso de verdade – seja para aceitá-lo como verdadeiro, seja para ele mesmo produzi-lo como verdadeiro. (FOUCAULT, 2016, p. 25-26)

Assim, o discurso de verdade e os efeitos da existência dessa verdade estão relacionados à experiência que fazemos de nós mesmos e que emerge de um saber-poder, instituído por uma literatura em determinado período histórico, considerado por Foucault (2016, p. 26) como profícuo quanto à “[...] formação dessa experiência da sexualidade, entendida como o modo de relação existente que pode existir entre a consciência que temos de nós mesmos e o discurso de verdade”. Os modos de vida, as formas de ser, bem como o modo de conduzir-se teve na antiguidade uma grande importância, principalmente no período helenístico e romano, nos primeiros séculos do cristianismo. A literatura sobre a arte de viver e a arte de conduzir-se instituíram modelos de conduta na sociedade da época, os quais perduraram até o período vitoriano.

Hoje, os modelos de conduta, como ressalta Foucault (2016, p. 27), não são os mesmos. Mas isso não quer dizer que eles “não sejam formados, propostos, difundidos, mais ou menos impostos ou absorvidos”. Segundo o autor, ainda existe em nossa sociedade uma arte de conduta, que não é autônoma, mas que veicula grande parte dessas instruções de existência, à prática pedagógica. Ainda de acordo com Foucault (2016, p. 27), existe também “o que podemos chamar de estereótipos sociais, que por intermédio da literatura, da escrita ou

da imagem, dão bons modelos de comportamento”. Para o autor, o que chamamos de ciências humanas, seja em qualquer nível de utilização, também veicula “esquemas considerados como bons esquemas de existência, os bons modelos de conduta” (FOUCAULT, 2016, p. 27).

Esses bons modelos de conduta são aprendidos por meio do ensino, da aprendizagem, ou seja, da presença do outro, que é indispensável, pois “[...] as artes de viver são passadas e transmitidas, ensinadas e aprendidas dentro e através de determinada relação do mestre com o discípulo” (FOUCAULT, 2016, p. 32). O mestre direciona, educa e forma uma conduta que é útil, indispensável e constitutiva da arte de viver, pois ninguém aprende sozinho. Ninguém é capaz de ter acesso à arte de viver sem a relação com o outro até alcançar o ‘status ontológico’ capaz de permitir “[...] desenvolver, por si mesmo e com total autonomia, o modo de experiência a que aspirava” (FOUCAULT, 2016, p. 32), cabendo ao indivíduo não apenas o aprendizado, mas a sua interiorização. Ele precisa pensar, refletir, meditar, acionando um saber ensinado pelo mestre e que deve ser retomado periodicamente de “si mesmo e para si mesmo, [...] examinando o que acontece tanto em si mesmo como ao redor, lendo livros, recolhendo-se, de modo que esse ensino e a verdade que ele portava se tornem efetivamente nossa própria verdade ou nossa relação permanente e constante com a verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 32).

Isso implica, não apenas, a relação com os outros, mas também com a verdade, por meio da reflexão e finalmente com a relação consigo que resulta toda uma ascese. De acordo com Foucault (2016, p. 32), a relação com os outros, o ensino, é o que no

[...] vocabulário grego das artes de viver, chamavam de *máthesis*. Relação com a verdade, ou seja, reflexão permanente e continuamente retomada sobre o que foi ensinado e sobre o que se deve considerar verdadeiro: é o que os gregos chamavam de *meléte* (meditação, reflexão sobre). E, por fim, o trabalho de prova, de tentativas sucessivas, progressivas, para vermos em que ponto estamos, se estamos avançando bem: é essa dimensão que os gregos chamavam de *áskesis* (ascese), *Máthesis*, *meléte*, *áskesis* são três elementos que vocês vão encontrar [arte de viver].

Nas artes de viver, encontra-se o problema ‘subjetividade e verdade’ que a arte de vida pode ser entendida como “[...] uma técnica pela qual o indivíduo, não sem relação com outrem, mas, no fim das contas, por si mesmo, exercitando a si mesmo e agindo sobre si mesmo, tenta adquirir determinada qualidade de ser, determinado status ontológico, determinada modalidade de experiência” (FOUCAULT, 2016, p. 34). E essa experiência não pode ser praticada sem “[...] uma ação de si sobre si, uma relação com o outro e uma relação com a verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 34). Portanto, as artes de viver são métodos e

procedimentos anunciados que os sujeitos, por meio de ações sobre si mesmos, são capazes de modificar e transformar a experiência que têm de si mesmos, na busca de uma determinada verdade, de um ensinamento verdadeiro.

Para que o sujeito possa ser sujeito de uma *Máthesis*, sendo capaz de pensar a verdade, tornando-se elemento essencial no desenvolvimento do saber, “[...] é preciso que ele seja libertado do sonho” (FOUCAULT, 2016, p. 46). A questão do sonho sempre esteve presente ao longo da história das relações entre subjetividade e verdade, “[...] momentos em que essas relações entre subjetividade e verdade se reorganizam e modificam seu dispositivo geral” (FOUCAULT, 2016, p. 47). São essas artes de regular a própria conduta, do cuidado de si, das tecnologias de si que constituem o foco de investigação dos estudos de Foucault sobre as relações entre subjetividade e verdade, verdade e sujeito.

Apresentamos, a seguir, a questão da interpretação dos sonhos e a relação subjetividade-sujeito-verdade no sentido de compreendermos como essas relações se entrecruzam nos diferentes campos do saber-poder, os quais são atravessados por uma teoria subjetiva de ordem psicanalítica que traz o inconsciente para o interior de suas reflexões, as quais revelam a relação da linguagem com a exterioridade.

Ao apresentarmos a concepção de subjetividade como processo constitutivo do sujeito e respectivamente como se dá essa construção da subjetividade, sentimos a necessidade de voltar nossos olhares para três aspectos importantes. O primeiro, a questão das relações entre o sujeito e a verdade, a qual nos embasamos na descrição da história da onirocrítica de Artemidoro, fundamentada aqui nos estudos de Foucault (2016) e Ferreira (2014). Já o segundo aspecto refere-se a tecnologia de si e a obrigação de dizer a verdade que estão ligadas a questão da sexualidade quanto às regras de conduta, arte de existência, tendo como aporte teórico Foucault (2014b, 2016). O terceiro, os jogos de verdade e subjetividade, os quais estão vinculados a um acontecimento histórico e respectivamente a regras de comportamento, de acordo com Foucault (2016). A seguir, passamos a tratar da interpretação dos sonhos: o problema das relações sujeito-verdade.

2.3.2 A interpretação dos sonhos: o problema das relações sujeito-verdade

No século XIX, o tema da subjetividade-verdade e sonho é retomado com Freud, quando este autor coloca a questão: “como se pode conhecer a verdade do próprio sujeito, o que acontece com a verdade do sujeito, e não seria através do que há de mais manifestamente ilusório no sujeito que é dito o que é a verdade mais do sujeito?” (FOUCAULT, 2016, p. 46).

Isso não significa que essa temática tenha ficado adormecida ao longo da história, ela apareceu no século XVII com Descartes, e ao final do século XVIII, implicitamente no pensamento Kantiano, em Schopenhauer e claramente nos estudos de Nietzsche, como afirma Foucault (2016). Para o autor, a temática do sonho sempre esteve presente, não somente nestes momentos, mas ao longo de toda história das relações entre subjetividade e verdade.

Para evidenciar a posição estratégica do sonho em relação ao problema ‘sujeito-verdade, Foucault (2016, p. 47) propõe começar seu estudo por um texto que diz respeito ao sonho, de um determinado período, ou seja, “o período em que assim chamado paganismo e o assim chamado cristianismo [...]”, um texto que data do século II d.C. Segundo Foucault (2016, p. 47), trata-se de “ser o único texto completo que nos resta de um gênero”, se trata da onirocrítica (a interpretação dos sonhos), o qual era familiar para a antiguidade.

É o famoso texto de Artemidoro, o qual foi traduzido por Festugière, uma pequena espécie de manual, ou como afirma Foucault (2016) uma enciclopédia da interpretação dos sonhos. Esse texto é um documento, ao qual Foucault (2016) pretende recorrer em sua investigação sobre as artes de viver, mesmo a onirocrítica não sendo exatamente “[...] uma arte de viver (artes de regular a própria conduta, artes de tomar conta de si, tecnologias de si, por assim dizer) [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 47). A onirocrítica também não pode ser considerada uma forma “de decifrar a pequena ou grande parte de verdade que pode se ocultar nas ilusões do sonho; é também certa maneira de definir o que fazer com o sonho, o que fazer, na vigília, com essa parte obscura de nós mesmos que se ilumina à noite” (FOUCAULT, 2016, p. 47).

Para Foucault (2016), o sujeito sonhador não é o mesmo quando acordado. Para o filósofo, a onirocrítica antiga é uma maneira de viver, uma forma de viver que considera que “somos um sujeito que sonha” (FOUCAULT, 2016, p. 47). Portanto, a escolha do texto de Artemidoro não foi aleatória. De acordo com Foucault (2016), certas passagens do texto demonstram seu “pertencimento à escola estoica, pela proximidade em que ele se encontrava com relação a um trabalho filosófico, a uma reflexão filosófica sobre a vida e a moral [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 48). Para o autor, ao mesmo tempo em que Artemidoro é um filósofo, impregnado de filosofia estoica, ele se apresenta como um teórico do sonho, um teórico dos fundamentos da onirocrítica, o qual traz diversos elementos do que constituía a interpretação tradicional e, de certa forma, popular dos sonhos.

Ferreira (2014, p. 16) salienta que “[...] a vida de um intérprete de sonhos do século II d.C. não deveria ser muito fácil”, pois, “o status da onirocrisia, ou oniromancia, como atividade profissional, estava ligado, provavelmente ao status da crença no sonho como um

sinal válido dos acontecimentos futuros” (FERREIRA, p. 2014, p. 16). Para a autora, a metodologia utilizada por Artemidoro de Daldis, em seus cinco livros, não é algo simples, exigindo do sonhador uma série de recomendações, como por exemplo, “[...] a necessidade de o sonho ser lembrado completamente por quem sonha [...]” (FERREIRA, p. 2014, p. 41). Além da necessidade de se “estabelecer a disposição de humor, o tempo, os costumes e o lugar onde o sonho ocorreu [...]” (FERREIRA, p. 2014, p. 41). Conhecer a vida pessoal, o status social, a sua posição no meio familiar, seus hábitos, a profissão de quem sonha é essencial para a interpretação dos sonhos.

Para Foucault (2016, p. 49), a análise interpretativa feita por Artemidoro sobre os sonhos com conteúdo sexual “deixa transparecer um sistema apreciativo”, para o intérprete, Artemidoro, o desejo de “[...] prover uma técnica, mas os critérios para uma análise possível”(FERREIRA, p. 2014, p. 41), mesmo essa análise interpretativa sendo imbuída de juízos explícitos, formulados pelo próprio filósofo sobre cada um dos atos sexuais mencionados por ele.

Portanto, existe um sistema interpretativo, em que um ato sexual sonhado terá um valor diagnóstico ou prognóstico, favorável ou não, respectivamente este ato representado terá um valor moral positivo ou negativo, para Artemidoro. Ou seja, se o ato sexual for de acordo com a moral, “terá um valor prognóstico favorável” (FOUCAULT, 2016, p. 48) para o sujeito, caso contrário será desfavorável. Para Foucault (2016), Artemidoro não inventa esta interpretação, mas retoma uma velha tradição,

[...] é um princípio geral que, [nas] visões de sonho, todos os atos que são conformes com a natureza, com a lei, com o costume, [também] todos os atos que, como ele diz são “conformes com o tempo”(e com isso quer dizer: adaptados ao momento em que devem ser feitos, conformes com o princípio do *kairós*, da ocasião), todos os que são conformes com os nomes (com isso ele quer dizer: os atos que portam um nome favorável), pois bem, todos esses atos são de bom augúrio. Ao passo que as visões contrárias – portanto, toda representação de algo que não é conforme com a natureza, com a lei, com o costume, com o tempo, com os nomes – são, ao contrário, de valor funesto e sem proveito. (FOUCAULT, 2016, p.50)

A partir do momento em que Artemidoro dá a cada sonho uma interpretação aceitável ou não, em que anuncia algo favorável ou desfavorável ao sonhador, tal ato sexual, naquele momento, é moralmente aceitável ou não. Portanto, ao atribuir a cada sonho um sentido, Artemidoro nos dá “[...] a possibilidade de recuperar as distribuições e as hierarquias morais dos atos sexuais de que fala” (FOUCAULT, 2016, p. 50). Isso, de certo modo, representa uma “[...] espécie de sistema ético dos atos sexuais [...]” (FOUCAULT, 2016, p.

50), por apresentarem uma hierarquia de valores e/ou de uma distribuição completa dos valores básicos na atividade sexual, independentemente de seu valor pontual, individual. Entretanto, o texto de Artemidoro não representa de forma direta qualquer código legal ou moral, pois não há, na bibliografia grega ou romana, o registro de um código legal ou moral que englobe as condutas sexuais. A possibilidade de um código moral geral sobre as condutas sexuais só ocorrerá mais tarde com os tratados de confissão, presentes na história do cristianismo, e que se desenvolveram a partir do século XII.

O homem adulto responsável, progenitor da família, é que será o sonhador na onirocrítica de Artemidoro. A maioria dos discursos sobre o sexo sempre adotou o ponto de vista do homem e apenas dele, desconsiderando a mulher, a criança e/ou o servo. O indivíduo ao “[...] compreender seus sonhos, saber por que sonhou e quais são as consequências que devem extrair deles na vida diária, gerir os assuntos da realidade levando em conta, cada um por si, a parte noturna que pertence ao centro de nossa existência [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 53), estará inserido na prática de conduzir, na onirocrítica. Entretanto, Foucault (2016) adverte que, na onirocrítica de Artemidoro, a interpretação do sonho, de cunho sexual ou não, estava relacionada a uma atividade social. Isso não significa que a onirocrítica que se desenvolveu durante o século XX, ou que vinha se desenvolvendo antes, “[...] é sempre o social que tende a ser metáfora do sexual [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 55), pelo contrário, na onirocrítica de Artemidoro “[...] A um sonho sexual se pergunta a verdade política, econômica, sexual que ele diz. [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 55). Na onirocrítica grega, existe uma espécie de *continuum*¹ entre o social e o sexual. O conteúdo da interpretação dos sonhos por Artemidoro se caracteriza em três tipos de sonhos/*óneiroi*: “[...] Os sonhos/*óneiroi* que representam atos conformes com a lei; os sonhos/*óneiroi* que representam atos contrários à lei; e, por fim, os sonhos/*óneiroi* que representam atos contrários à natureza [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 56).

As relações sexuais sonhadas pelo homem, ao serem interpretadas por Artemidoro, têm por objetivo a análise das diferentes pessoas com as quais o sujeito pode ter relações sexuais e não uma análise dos diversos atos sexuais possíveis, desconsiderando qualquer função quanto ao que se faz com elas ou mesmo quanto ao seu sexo. O importante na análise é a condição social do sujeito presente no sonho, com a qual se vai executar o ato sexual.

Outro fato importante é o posicionamento de Artemidoro quanto à interpretação da mulher que se faz presente no sonho. Foucault (2016, p. 56) descreve as palavras de

¹

Artemidoro, “[...] É preciso considerar as mulheres não conhecidas” (que são vistas num sonho com conteúdo sexual) ‘como as imagens das atividades que devem caber aos sonhadores’. “[...] Portanto, qualquer que seja a mulher e em qualquer condição que ela esteja, é também nessa condição que sua atividade colocará o sonhador”. Segundo Ferreira (2014, p. 45), “[...] outro sinal de influência cultural está no *status* da mulher [...] que seria muito baixo na sociedade grega da época. E tudo que se refere à mulher na onirocrítica de Artemidoro de Daldis, como ressalta Ferreira (2014, p. 45),

circunscreve-se à esfera do *oikos* (casa), do lar, almejando a prosperidade dos bens do homem, ou, na esfera do sexo, visando ao crescimento da família e à manutenção das relações familiares. Oberhelman reafirma a ideia de que tal consideração reflete uma aversão ao sexo feminino, consciente ou inconsciente, com as mulheres sendo projetadas como objeto de medo ou repulsão enquanto há uma supervalorização do órgão genital masculino, simbolizando respeito, vigor, poder etc. Ele diz (1986, p. 23): “As sociedades gregas e do Oriente próximo são misóginas, patriarcais, narcisistas e exultadas nos genitais masculinos que se sustentaram na representação do homem, que exerceu, sobre a mulher, tanto em casa como na sociedade, um real poder. (FERREIRA, 2014, p. 45)

Os conteúdos onirocríticos são objetos de estudo quanto às questões culturais e aos significados do gênero feminino e masculino, Ferreira (2014) apresenta como exemplo os estudos de McAlister (1992), em que a autora “[...] extrai de Artemidoro o simbolismo dos gêneros e dos papéis masculino e feminino” (FERREIRA, 2014, p. 45), e chama a atenção para o fato de que um acontecimento privado e encoberto como o sonho pode ser muito expressivo quanto à percepção do sujeito de seu meio social e público. Ferreira (2014) ainda pautada nos estudos de McAlister (1992) destaca as diferenças do simbólico entre o masculino e o feminino, em dois níveis:

A diferença sexual anatômica e as diferenças nos tipos de relações sexuais. Considera a primeira bastante clara. O pênis, ele próprio, é representativo da autoimagem masculina: vigor físico, poder, educação, respeito etc. (Onir. 1.45-46). A genitália feminina, por sua vez, tem um caráter funcional e é representada por outros objetos ou atividades, em vez de representar coisas. Por exemplo, uma lareira e um forno são como uma mulher porque recebem coisas que são úteis à vida; se estão acesos, significam que a esposa ficará grávida (Onir. 2.10). No que concerne aos tipos de relação sexual, esses refletem o sistema sociossexual sobre os papéis ativo e passivo, representativos dos gêneros masculino e feminino. Embora os gêneros tenham suas delimitações de ação, para McAlister, a mulher artemidoriana pode ultrapassar as fronteiras do gênero, i.e., ter características masculinas no sonho e isso pode ser auspicioso, dependendo, claro, da situação em que a mulher se encontra (Onir. 1.30). O curioso é que o homem, por sua vez, quando ultrapassa essas fronteiras, nos sonhos, esses mesmos sonhos

pressagiam sérios riscos quanto ao seu status social (Onir. 1.75 4.41; 2.5). (FERREIRA, 2014, p. 45)

A posição feminina na onirocrítica só é superior em relação a do homem pobre ou à do escravo, em que o simbolismo feminino de Artemidoro dá margem à possibilidade de uma mudança positiva (FERREIRA, 2014).

Ferreira (2014, p. 46) também cita o trabalho de Foucault (1984, p. 16), em *História da Sexualidade*, em que o autor reconhece o texto de Artemidoro de Daldís como “[...] a revelação ‘de um modo de existência e de um tipo de preocupações próprias às pessoas comuns’”. Mas também reconhece que não seria prudente utilizar o texto de Artemidoro como um documento que legitima e valoriza a sexualidade. E Foucault (1984, p. 41 apud Ferreira, 2014, p. 47) conclui que “[...] não há nada em Artemidoro que se refira a uma chave permanente e completa das classificações entre atos permitidos e aqueles que são proibidos. Nada que estabeleça com exatidão, entre o que é da natureza e o que é “antinatural, uma linha divisória clara e definitiva”.

Ferreira (2014, p. 52) ressalta a importância da obra de Artemidoro quanto ao resgate do “[...] pensamento antigo, principalmente no que diz respeito às motivações psíquicas dos indivíduos, e confrontá-los ao pensamento moderno, oferecendo-nos a visão de como a psique antiga era tratada [...]”, fornecendo assim, informações para compreender outras obras em que estão presentes as motivações psíquicas. Portanto, “[...] a onirocrisia, como discurso, se torna uma prática social [...]” (FERREIRA, 2014, p. 63) e o objetivo da análise interpretativa de Artemidoro não é criar um código ou um conjunto de proibições e de coisas permitidas, mas mecanismos gerais capazes de determinar a formação de juízos positivos ou negativos, favoráveis ou não, sobre determinado ato sexual.

Logo, o que podemos observar no texto de Artemidoro é a formação de sistema/mecanismos apreciativos dos atos sexuais, que, segundo o entendimento de Foucault (2016, p. 71) são “[...] princípios fundamentais da percepção ética desses aphrodísia”. Essa projeção do sexual sobre o social não acontece porque o sexual seja considerado símbolo do social, existe entre eles uma relação de continuidade um do outro. Portanto, de acordo com Foucault (2016), a maioria das palavras que designam o ato sexual, tem uma significação social.

2.3.3 A tecnologia de si e a obrigação de dizer a verdade

Foucault (2016) esclarece que o problema da tecnologia de si não diz respeito ao

sujeito da atividade sexual, mas respeito ao outro. Em outras palavras, é uma determinada forma de fazer o outro ter acesso ao *status* de sujeito, “[...] é uma tecnologia do si em relação ao outro [...]” e completa dizendo que “[...] o problema da verdade não é de modo algum o problema da verdade que o indivíduo compreenda por si mesmo sobre si mesmo quanto a seus próprios prazeres” (FOUCAULT, 2016, p. 86), sendo que “é a verdade que transmite ao outro na relação pedagógica” (FOUCAULT, 2016, p. 86). Para o autor, mesmo a experiência da sexualidade juntamente com a experiência da carne serem dominadas pelo princípio do “homem de desejo”, a primeira pode ser considerada como uma figura histórica singular, que auxilia na compreensão quanto à maneira como o indivíduo moderno podia fazer em relação à experiência dele mesmo enquanto sujeito de uma sexualidade.

De acordo com Foucault (2016, p. 90),

[...] existe em todas as análises desse tipo uma tendência tradicional para supor como dado fundamental algo que seria um código, isto é, a articulação mais ou menos sistemática de faixas de comportamento rigorosamente proibidos [a partir] de grandes proibições e faixas de comportamentos tolerados. Em geral, supõe-se um código fundamental e depois se [tenta] explicar em seguida todo o restante, ou seja, as graduações, as semitolerâncias, as avaliações mais ou menos contínuas, as coisas um pouco aceitas, um pouco rejeitadas.

Ao tentar explicar essas graduações, semitolerâncias, avaliações com relação ao código fundamental, buscou-se analisá-las como “[...] espécies de conciliações, de ajustes, de adaptações, de atenuações que tornem o sistema mais ou menos viável, mais ou menos aceitável etc.” (FOUCAULT, 2016, p. 90), o que para Foucault (2016) representava o óbvio. Ele propõe fazer o inverso, colocando “a nuance antes da proibição, a graduação antes do limite, o *continuum* antes da transgressão” (FOUCAULT, 2016, p. 90). E ressalta:

quero mostrar quais são os processos ativos, permanentes, contínuos de valorização que organizam uma percepção graduada das coisas – processos ativos, contínuos e permanentes de valorização que servem de suporte, em certos pontos de sua organização, para algumas grandes proibições que elas sim, são claras, nítidas e categóricas. Mas me parece que as grandes formas de proibição nítidas, claras e categóricas no fundo são apenas os casos-limites, os pontos extremos de algo que é um verdadeiro princípio de organização da percepção e da valorização (FOUCAULT, 2016, p. 90).

Esses princípios, segundo Foucault (2016, p. 91), “não são princípios negativos de proibição, e sim princípios positivos de valorização”. Para o autor,

é que de fato estamos vivendo, já vivemos, em todo caso durante séculos (genericamente a partir do período que se situa na Idade Média, entre os séculos VIII e XII), numa sociedade em que se organizou uma codificação muito intensa da atividade sexual. Desde os primeiros penitenciais dos séculos VII-VIII até a grande organização da confissão auricular no século XII e depois tudo o que veio a seguir, é verdade que, em nossa sociedade, assistimos a uma codificação muito forte da atividade sexual, codificação que sem dúvida é única na história das civilizações (FOUCAULT, 2016, p. 91).

Essa civilização buscou codificar em torno da sexualidade todos os atos, as relações, os pensamentos, os desejos e as tentações, no casamento ou fora dele, em torno do extraordinário, do incesto, do limite presumido, do antinatural por meio de comandos religiosos, na forma da legislação civil, da norma médica. E o casamento terá por si mesmo seu critério de valor, definindo ele mesmo a lei e o princípio de valorização sexual, pois caberá ao próprio casamento “[...] e não ao campo social todo, fazer a lei de valorização dos atos sexuais no casamento, dar o princípio desta. Essa quase ruptura, esse isolamento, em todo caso essa especificação do casamento dentro do campo social vai questionar o princípio geral de isomorfismo” (FOUCAULT, 2016, p. 94). Portanto, a atividade sexual no casamento, deverá ser considerada como “[...] uma unidade específica, singular, geograficamente, por assim dizer, institucional e moralmente isolada [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 94). E é a partir da valorização do casamento como lugar legitimado da relação sexual que se busca “[...] compreender como as artes de conduta, as tecnologias de conduta, as tecnologias de si vêm trabalhar o campo de uma percepção ética” (FOUCAULT, 2016, p. 94). Já o papel da mulher nas artes de viver, principalmente nos séculos I e II d.C., se resumem ao âmbito da casa, tudo que diz respeito ao exterior, às relações com o mundo, e com o contexto social pertencem ao homem.

Para Foucault (2016, p. 99), o papel do filósofo nas artes de viver é o de dar regras de conduta para os indivíduos, devendo o indivíduo não só dizer a verdade em seu discurso, mas durante toda sua vida. Foucault (2016, p. 99 - 100) ressalta também o problema do casamento para os filósofos,

[...] entre os filósofos o problema do casamento está ligado a algo muito importante, que é o problema da verdade. Se, nessa perspectiva geral que estou lembrando a vocês e que, repito, foi multissecular, o filósofo se encontra numa situação, numa posição crítica com relação à ética do casamento, é na medida em que ele é sujeito da verdade. É sujeito de verdade em dois sentidos. Por um lado, tem de conhecer a verdade, sua atividade é a *theoría*. Nessa medida, tudo o que pode desviá-lo da pureza dessa *theoría*, da eternidade do objeto que ele contempla e das condições que lhe permitem justamente perceber com toda clareza esse objeto eterno,

portanto, tudo o que possa embaralhar sua visão e perturbá-lo nessa relação preferencial, fundamental, estável com a verdade, tudo isso deve ser excluído. Portanto, o casamento deve ser excluído. Desse ponto de vista, enquanto sujeito de verdade, ele não pode casar-se. Mas por outro lado, na medida em que é sujeito de verdade (ou seja, na medida em que ensina a verdade, em que é mestre de verdade) por sua palavra, seu exemplo, sua vida, pela conformidade entre sua palavra e sua vida, o casamento é para ele tão implicado e necessário quanto para qualquer outro.

Portanto, cabe ao filósofo ser um “homem teórico” e não um ser ativo no campo social, como o homem comum. Entretanto, conforme os postulados de Foucault (2016), não se pode atribuir apenas aos gregos o problema da relação sexual com a verdade, seu desdobramento se deu também no cristianismo. Foi no cristianismo que a relação entre subjetividade e verdade em relação ao desejo se viu tecida no social, por meio dos dispositivos.

2.3.4 Os jogos de verdade e a subjetividade

A dificuldade que se coloca a propósito de todo e qualquer discurso que pretende dizer a verdade não pode determinar a existência de um discurso verdadeiro, com função de veridicção. De acordo com Foucault (2016, p.197), “[...] não há pertencimento ontológico fundamental entre a realidade de um discurso, sua existência, sua existência mesma de discurso que pretende dizer a verdade, e depois o real de que ele fala”. Existem jogos de verdade que estão vinculados a um acontecimento histórico singular. “E é precisamente esse acontecimento singular, no qual consiste na emergência de um jogo de verdade, que é preciso tentar reconstituir” (FOUCAULT, 2016, p. 197).

Em todo caso, é esse o “ponto de engate de tudo o que pode ser projeto de uma história da verdade [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 197). Portanto, fazer uma história da verdade, dos jogos de verdade, das práticas, das economias e das políticas de veridicção não significa, de modo algum, que tal verdade é verdade porque é real. E sim questionar este real, as condições singulares que o fizeram emergir, suas razões e suas necessidades. Para Foucault (2016, p. 198), o “dizer a verdade sobre alguma coisa não se origina somente [no], não se explica e não se justifica somente pelo fato de essa coisa verdadeira ser real”, tanto a verdade quanto o real podem ser colocados em correspondência, no interior de um jogo de verdade específico, a partir do momento em que se procura saber em quais condições se pode dizer que uma determinada proposição é verdadeira. Nesse momento, de acordo com Foucault (2016, p. 198), é legítimo dizer que “se tal proposição é verdadeira, é porque o real é tal. É

porque o céu é azul que é verdade dizer: o céu é azul. Mas, em contrapartida, quando se coloca a questão do saber como se explica que haja um discurso de verdade, nunca o fato de o céu ser azul poderá explicar o fato de eu dizer que o céu é azul”.

É preciso interrogar como os jogos de verdade se vinculam com práticas reais. Como a história da sexualidade foi capaz de produzir a existência de toda uma série de discursos, e como eles se perpetuaram no comportamento sexual das sociedades ocidentais. Logo, o que é preciso recuperar é o enraizamento desse jogo de verdade no real.

Essas regras de conduta, essas artes de conduzir, nomeadas pelos estoicos, bem como os documentos (século II d.C.) do período helenístico e romano, podem demonstrar a evolução das práticas, por meio de um código de conduta, um código de conduta sexual “[...] organizado em torno do casamento, que se torna o lugar exclusivo no qual a conduta sexual é autorizada” (FOUCAULT, 2016, p. 204), excluindo qualquer relação sexual fora do casamento monogâmico. Entretanto, mesmo na relação entre homem e mulher, as práticas não são livres, pois permitem que algo impuro, perigoso, venha a emergir dessa relação sexual. De acordo com Foucault (2016, p. 204), é no interior do casamento que essas “relações sexuais devem ser codificadas uma segunda vez por duas exigências”. A primeira, seria a relação sexual com a finalidade de procriação. Já a segunda, seria o papel que as relações sexuais devem constituir que são os laços afetivos, nas relações marido-mulher no interior da conjugalidade, portanto, é isso que se pode extrair dos textos e das práticas.

Foucault (2016), por meio do texto de Artemidoro e de outros, busca a própria forma de uma experiência. Em outras palavras, “[...] o tipo de relação que pode haver entre a subjetividade [e] a codificação das condutas, a relação de verdade que o sujeito estabelece para si mesmo através de sua relação com a codificação de suas próprias condutas” (FOUCAULT, 2016, p. 207). Para o autor, subjetividade, verdade e codificação de condutas é o que aparece quando levamos em conta o discurso que acompanha, além do fio condutor da codificação e de suas transformações.

Para Foucault, o que caracteriza o bíos, as técnicas de viver, não é “[...] o status, não é a atividade, não é o que o indivíduo faz, não são nem mesmo as coisas que maneja” (FOUCAULT, 2016, p. 226), mas, a forma de relação, a qual o indivíduo decide ter com as coisas, a forma como as finaliza com relação a si mesmo. É a forma como introduz sua própria liberdade, sua concepção nas coisas em si, a forma como as coloca e as utiliza.

Foucault (2016, p. 227) ressalta que “[...] os gregos não sabiam o que é subjetividade ou que não tinham essa noção. Indiscutivelmente a noção que nós, hoje, temos de subjetividade não tem um correspondente exato em grego”. O que mais se aproxima da noção

que temos por subjetividade é a noção de *bíos*, portanto, [...] o *bíos* é a subjetividade grega (FOUCAULT, 2016, p. 227), entretanto, o que impede a compreensão exata do que é o *bíos* é “[...] o fato de que para codificar e para pensar a subjetividade temos um contexto que podemos dizer cristão. Apesar de tudo e mesmo fora de referências cristãs explícitas, temos um grande modelo da subjetividade” (FOUCAULT, 2016, p. 227).

Ao considerarmos o ponto de vista do código, das jurisdições, dos sistemas de proibições e de tolerância, podemos, sim, admitir a relação histórica com o cristianismo. Por outro lado, se considerarmos as tecnologias da vida, as tecnologias de si, as tecnologias de subjetividade, seremos obrigados a modificar este traçado ou cruzar o esquema que os historiadores instituem dos códigos com outro esquema, o qual marca outras transformações.

O *bíos* grego, ou melhor essa subjetividade, a qual podemos comparar com a nossa subjetividade atual não pode ser pensado em termos de um além, nem “[...] em termos de fins que cada qual proponha para si mesmo”, pois “[...] o *bíos* grego não se define, como a subjetividade ocidental e cristã, em torno da possibilidade ou da injunção de uma conversão, e sim de um trabalho contínuo de si sobre si” (FOUCAULT, 2016, p. 227). Nesse sentido, Foucault (2016) ressalta que os discursos que se apresentam como técnicas de vida (*tékhnai perì ton bíon*), “[...] são procedimentos de constituição de uma subjetividade ou de subjetivação” (FOUCAULT, 2016, p. 227), que não podem ser comparados a ideologias que procuram maquiar, mascarar ou racionalizar um código. Isso porque a definição das condições, de certa maneira, é que possibilitaram a inserção do *bíos*, ou melhor dizendo, da subjetividade do indivíduo no cerne de um código. Assim, o papel dessas “artes de conduzir é prescrever os procedimentos de transformação do próprio sujeito” (FOUCAULT, 2016, p. 233). Portanto, a subjetividade deve ser compreendida como o conjunto de processos de subjetivação, aos quais os indivíduos foram submetidos através dos efeitos de poder-saber e dos regimes de verdade. Na sequência, passamos a concepção de resistência.

2.4 Resistência

Para compreender o que são as relações de poder existentes, é essencial investigar as formas de resistência presentes na sociedade, pois segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 234), “são lutas ‘transversais’; isto é, não se limitam a um país” e “não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de governo”. Essas lutas objetivam “os efeitos de poder enquanto tal” e são “imediatas”, pois “criticam as instâncias de poder que exercem sua ação sobre os indivíduos” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 234). Essas lutas são capazes de

questionar o conjunto de leis que normatizam e naturalizam o funcionamento de uma coletividade, afirmando o direito a uma individualidade, forçando-o “a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 235). Esses enfrentamentos são uma oposição aos efeitos de poder que emergem e são instituídos por um determinado saber. Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 235), “esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele.

O conceito foucaultiano de resistência difere por completo do conceito tradicional de resistência, pois, ela não é nem substância, nem matéria, “não é imagem invertida do poder ou seu negativo. Não se posiciona fora das relações de poder; ao contrário, lhes é coextensiva e contemporânea” (SAMPAIO, 2006, p.16), já que, a partir do momento em que existe uma relação de poder, existe também uma possibilidade de resistência. Logo, para resistir, “é preciso que a resistência seja como o poder” (FOUCAULT, 2015, p. 360), isto é, tão produtiva quanto ele. E que, como ele, ela venha de baixo e se distribua estrategicamente, irrigando todo o campo social. Essa forma de resistência, de acordo com Sampaio (2006, p. 16), “recoloca a analítica da luta, retirando-a de uma esfera ideal (seja seu projeto ou seus atores) e profética (não é uma promessa libertária para o futuro)”, pois se trata de saber especificamente, o que é a luta, sem moldá-la a um determinado modelo.

Por isso, é necessário compreender seus conflitos, seus embates, suas recusas, sua diversidade e mutabilidade. Segundo Sampaio (2006, p.16), ao “analisar o que há de comum em diferentes estratégias de resistência”, Foucault ressalta que

não se definem apenas pelo seu caráter antiautoritário, todavia, por várias outras particularidades: (1) são transversais, (2) objetivam atingir os efeitos de poder, (3) são imediatas e, principalmente, (4) colocam em xeque o estatuto do indivíduo e (5) se opõem aos efeitos do poder relacionados ao saber; enfim, (6) remetem à questão: quem somos nós? (FOUCAULT, 1995, p. 234-235).

Essa questão não é algo fácil de se responder, pois a resistência não é própria de um tipo de governo, de uma instituição ou modelo econômico, apesar de perpassar por diferentes espaços e suas diferentes constituições políticas e econômicas, pois essas lutas atingem o centro do poder próximo aos indivíduos e “seus acontecimentos fazem parte de uma história sempre aberta” (SAMPAIO, 2006, p. 16).

Para Foucault (2006), essas relações de poder abrem a possibilidade a uma resistência, e é justamente por haver a possibilidade de resistência que aquele que domina busca se manter mais forte, o que, conseqüentemente, torna a resistência maior, pois em toda parte há poder, e se há poder há resistência. A resistência como o poder é “múltipla, integrável a estratégias globais” (FOUCAULT, 2006, p. 249). Essas estratégias de luta têm como objetivo atacar tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, pois, segundo Foucault (1995), o corpo não deve ser pensado apenas como fato biológico, ele é alvo de investimento político e econômico do poder.

A resistência e suas lutas não efetuam a adequação ou o respeito ao poder (SAMPAIO, 2006), e nem ao jogo do poder, mas busca recusá-lo, impedindo, assim, o jogo de ser jogado. Sampaio (2006, p. 18) ressalta, ainda, que “o móvel principal da resistência se encontraria então nas lutas que atacam diretamente o funcionamento do poder e seus agenciamentos”, e dá como exemplo os grupos de operárias, feministas, homossexuais, ecológicos etc., que representam modalidades singulares e infinitas quanto as estratégias de confronto, bem como de criação de novas formas de vida (SAMPAIO, 2006). Portanto, a resistência, para o pensamento foucaultiano, é móvel, produtiva e inventiva, a qual só é possível emergir no próprio acontecimento. Logo, como afirma Foucault, nas palavras de Sampaio (2006), a resistência se refere ao acontecimento como procedimento completo, e, ao mesmo tempo, produtor de liberdade.

Ainda, segundo Sampaio (2006), a relação entre liberdade e resistência demanda toda uma análise material das condições históricas, do possível no presente (não do futuro do que poderia vir a ser), com sujeitos reais e diferentes, agindo por infinitos comportamentos, ampliando as fronteiras de suas ações. E é justamente na esfera da liberdade o lugar da resistência, pois só há resistência entre sujeitos livres, o que torna possível a oposição às relações de poder.

As lutas travadas, formadoras de outra subjetividade, como argumenta Sampaio (2006), vão sempre se deparar com o risco, o qual está sempre presente nas relações de poder, isto é, na ação do homem sobre o outro por seus mecanismos. Portanto, para Foucault, citado por Sampaio (2006), o que importa é a liberdade como possibilidade de criação de si e a ruptura com o estabelecido, possibilitando a resistência, e não a concordância com uma determinada relação de poder. Isso significa que a liberdade não é algo maior, inatingível, ela “é uma prática e sua condição são as pessoas no exercício. Ela não é apenas uma opção ou escolha *de*, mas também expressão, materialização” (SAMPAIO, 2006, p. 111).

Gregolin (2004, p. 137) argumenta que “essas lutas opõem uma resistência aos efeitos de poder que estão ligados aos saberes, à competência e à qualificação”. Esses efeitos de poder, contra os quais os sujeitos combatem em micro-lutas cotidianas, classificam os indivíduos em categorias, ligando-os a uma identidade e conseqüentemente impondo-lhes uma lei de verdade, a qual é “necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles” (GREGOLIN, 2004, p. 137). Logo, toda essa série de poderes múltiplos que envolvem o sujeito tem como objetivo forjar representações de subjetividades, e ao mesmo tempo impor formas de individualidade.

Segundo Gregolin (2004), para Foucault, o problema não se encontra em um mesmo lugar, ele é ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico, e o que interessa não é “tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador” (GREGOLIN, 2004, p. 138). Portanto, é necessário ater, não somente às condições, mas às variações presentes em cada superfície histórica para compreendermos os processos de resistência que envolvem saberes, relações de poder e modos de subjetivação.

No capítulo seguinte, abordaremos a concepção de dispositivo com o intuito de compreendermos como esses saberes, essas relações de poder, esses modos de subjetivação e processos de resistência se constituem, por meio de enunciados nas capas da revista *Veja*, objeto de nossa análise.

CAPÍTULO 3

DISPOSITIVO

O que é nem sempre foi; ou seja, é sempre na confluência de
encontros, de acasos, no decorrer de uma história frágil,
precária, que se formam as coisas que nos dão a impressão de
serem as mais evidentes.
Foucault

Ao apresentarmos, no capítulo 2, as três grandes instâncias distintas (saber, poder e subjetividade), as quais não possuem contornos definitivos, como salienta Deleuze (1990), pois, são antes de tudo cadeias de variáveis relacionadas entre si, observamos que essas cadeias colocam em prática todo um conjunto de relações que explicitam um discurso, uma prática discursiva que encontra e reencontra nos acontecimentos de cada superfície histórica os processos de poder e resistência que as envolvem. Deleuze (1990, p. 155) afirma que “é sempre por via de uma crise que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha”, e que essas linhas, de naturezas diferentes, não abarcam e muito menos delimitam sistemas homogêneos, seguem direções diferentes e formam processos, aproximando-se e afastando-se uma das outras, demonstrando linhas de sedimentação de um pensamento em uma determinada época, mas também a existência de linhas de fissuras, linhas de fraturas que necessitam ser desemaranhadas.

“Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”, é assim, segundo Deleuze (1990, p. 155), que Foucault chama “de trabalho em terreno”. Para Foucault, não basta apenas a composição de um dispositivo, é preciso saber as linhas que o atravessam, o arrastam de um lado para outro, suas derivações. Logo, “os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como vetores ou tensores” (DELEUZE, 1990, p. 155), que operam e determinam o discurso como verdadeiro ou falso, em uma determinada época, por meio de um dispositivo. Portanto, um certo regime de verdade ou determinadas práticas formam um dispositivo de saber-poder, o qual está inscrito em um jogo de efeitos de poder.

Para compreendermos melhor a importância do dispositivo, ou melhor dizendo, dos dispositivos que delinearam a marcha das mulheres ao longo de sua história, a qual aparece, ainda que de forma fragmentada, nos enunciados das dez capas da revista *Veja*, objeto de nossa análise, é que apresentamos a acepção de dispositivo, tendo como aporte teórico os

estudos de Agamben (2009), Carvalho e Sargentini (2014), Piovezani e Cursino (2014), Deleuze (1990), Fernandes (2012), Foucault (2014d, 2015), Navarro (2014), Veyne (2014), dentre outros.

A seguir, tratamos da concepção de dispositivo e suas dimensões, em seguida abordamos os dispositivos de segurança, sexualidade e midiático, por entender que estes dispositivos são indispensáveis para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

3.1 O que é o dispositivo?

As questões terminológicas, na maioria das vezes, não são definidas pelos filósofos, como ressalta Agamben (2009), no entanto, elas são importantes na filosofia. Em uma das conferências que realizou no Brasil em setembro de 2005, Agamben² apresenta a noção de dispositivo em Foucault, o qual ele considera “que tenha sido um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault” (AGAMBEN, 2009, p. 27; FERNANDES JUNIOR E SOUSA, 2014, p. 14), principalmente a partir da década de 1970, quando Foucault passa a se ocupar do que chamava de “governabilidade” ou de “governo dos homens”. Em uma entrevista de 1977³, Foucault se aproxima de uma definição, embora nunca tenha elaborado propriamente o conceito de dispositivo. De acordo com Agamben (2009, p.28), Foucault diz:

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos [...]
 [...] com o termo dispositivo, compreendo uma espécie – por assim dizer – de formação que num certo momento histórico teve como função essencial responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função eminentemente estratégica [...]
 [...] Disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de

² Conferência proferida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2005.

³ Ce que j'éssai de répéter sous ce nom, c'este, premièrement un ensemble résolument hétérogène comportant des discours, des institutions, des aménagements architecturaux, des décisions réglementaires, des lois, des mesures administratives, des énoncés scientifiques, des propositions philosophiques, Morales, philanthropiques, bref: du dit aussi bien que du non-dit, voila les éléments du dispositif. Le dispositif lui-même c'est le reseau qu'on établit entre ces éléments [...]

[...] par dispositif, j'entends une sorte -disons- de formation qui à un moment donné a eu pour fonction majeure de répondre à une urgence. Le dispositif a donc une fonction stratégique dominante... Le dispositif est toujours inscrit dans un jeu de pouvoir [...]

[...] Ce que j'appelle dispositif est un cas beaucoup plus general que l'épistémè. Ou que plutôt l'épistémè c'est un dispositif especialmente discursif, à la différence du dispositif que est lui, discursif et non discursif.

uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados.⁴

Portanto, o termo dispositivo não se restringe apenas a uma ou outra tecnologia do poder. É um termo geral, o qual tem a mesma amplitude que, segundo Hyppolite, o termo “positividade tem para o jovem Hegel”, como afirma Agamben (2009, p. 33), entretanto, o objetivo de Foucault não é o mesmo que o de Hegel. Para Foucault, é preciso “investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos “jogos” de poder” (AGAMBEN, 2009, p. 33). Na estratégia de Foucault, o dispositivo “ocupa o lugar daqueles que ele define criticamente como ‘os universais’”, como o Estado, a Soberania, a Lei, o Poder, não que eles não estejam imbricados no pensamento foucaultiano, pelo contrário, ele os considera como conceitos operativos de caráter geral que dão lugar ao dispositivo. Para Agamben (2009, 33-34), os dispositivos não são “simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder”, eles são “a rede (le reseau) que se estabelece entre estes elementos”, como afirmara Foucault em entrevista dada em 1977.

No sentido de compreender, ou melhor, tentar examinar o significado de dispositivo, Agamben (2009) apresenta três definições do termo dispositivo que se encontram nos dicionários franceses de uso comum. A primeira definição teria um sentido jurídico “o dispositivo é a parte de um juízo que contém a decisão separadamente da motivação” (AGAMBEN, 2009, p. 34). Já a segunda teria um significado tecnológico, isto é, “o modo em que estão dispostas as partes de uma máquina ou de um mecanismo e, por extensão, o próprio mecanismo” (AGAMBEN, 2009, p. 34). E a terceira definição um significado militar, que seria “o conjunto dos meios dispostos em conformidade com um plano” (AGAMBEN, 2009, p. 34). Podemos perceber que todos os três significados se encontram, de algum modo, presentes no uso foucaultiano, no entanto, Agamben (2009) também afirma que os dicionários que não possuem um caráter histórico-etimológico se diferenciam dos demais, pois

⁴ Segundo Agamben (2009) a edição brasileira da coleção *ditos e escritos*, organizada por Manoel Barros da Mota [Rio de Janeiro: Forense Universitária] suprimiu esta entrevista de Michel Foucault. Na edição francesa o texto tem como título “Le jeu de Michel Foucault”, entrevista concedida a D. Colas, A. Grosrichard, G. Le Gaufey, J. Livi, G. Miller, J. Miller, J. –A. Miller, C. Milliot, G. Wajeman, e publicada primeiramente em *Ornicar? Bulletin périodique du champ freudien* [n. 10, julho de 1977, p. 62-93]. (N.T.) (*Dits et écrits*, v. III, p. 299-300)

apresentam uma outra estrutura, dividindo e separando os significados dados ao termo dispositivo. Para o autor, esta fragmentação se deve ao “desenvolvimento e a articulação histórica de um significado original” (AGAMBEN, 2009, p. 35). Esse significado, tanto no uso comum como no foucaultiano, refere-se “à disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito” (AGAMBEN, 2009, p. 35). Isso porque os dispositivos estão de alguma forma conectados a uma genealogia teológica, pois o termo “dispositivo” deriva do termo latino *dispositio*, que vem “assumir em si toda a complexa esfera semântica da *oikonomia* teológica”, e que remete a “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições” que tem como objetivo “gerir, governar, controlar, conduzir os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2009, p. 39). Portanto, os dispositivos sempre implicam um processo de subjetivação do sujeito e estão presentes nos discursos dos seres vivos e não apenas nas prisões, nos manicômios, nas escolas, nas confissões, nas fábricas, nas disciplinas, nas medidas jurídicas. Eles, os dispositivos, tornam-se evidentes por meio de conexões com o poder, por meio da caneta, da literatura, de escritura, da publicidade, da moda, da filosofia, do feminismo, dos computadores, dos telefones celulares, da própria linguagem.

Para Agamben (2009, p. 41-42), o crescimento ilimitado dos dispositivos, no nosso tempo, equivale a proliferação de processos de subjetivação, o que, de certo modo, dá “a impressão de que a categoria da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência”, isto é, para Agamben (2009), tal fato leva ao extremo o aspecto de camuflagem, de encobrimento, de mascaramento que sempre acompanhou toda identidade pessoal. Logo, esses dispositivos numa sociedade disciplinar, de acordo com Foucault, como ressalta Agamben (2009, p. 46), tem por objetivo toda “uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento”, portanto, o dispositivo é uma máquina que produz subjetivações, ao mesmo tempo que é também uma máquina de governo.

Para compreendermos melhor essa máquina, passamos a tratar das dimensões de um dispositivo.

3.1.1 As dimensões de um dispositivo

Os dispositivos para Foucault, segundo Deleuze (1990), possuem, primeiramente, duas dimensões que são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. E os dispositivos, tal como são analisados por Foucault, são comparados “como as máquinas de Raymond Roussel, máquinas de fazer ver e de fazer falar” (DELEUZE, 1990, p. 155).

Essas curvas de visibilidade não remetem à luz, de modo geral, que clareara objetos pré-existent. Elas são curvas de visibilidade formadas por “linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis de um dispositivo” (DELEUZE, 1990, p. 155), portanto, cada dispositivo tem seu regime de luz próprio, e a forma como esta luz cai, se dispersa, desaparece ou se difunde ao dividir, ou melhor dizendo, ao distribuir o visível e o invisível, fazendo “nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela” (DELEUZE, 1990, p. 155), ele é único. Portanto, para Deleuze, “a historicidade dos dispositivos deriva dos regimes de visibilidade e enunciação, pois, a história é tecida pelo que se mostra e o que se diz, cujo o avesso é o não visto e o não dito” (CARVALHO e SARGENTINI, 2014, p. 25). Logo, “se há uma historicidade dos dispositivos, esta é a dos regimes de luz, mas também dos regimes de enunciação” (DELEUZE, 1990, p. 155). As enunciações, por sua vez, “remetem para linhas de enunciação nas quais se dividem as posições diferenciais de seus elementos” (DELEUZE, 1990, p. 155) e distribuem variáveis que em um determinado momento se definem pelos regimes de enunciações. Isso porque não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que se fazem necessários definir quanto à função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas variações, suas transformações” (DELEUZE, 1990).

A terceira dimensão de um dispositivo são as linhas de forças que mesmo parecendo estarem “situadas nas linhas precedentes de um ponto singular a outro” (DELEUZE, 1990, p. 156), de uma alguma forma, elas restauram as curvas de visibilidade e de enunciação, pois traçam tangentes, “operam as idas e vindas entre o ver e o dizer”, agindo como frechas que não param “de penetrar as coisas e as palavras” (DELEUZE, 1990, p. 156). Essas linhas de forças produzem-se de um ponto a outro, passando por todos os lugares de um dispositivo, tornando-se invisível e indizível, mesclando-se com outras, tornando-se imperceptível, na maioria das vezes. Para Foucault, de acordo com Deleuze (1990), essas linhas de forças são a dimensão do poder, poder que ocupa um espaço interno do dispositivo e, conseqüentemente, um espaço variável com os outros dispositivos, compondo-se como o poder e o saber dentro dessa dimensão.

Já a quarta dimensão, descoberta por Foucault, são as linhas de objetivação. Segundo Deleuze (1990), tal descoberta nasce de uma crise no pensamento de Foucault, de uma necessidade em modificar o mapa dos dispositivos, buscando uma nova orientação, evitando

assim, que os dispositivos se fechassem em linhas de força intransponíveis. Para Foucault, segundo Deleuze (1990), é preciso transpor a linha de forças, ao invés de entrar em relação linear com outra força, é necessário voltar-se para si-mesmo, exercer-se sobre si-mesmo. Daí, surge uma linha de subjetivação, ou melhor dizendo, um processo de subjetivação, isto é, a produção de subjetividade num dispositivo.

As linhas de subjetivação não são o limite de um dispositivo, mas elas predisõem as linhas de fratura, de fissura, assumindo processos diferentes de subjetivação. Assim, as produções de subjetividade, de acordo com Deleuze (1990, p. 156), “escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro, em outras formas ainda por nascer”. Portanto, as linhas de visibilidade, as linhas de enunciação, as linhas de força, as linhas de objetivação e subjetivação, as linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e ao mesmo tempo se misturam são componentes dos dispositivos.

Segundo Carvalho e Sargentini (2014), de acordo com o pensamento de Deleuze (1990), o dispositivo define-se pelo caráter de novidade e criatividade, que marcam sua capacidade de se transformar ou até mesmo se fissurar em benefício de um dispositivo futuro. Isto é, a novidade de um dispositivo é a sua atualidade em relação aos anteriores. Para Deleuze (1990, p. 158), “o novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, o que chegamos a ser, quer dizer, o outro, nossa diferente evolução”, por isso, é necessário distinguir em todo dispositivo, o que somos, é necessário distinguir aquilo que somos em devir.

Deleuze (1990, p. 158) ressalta que muitos, por muitas vezes, consideraram que Foucault tecia o quadro das “sociedades como outros dispositivos disciplinares da soberania”, o que não era bem assim, essas disciplinas descritas por Foucault representavam a história daquilo que vamos deixando aos poucos, progressivamente, de ser, pois, nossa atualidade vai pouco a pouco se configurando em princípios de controle abertos e contínuos, bem diferentes daquelas disciplinas fechadas. Entretanto, este controle não é único, pois apelamos a todo momento pela produção de subjetividades capazes de resistir a esse controle, portanto, existe um vínculo estreito entre o dispositivo e o sujeito.

Para Carvalho e Sargentini (2014, p. 31), “os dispositivos são transformadores de sujeito e, por consequência, do discurso”, em outras palavras, não há um dispositivo sem sujeito, pois é “o movimento do sujeito por esses dispositivos que produz sentido, nós na rede”. E como afirma Veyne (2014, p. 59), o “discurso não move a história, é movido por ela com seu inseparável dispositivo”, o qual a vontade de saber irá questionar. Portanto, cabe ao

arqueólogo/genealogista rastrear os regimes de visibilidade e de enunciação que são a chave para a historicidade.

A seguir, passamos a tratar das concepções dos dispositivos de segurança, sexualidade e midiáticos que são fundamentais para compreendermos a emergência desses regimes de visibilidade e enunciabilidade presentes nos enunciados veiculados pela revista veja.

3.2 O dispositivo de segurança

Para Foucault (2014d), as relações de poder não estão localizadas em nenhum ponto específico da estrutura social, como ressalta Fernandes Junior e Sousa (2014, p. 14), eles, os poderes, funcionam como “uma rede de dispositivos ou de mecanismos à qual nada ou ninguém escapa”, portanto, “o poder é algo que se exerce, se efetua e funciona discursivamente”. Daí a necessidade de compreendermos como essas relações de poder estabeleceram formas de conduzir e se conduzir, por meio da governamentalidade sobre os homens e dos homens, nos espaços privados e públicos, observando como a população ao longo da história tornou-se sujeito das necessidades, das aspirações, e conseqüentemente, objeto de subjetivação.

Segundo Foucault (2008, p. 4), o dispositivo de segurança é que vai inserir o fenômeno em questão numa série de acontecimentos prováveis e, conseqüentemente, “as reações do poder ante esse fenômeno”, que serão inseridas “num cálculo que é um cálculo de custo”, permitindo instaurar “uma divisão binária entre o permitido e o proibido”. Foucault (2008) cita como exemplo, o sistema jurídico-legal que predominou até o século XVIII, para demonstrar que o aspecto disciplinar estava longe de estar ausente, a partir do momento que se impunha um ato de punição, independentemente de sua importância ou pela pouca consequência, pois o objetivo dessa punição estava justamente no efeito corretivo que se pretendia alcançar, instaurando-se como um mecanismo de segurança. Portanto, o sistema disciplinar “comporta toda uma série de dimensões que são propriamente da ordem da segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 10). Isso porque os mecanismos disciplinares não emergiram a partir do século XVIII, eles já se encontravam presentes no interior do código jurídico-legal.

Foucault (2008) afirma que existe um conjunto de medidas legislativas, com decretos, regulamentos, circulares que permitem a implantação dos mecanismos de segurança, tornando-os cada vez mais complexos e gigantescos nos dias atuais, o que afeta também o

corpus disciplinar, ativando-o por meio do estabelecimento desses mecanismos de segurança. E ressalta, que para garantir essa segurança, é necessário apelar, como por exemplo, “para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnósticos do que eles são, de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja, sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar” (FOUCAULT, 2008, p. 11). Portanto, “não existe uma série, na qual os elementos irão suceder, os que aparecem fazendo seus predecessores desaparecerem” (FOUCAULT, 2008, p. 11), isto é, não existem mecanismos de segurança que tomem o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. O que se tem é uma série de monumentos complexos, nos quais o que muda são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoando, portanto, o que muda é o sistema de correlação entre esses três mecanismos.

Foucault (2008, p. 15) elenca quatro características do dispositivo de segurança dentre tantas, que são necessárias estudar: primeiro o que “poderíamos chamar de espaços de segurança”; em segundo lugar, estudar “o problema do tratamento aleatório”; estudar a “forma de normalização que é especificada, não da mesma forma que a da normalização disciplinar; e qual a correlação entre a técnica de segurança e a população, ao mesmo tempo como objeto e sujeito desses mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 15). Portanto, é importante compreendermos “a emergência não apenas da noção, mas da realidade da população, quanto ao funcionamento político, mas também em relação ao saber e à teoria política” (FOUCAULT, 2008, p. 15) constituídos. De acordo com Foucault (2008, p. 16), existe uma forma um tanto esquemática quanto a esse processo, que seria “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população”.

Foucault (2014d), ao postular a noção de população e os mecanismos suscetíveis de garantir sua regulamentação, no curso que tratou da “gênese de um saber político”, tendo como fio condutor de sua exposição a noção de “governo”⁵, elencou três aspectos importantíssimos sobre o poder. Primeiro, que “seria preciso fazer uma investigação aprofundada sobre a história não somente da noção, mas dos procedimentos e meios colocados em operação para garantir, em dada sociedade, ‘o governo dos homens’ (FOUCAULT, 2014d, p. 336). Foucault analisa, nas sociedades gregas e romanas, que a questão do “exercício do poder político não implicava nem o direito nem a possibilidade de um “governo” entendido como atividade que empreende conduzir os indivíduos ao longo de

⁵ *Segurança, Território e População*, 1977, College de France.

toda vida, colocando-os sob a autoridade de um guia responsável pelo que fazem e pelo que lhes acontece”. Foucault parte das indicações de Paul Veyne sobre a ideia de um soberano-pastor, de um rei ou magistrado-pastor do rebanho humano, o qual só se encontra nos textos gregos arcaicos ou em alguns autores da época do império. Entretanto, “a metáfora do pastor que vigia suas ovelhas” é aceita e se faz presente na caracterização da “atividade do pedagogo, do médico, do mestre de ginástica” (FOUCAULT, 2014d, p. 336). Essa hipótese, ressalta Foucault (2014d), poderia ser confirmada pela análise do *político*.

Para Foucault (2014d, p. 337), o “poder do pastor”, exercido sobre uma multidão, é menor em um território fixo ao deslocar-se para um objetivo, sua função restringe-se à subsistência do rebanho, vigiando-o e garantindo-lhe a salvação. Portanto, trata-se de um poder que, de acordo com Foucault (2014d, p.337), “individualiza, atribuindo, por um paradoxo essencial, tanto valor a uma única das ovelhas quanto ao rebanho todo”. Esse tipo de poder é que foi inserido pelo cristianismo no Ocidente, através da pastoral eclesiástica que lhe deu forma institucional, como uma atividade indispensável “à salvação de todos e cada um” (FOUCAULT, 2014d, p. 337).

Esse poder, nos séculos XV e XVI, passa a ser questionado e se instaura uma crise geral do pastoreio, que vai além da rejeição da instituição pastoral, na busca por outras modalidades, mais complexas, “de direção espiritual e de novos tipos de relações entre pastor e rebanho: mas também pesquisas sobre a maneira de ‘governar’ as crianças, uma família, um domínio, um principado” (FOUCAULT, 2014d, p. 337). Isso resulta em novas formas de relações econômicas e sociais, bem como em novas estruturas políticas, colocando “a maneira de governar e de se governar, de conduzir e de se conduzir” (FOUCAULT, 2014d, p. 337), como questionamentos fundamentais ao final do feudalismo.

O segundo aspecto elencado por Foucault (2014d), e que foi objeto de análise, foi a formação de uma “governamentalidade” política, por meio do exercício do poder soberano, considerando a maneira de conduzir, por meio das “diferentes artes de governar” que emergiram “ao final do século XVI e na primeira metade do século XVII” (FOUCAULT, 2014d, p. 337), a qual está ligada à emergência da “razão de Estado”. Portanto, passa-se de uma arte de governar, cujos princípios eram tomados emprestados das virtudes tradicionais como a sabedoria, a justiça, o respeito às leis divinas e os costumes humanos, ou das habilidades comuns, pertencentes a uma arte de governar centrada na racionalidade, a qual tem seus preceitos e seu domínio de aplicação no Estado (FOUCAULT, 2014d). Essa “razão de Estado”, segundo Foucault (2014d, p. 337), “é a nova matriz de racionalidade segundo a qual o Príncipe deve exercer sua soberania governando os homens”.

Esse fato acaba por gerar o apagamento do tema imperial e, conseqüentemente, leva os Estados a travarem lutas uns contra os outros para garantir a própria sobrevivência, instaurando não apenas problemas quanto à “legitimidade de um soberano sobre o território”, mas também quanto o “conhecimento e o desenvolvimento das forças de um Estado”, que tomam forma em dois grandes conjuntos de saber e das tecnologias políticas, sendo uma tecnologia diplomático-militar “capaz de garantir e desenvolver as forças do Estado por um sistema de alianças e pela organização de um aparelho armado” (FOUCAULT, 2014d, p. 338), e a outra constituída pela “polícia” que representava nesta época o “conjunto de meios necessários para fazer crescer, do interior, as forças do Estado” (FOUCAULT, 2014d, p. 338). Essas duas grandes tecnologias tinham como instrumento habitual o comércio e a circulação monetária, pois eram a garantia de enriquecimento do comércio e, conseqüentemente, o aumento da população, da mão de obra e da produção que elevariam a exportação, além da formação de exércitos fortes capazes de proteger o Estado.

O terceiro e último aspecto tecido por Foucault foi a elaboração do problema população-riqueza “(sob seus diferentes aspectos concretos: fiscalidade, penúrias, despovoamento, ociosidade-mendicidade-vagabundagem) que constitui uma das condições de formação da economia política” (FOUCAULT, 2014d, p. 339). Esse problema se desenvolve, a partir do momento em que se dá conta de que a gestão da relação recursos-população não pode mais passar por um sistema regulador e opressivo, o qual tenderia a aumentar a população para ampliar os recursos. Por esse motivo, o problema político da população dará vez a certas intervenções, por meio das leis, das mudanças de atitude, da maneira de fazer e de viver através de campanhas, etc., afirmando o poder do Estado, por meio da manutenção da ordem e da disciplina em nome da felicidade de seus sujeitos, ao fazer bom uso de suas forças, regulamentando a vida e o bem-estar dos indivíduos.

A partir da segunda metade do século XVIII, essa tecnologia das forças estatais passa a gerir uma política de saúde com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil, de prevenir epidemias, de intervir nas condições de vida dos indivíduos, impondo à população normas quanto à alimentação, à moradia, à organização das cidades no âmbito geral de uma ‘biopolítica’, que tende a tratar “a ‘população’ como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e que, por conseguinte, dependem de saberes e de técnicas específicas” (FOUCAULT, 2014d, p. 340). Portanto, o Estado de governo que se apoia sobre a população e que utiliza a instrumentalização do saber econômico é uma sociedade controlada pelo dispositivo de segurança, por meio de discursos institucionalizados, estabelecendo relações com outros

dispositivos que permeiam o discurso como o dispositivo de sexualidade, o qual passamos a tratar a seguir.

3.3 O dispositivo de sexualidade

Segundo Foucault (2014a), até o início do século XVII falar sobre a sexualidade era algo aberto, sem segredo, as palavras, os discursos eram ditos sem reticência, as transgressões visíveis, os corpos “pavoneavam” sem se importar com a presença das crianças. A partir do período vitoriano, a sexualidade é cuidadosamente contida, ela passa para o ambiente familiar, a partir de regras de conduta, com a função apenas de reprodução. Nesse período, o casal (legítimo) como procriador é quem dita a lei, portanto, “impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (FOUCAULT, 2014a, p. 7). Nesse momento, no espaço social como na moradia, só existe um lugar de sexualidade reconhecida: o quarto dos pais, o que sobra das transgressões, antes visíveis, é escondido, busca-se ocultar a sexualidade de todas as formas. O comedimento das atitudes passa a esconder os corpos, o pudor se faz presente nos discursos, e o que não se enquadra aos padrões instituídos vira anormal e sujeito a sanções.

Foucault (2014a, p. 8) ressalta: “o que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui nem eira nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio”, pois não existe, como não deve existir qualquer manifestação, sejam atos ou palavras a respeito do sexo, principalmente na frente das crianças. De acordo com Foucault (2014a, p. 8), tal colocação seria própria da repressão, que funcionaria como “condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber”.

Assim, o discurso sobre a repressão moderna do sexo se firma, por meio de concepções históricas e políticas que o protegem, dando origem à Idade da Repressão no século XVII, período que coincide com o desenvolvimento do capitalismo. E são exatamente essas concepções que Foucault (2014a), no livro *História da Sexualidade: a vontade de saber*, apresenta, em uma primeira abordagem, por meio de alguns pontos historicamente significativos e o esboço de certos problemas teóricos. Para o autor, trata-se de questionar “o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz,

denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar” (FOUCAULT, 2014a, p. 13). Não são apenas esses discursos, mas essa vontade de conduzir e a estratégia que os sustenta que Foucault almeja percorrer, questionando não o porque somos reprimidos, mas por que dizemos com tanto sentimento que somos reprimidos, portanto, “trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade” (FOUCAULT, 2014a, p. 16), pois o importante para Foucault é o fato discursivo global, isto é, a colocação do sexo em discurso. O importante é saber sob que formas, por meio de que canais, advindo de quais discursos o poder chega, penetra e controla a conduta, revelando a vontade de saber, a qual serve de suporte e instrumento para constituir uma ciência da sexualidade.

Nessa época de repressão sobre o sexo, no século XVII, própria das sociedades burguesas, houve um momento em que se tentou controlar a sua livre circulação no discurso, banindo as coisas ditas, extinguindo palavras, que remetessem ao sexo. Essas interdições levaram à imposição do silêncio, da censura, o que levou a novas regras de decência, a “polícia de enunciados” e o “controle também das enunciações”, segundo Foucault (2014a, p. 20). No entanto, tal fato tornou-se inverso quanto aos discursos específicos que não cessaram de proliferar, como uma ferramenta discursiva a partir do século XVIII, gerando também um contra efeito, a valorização e a intensificação do discurso indecente. Mas, para Foucault (2014a, p. 20), “o essencial foi a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício de poder: a incitação institucional a falar sobre o sexo” e a “obstinação das instâncias de poder em ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma de articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado”.

Foucault (2014a) considera que a evolução da pastoral católica e do sacramento da confissão, após o Concílio de Trento, teve um papel fundamental quanto à questão do sexo, pois os manuais de confissão da Idade Média fizeram parte das correntes no século XVII, em que a descrição era recomendada cada vez mais com insistência para que a confissão fosse completa, mesmo policiando a língua, “a extensão da confissão e da confissão da carne” (FOUCAULT, 2014a, 21) não parou de crescer. A dedicação da Contrarreforma para acelerar o ritmo da confissão, ao tentar impor regras minuciosas de exame de si mesmo, atribuindo cada vez mais importância ao ato da penitência, foi um ato de silenciamento, mas também um ato de conduta. Segundo Foucault (2014a, p.22),

um discurso obediente e atento deve, portanto, seguir, segundo todos os seus desvios, a linha de junção do corpo e da alma: ele revela, sob a superfície dos pecados, a nervura ininterrupta da carne. Sob a capa de uma linguagem

que se tem o cuidado de depurar de modo a não mencioná-lo diretamente, o sexo é açambarcado e como que encurralado por um discurso que pretende não lhe permitir obscuridade nem sossego.

Logo, institui-se onde, quando e quem pode falar do sexo. A pastoral cristã colocou como dever a tarefa de passar pelo crivo interminável da palavra tudo aquilo que se relaciona com o sexo. Essa interdição, quanto ao falar sobre o sexo, poderia ser apenas como dispositivos secundários com relação à sujeição, ou seja, um discurso obediente e atento sobre o sexo deverá ser seguido, em que corpo e alma caminhem juntos, mesmo diante dos desvios, dos pecados da carne. Entretanto, sem mencioná-los diretamente, mas com a tarefa de dizer tudo sobre o seu sexo, valorizando cada vez mais o discurso sobre o mesmo, estendendo-o cada vez mais quanto aos “efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de orientação e modificação sobre o próprio desejo” (FOUCAULT, 2014a, p. 25-26).

E, conseqüentemente, ampliando, assim, o domínio sobre o que se podia falar sobre o sexo, por meio do discurso “através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição” (FOUCAULT, 2014a, p. 26), e que ao mesmo tempo crie mecanismos capazes de produzir discursos sobre o sexo passíveis de funcionar e “de serem efeitos de sua própria economia” (FOUCAULT, 2014a, 26).

Daí, surge a necessidade de desmistificar a demarcação entre o que é lícito e o ilícito, inserindo-o em sistemas de utilidade, criando regulações para o bem de todos, atingindo o padrão de excelência, por meio de discursos analíticos. Esses discursos irão atuar na condução e no controle da população, instituindo regras e normas, por meio de uma economia política da população, formando toda uma teia discursiva sobre o sexo, entre o biológico e o econômico.

Por volta do século XVIII, surge uma “incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo” (FOUCAULT, 2014a, p. 26), não sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de cálculo, de categorização e especificação, por meio de pesquisas quantitativas ou causais. Esse novo discurso sobre o sexo passa a ser pautado na racionalidade e não mais no discurso moral. O sexo torna-se questão de “polícia”, no sentido pleno da palavra, mas não como repressão da desordem e sim como forças coletivas e individuais, as quais têm por objetivo fortalecer e aumentar, por meio do conhecimento de seus “regulamentos, a potência interior do Estado” (FOUCAULT, 2014a, p. 28), considerando não apenas a República em sua totalidade, mas cada um de seus membros e, conseqüentemente, seus talentos. Assim, surge a polícia do sexo voltada para “a necessidade de regular o sexo

por meio de discursos úteis e públicos” (FOUCAULT, 2014a, p. 28) e não pela rigidez de uma proibição.

Nesse momento, manifesta-se uma atualidade quanto às técnicas de poder, que é o surgimento da “população”, segundo Foucault (2014a, p. 28), “como problema econômico e político: população-riqueza, população mão de obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe”. A partir desse momento, a percepção do governo muda, ele não tem mais que lidar com o sujeito, muito menos com o povo, mas com a população, com seus acontecimentos próprios e suas variáveis específicas como “a natalidade, a morbidade, a esperança de vida, o estado de saúde, a incidência das doenças, a forma de alimentação e de habitat” (FOUCAULT, 2014a, p. 28). Essas variáveis localizam-se no ponto de intersecção entre os deslocamentos, isto é, movimentos específicos à vida e os efeitos próprios das instituições. Já não há uma progressão natural da propagação do povo, isto é, da população, em razão de sua indústria, das diferentes instituições e suas produções, e no centro do problema político e econômico da população está o sexo.

O sexo, agora, é fator de observação, de pesquisa, de análise quanto à taxa de natalidade, à idade do casamento, os nascimentos, à precocidade, à frequência das relações, à fecundidade, as doenças, às interdições, às práticas contraceptivas, portanto, forma-se toda uma teia de observação sobre o sexo, e a conduta sexual da população torna-se objeto de análise e alvo de intervenção. Portanto, cria-se todo um campo de intervenção capaz de controlar a prática de uma população, instituída por discursos autorizados, por um feixe de relações de saber-poder capaz de criar dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular as regras de conduta.

Assim, a Idade Média organizou um discurso estritamente unitário sobre a carne e a prática da confissão, que, com o passar do tempo, foi dispersado e reduzido “a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política” (FOUCAULT, 2014a, p. 37), as quais levaram a uma dispersão de sexualidades nos séculos XIX e XX, no entanto, nada escapa à sexualidade.

O prazer, agora, exerce um poder capaz de questionar, de fiscalizar, de investigar e de revelar, mas, ao mesmo tempo, tenta escapar, fugir, enganar esse mesmo poder. Poder esse que “se deixa invadir pelo prazer que persegue, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir” (FOUCAULT, 2014a, p. 50). Trata-se de um tipo de poder que se exerce sobre o corpo e o sexo, diferente por não ter a forma de lei e muito menos os efeitos de interdição, não há fronteiras fixas para a sexualidade. Assim, “a

causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo” (FOUCAULT, 2014a, p. 79). Foucault (2014a) ressalta que, durante alguns séculos, a questão sobre o que somos, nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Não em “relação ao sexo-natureza (objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso” (FOUCAULT, 2014a, p. 86).

Para compreender melhor esta proposição, Foucault apresenta alguns traços que considera importante quanto à questão do poder e do sexo. O primeiro traço é a relação negativa, nela o poder só estabelece a relação com o sexo de modo negativo, isto é, por meio da rejeição, da exclusão, da recusa, da ocultação, do mascaramento, portanto, o poder não pode nada contra o sexo e os prazeres, que não seja dizer não. Isso não quer dizer que ele não seja produtivo, pelo contrário, ele introduz descontinuidades, marca fronteiras, e seus efeitos demarcam limites e abrem lacunas.

O segundo traço diz respeito à instância de regra, nela o poder seria, fundamentalmente, aquilo que dita a lei quanto ao sexo, quer dizer, delimita seu espaço, a princípio, ao regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Em seguida, prescreve suas regras de funcionamento. Enfim, o poder pronuncia a regra e, conseqüentemente, o domínio dele sobre o sexo por meio da linguagem, do ato de discurso. Já o ciclo de interdição, o terceiro traço descrito por Foucault, apresenta o funcionamento de uma lei de proibição imposta pelo poder sobre o sexo, portanto, o poder oprime o sexo. O quarto traço remete à lógica da censura, que se caracteriza pelos mecanismos de censura como: “afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista” (FOUCAULT, 2014a, p. 92). Já unidade do dispositivo seria o quinto traço e, nele o poder sobre o sexo se praticaria da mesma forma em todos os níveis, isto é, agiria de maneira uniforme e maciça. Seu funcionamento se daria de acordo com as engrenagens reproduzidas da lei, da interdição e da censura, em todas as instâncias da dominação social, considerando as estruturas constitutivas do sujeito. Sujeito que em face de um poder, o qual é lei, constitui-se como sujeito, o qual é assujeitado, portanto, é aquele que obedece.

O poder está em toda parte, porque ele origina-se de todos os lugares, logo, o poder não pode ser considerado nem uma instituição nem uma estrutura, ele é estratégia complexa que emerge em uma determinada sociedade e que não pode ser adquirido ou compartilhado como algo que se pode guardar ou deixar escapar, ele “se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2014a, p. 102). Isso porque o poder “não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar, o

poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2014a, p. 102).

Essas relações de poder não se encontram em “posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes” (FOUCAULT, 2014a, p. 102). Foucault (2014a, p. 102) considera que essas relações de poder “não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução, já que possuem, um papel diretamente produtor”. Ao contrário do que se pensa, o poder vem de baixo e não de alto a baixo, como uma oposição entre dominadores e dominados. As relações de poder que emergem e atuam diretamente nos aparelhos de produção, nas famílias, nas instituições que reforçam os efeitos de clivagem que permeiam o conjunto do corpo social, só podem ser exercidas por meio de uma série de alvos e objetivos.

O poder é racional e, como foi dito anteriormente, onde há poder há resistência. E, conseqüentemente, a resistência ou os pontos de resistência se fazem presentes no campo estratégico das relações de poder como algo possível, necessário, espontâneo, solitário, planejado, pronto ao compromisso, interessado, ou ao contrário como algo improvável, selvagem, arrastado, violento, irreconciliável, fadado ao sacrifício. Esse mesmo poder constitui os discursos sobre o sexo no campo das relações de poder que são múltiplas e móveis, entretanto, Foucault (2014a) apresenta quatro regras que ele considera necessárias para conduzir a produção de discursos sobre o sexo.

A primeira seria a regra de imanência que considera que “se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (FOUCAULT, 2014a, p. 107). Já a regra das variações contínuas, considera que não se deve procurar quem tem o poder na ordem da sexualidade, nem quem é privado dele e, nem que tem o direito de saber ou quem ignora sua existência. “Mas, ao contrário, buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo” (FOUCAULT, 2014a, p. 108). A terceira regra é a do duplo condicionamento, que para Foucault (2014a, p. 109) não deve ser desconsiderada, pois “deve-se pensar em duplo condicionamento, de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis e, das táticas, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar”. Já a regra de polivalência tática dos discursos, a quarta regra, considera que “o que se diz sobre o sexo não deve ser analisado como a simples tela de projeção desses mecanismos de poder” (FOUCAULT, 2014a, p. 109), pois é no discurso que poder e saber se

articulam. Isso porque o discurso deve ser concebido como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não deve ser nem regular nem fixa.

Para Cardoso Jr (2002, p. 195 apud Fernandes Junior, 2014, p. 66), “a sexualidade é tomada pelo controle como fluxo que atravessa determinado campo de subjetivação, um fluxo que, como outros fluxos, constitui processos”. Isso porque, os discursos, assim como os silêncios, veiculam e produzem poder, pois estão dentro de uma mesma estratégia que é preciso interrogar.

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento inflexível, mas o que mais possui instrumentos para descrever suas estratégias, suas táticas de conduzir e se conduzir, portanto, “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso” (FOUCAULT, 2014a, p. 115), formando conhecimentos, contribuindo para o reforço dos controles e das resistências, a partir de grandes estratégias de saber e poder, portanto, foi a partir do dispositivo de aliança que tinha como função a reprodução, que se formou o dispositivo de sexualidade na sociedade de controle, tendo o corpo como materialidade de um discurso.

Para compreendermos melhor o dispositivo de sexualidade, a seguir, apresentamos uma breve concepção foucaultiana sobre o corpo.

3.3.1 O corpo

A sexualidade passou a fazer parte da conduta de todos os indivíduos na sociedade de controle, pois, como afirma Milanez (2011, p. 198), o corpo “é o meio pelo qual se materializa o sujeito que somos”, ele produz sentidos, é um território de movências, de transformações, faz parte de uma identidade pessoal. É no corpo e tudo que diz respeito a ele que, segundo Foucault (2015, 65), “se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros”, portanto, o corpo é um lugar de luta, mas também de resistência. O corpo é uma superfície de inscrição dos acontecimentos, enquanto a linguagem os marca e as ideias diluem, ele é lugar de dissociação do Eu, é volume em contínua pulverização (FOUCAULT, 2015). Para Foucault (2015), existe um ponto de articulação do corpo com a história, pois, “a história deve mostrar o corpo marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 2015, p. 65), pois é na emergência que se produz um determinado estado de forças. Essa emergência designa um

lugar de afrontamento, entretanto, ela não se concentra em um lugar, um campo fechado, ela se produz, sempre, no interstício.

O corpo é formado por uma série de regimes de verdade que o constroem, mas que também o destroem por ritmos de trabalho, hábitos, valores, leis morais e, é aí que ele também cria a resistência. Isso porque o seu domínio e a consciência do próprio corpo só foram possíveis de serem adquiridos pelo efeito de investimento do corpo pelo poder, entretanto, o efeito de poder que se exerceu também passou a ser aquilo por que ele é atacado.

Para Milanez (2011, p. 199), esses elementos que compõem o corpo, “na medida em que se vai tomando conhecimento do mundo” que o limita e ao mesmo tempo o “faz avançar em torno das lutas de si para consigo”, fazem com que o corpo fale e, conseqüentemente, na medida em que ele enuncia a verdade, ele também sugere, indica, prescreve o homem de nosso tempo.

Assim, de acordo com Milanez (2011, p. 203), temos um “modo de sujeição das técnicas corporais em conformidade com a expressão dos sentimentos ao mesmo tempo em que se constitui a elaboração de um trabalho ético”, o qual, segundo Foucault (2014b, p. 34), “se efetua sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a uma regra dada, mas também para tentar se transformar a se mesmo em um sujeito moral de sua própria conduta”. A moral de que fala Foucault (2014b) não pode ser resumida apenas em uma ação em si mesma e na sua singularidade, ela também “não está limitada a um conjunto de atos com regras e valores” (MILANEZ, 2011, p. 203), mas se desenvolve pela inserção e pelo lugar que ocupa no conjunto de uma conduta, isto é, ela se define por sua posição em relação ao código de conduta, no qual busca “conhecer-se, põe-se à prova, controla-se, transforma-se” (FOUCAULT, 2014b, 36).

Para Foucault (2014b), a ação moral particular não pode existir sem se referir a uma conduta moral, muito menos “uma conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral, nem tampouco constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’” (FOUCAULT, 2014b, p. 36), portanto, “esse poder que se exerce sobre o corpo é ininterrupto e, por isso, naturalizado, é internalizado pelo sujeito” (GREGOLIN, 2004, p. 132).

Podemos observar que esses modos de subjetivação presentes no discurso sobre o corpo permitem definir um campo do dizer e do ver, permitindo assim a produção de enunciados como regimes de verdade na sociedade. Esses regimes de enunciabilidade e de visibilidade implicam a delimitação do que pode ser enunciado sobre o corpo em um determinado momento e lugar, constituindo saberes e poderes, por meio de práticas.

Portanto, “o que faz um sujeito observador de si mesmo produzindo um discurso”, segundo Milanez (2011, p. 213), é justamente a possibilidade de se estabelecer comportamentos, formas de ser, as relações que são estabelecidas com os outros, o reconhecimento de todo um conjunto de valores que criam uma arte de si mesmo, uma arte da existência, a qual se constitui por meio de um tecido social que envolve todo um processo operacional, que se constitui através dos dispositivos.

Para compreendermos melhor esse processo, passamos a tratar do dispositivo midiático que faz parte desse processo de funcionamento do tecido social.

3.4 O dispositivo midiático

Segundo Ruggieri (2017, p. 18), vivemos em uma sociedade midiaticizada, pois, estamos cercados por ideias, palavras, imagens, mensagens que chegam a todo momento. Essa midiaticização, segundo a autora, corresponde a um processo “que envolve estratégias, lógicas, técnicas, operações, tecnologias e linguagens midiáticas”, que deixam de ser próprias do campo midiático para fazerem “parte das dinâmicas de funcionamento do tecido social” (RUGGIERI, 2017, p. 18). Isso porque toda e qualquer interação social, hoje, é mediada ou se organiza segundo um olhar midiático, pois de acordo com Ruggieri (2017, p. 19), “mesmo não consumindo o que é veiculado nos meios de comunicação, estamos todos inseridos no processo de midiaticização”.

Esses processos midiáticos, segundo Klein (2007), não podem ser explicados somente por meio de sua tecnologia, nem por meio da ação dos sujeitos envolvidos, ou por sua linguagem específica em cada um dos meios de comunicação, sendo necessário buscar caminhos para explicar o fenômeno midiático e seus processos sociais. Portanto, para compreendermos como um conjunto de técnicas emerge em um determinado momento histórico, com a finalidade de exercer efeitos de poder e conseqüentemente, regimes de verdade capazes de regular, conduzir, controlar, normatizar determinadas práticas na sociedade, é que apresentamos a concepção de dispositivo midiático.

A utilização do conceito de dispositivo e sua multidimensionalidade, em diferentes campos do conhecimento, é utilizado também nas ciências da comunicação. Essa utilização tem, de acordo com Klein (2007, p. 215), “uma espécie de véu que cobre a sua gênese, pois grande parte dos autores, que admitem sua origem, no entanto, não a definem em suas produções, e utilizam este conceito em sua forma unidimensional”, isto é, seu uso é confundido como algo estritamente técnico ou tecnológico. Entretanto, não há uma definição

quanto ao uso deste conceito, pois, segundo o autor, para alguns autores, ele deixa de ser técnico ou tecnológico, mesmo ele tendo um caráter unidimensional, assumindo uma posição socioantropológica ou destacando-se como linguagem.

Klein (2007, p. 215) busca, nos estudos de Foucault, o conceito de dispositivo como rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos como: “o poder em relação o fenômeno social e o sujeito, a relação entre o discurso e a prática, o poder em relação a qualquer formação social, etc.”. Portanto, o dispositivo é um mecanismo de poder com múltiplas dimensões em jogo e, que é composto de relações de força que se multiplicam e que geram sentidos na sociedade. Para Piovezani e Curcino (2014, p.38), “o dispositivo parece referir-se a uma tecnologia composta de partes organizadas e articuladas entre si e agenciadas de tal modo que condicionam um campo de ação”, portanto, indica um aparelho e um agenciamento, criando uma propensão histórica com procedimentos de exclusão e de controle. Essa visão multidimensional, citada por Klein (2007) e Piovezani e Curcino (2014), também é aplicada ao campo midiático, onde essa multidimensionalidade deve ser levada em conta, no sentido de compreender como esses processos se desenvolvem.

Nesse sentido, Klein (2007) apresenta, num primeiro momento, uma perspectiva teórica embasada nos estudos de Daniel Peraya (1999), a qual ultrapassa a unidimensionalidade do dispositivo midiático, mencionada anteriormente por ele. Para Daniel Peraya (1999), os dispositivos midiáticos são formados por uma triádica, isto é, compostos pela sociedade, a tecnologia e a linguagem. Segundo Klein (2007, p. 217), nessa perspectiva, o dispositivo midiático aparece como um lugar de interações, “formado por três universos: uma tecnologia; um sistema de relações sociais; um sistema de representações”, no entanto, essa proposta de Peraya se limita em destacar as várias dimensões, mas ainda com um sentido restrito, isto é, ele não reconhece que tais operações que se dão no interior de cada uma são a presença relacional de outras dimensões.

Klein (2007) também apresenta a teoria triádica de Peirce (2003) como sendo a base, na qual se apoia para compreender a multidimensionalidade dinâmica do dispositivo midiático, o qual aponta diversas tríades como forma de explicar os diversos fenômenos presentes na sociedade. Essas tríades são representadas por três categorias elementares, descritas por Klein (2007) como: “a primeiridade (qualidade); a secundidade (realidade de existência); e a terceiridade (mediação, generalidade, representação e interpretação)” (KLEIN, 2007, p. 217), que são encadeadas entre si. Segundo Klein (2007), Peirce (2003) apresenta uma segunda concepção para a teoria triádica, na formulação da semiótica para a teoria social contemporânea, na qual o significado está em um contínuo processo sógnico de atos

comunicativos, ou seja, consiste na representação triádica de um objeto para um determinado signo que interpreta. Essa concepção apresentada por Peirce (2003), segundo Klein (2007), representa a multidimensionalidade, pois ela atinge o nível de proposição lógica.

Outra proposta de abordagem com relação a essas três esferas apresentadas por Peirce (2003), vem de Ferreira (2006, p. 5) que diz, “elas contingenciam, operando sobre as outras dimensões, desde o momento que cada uma delas se configura como sistema (portanto, operações próprias de autonomização perante as outras esferas da experiência comunicacional”. Nessa perspectiva, “o dispositivo midiático é composto de um conjunto de operações (técnico-tecnológicas, semiolinguísticas e socioantropológica)” (KLEIN, 2007, p. 218), que constituem uma rede, ou melhor dizendo uma trama com diferentes elementos, num conjunto multilinear. Portanto, o conceito de dispositivo, aplicado aos processos midiáticos, segundo Klein (2007, p. 218), pode ser bem compreendido em sua complexidade se estudado na perspectiva das diferentes relações que se estabelecem, entre as diversas dimensões em jogo. Para o autor, é impossível compreender o fenômeno midiático apenas em uma perspectiva unidimensional, pois, é preciso olhar para todas as dimensões, ou seja, para as operações técnico-tecnológicas, socioantropológica e semiolinguística.

A seguir, tratamos das três dimensões supramencionadas.

3.4.1 As dimensões de um dispositivo midiático

Ruggieri (2017, p. 22) afirma que “determinadas leituras dos acontecimentos e do mundo, corroboram para o entendimento da mídia enquanto dispositivo”, uma vez que elas “configuram um poder externo capaz de impor crenças e modos de agir” aos indivíduos. A autora ressalta ainda que, na área de comunicação, existem muitos estudos que se apropriam do termo dispositivo, entretanto, abordam apenas uma dimensão: a tecnológica e de forma unidimensional. Para Ruggieri o dispositivo midiático deve abarcar as três dimensões, levantadas por Ferreira (2006) e Klein (2007).

A dimensão socioantropológica do dispositivo midiático, de acordo com Klein (2007), remete a tudo que é humano e social e que participa do processo produtivo da comunicação midiática, isto é, de um lado estão “os sujeitos que são midiaticizados, sua cultura, sua vida, suas ações e suas instituições [...], por outro, os agentes midiáticos, sua formação, sua cultura e as instituições midiáticas” (KLEIN, 2007 p. 219). Portanto, essa dimensão perpassa por todas as interações sociais, a partir das relações que se formam e que são

transmitidas pela mídia, refletindo em ações de indivíduos que, posteriormente, voltam a realimentar o sistema de produção de informação.

Já o dispositivo enquanto dimensão semiolinguística apresenta as operações de linguagem que participam da midiaticização, isto é, apresenta as ‘múltiplas possibilidades de articulação ou desarticulação’, além de produzir significados, por meio da utilização de códigos e símbolos, os quais “são organizados a partir dos enunciadores” (KLEIN, 2007, p. 219). A dimensão semiolinguística, segundo Ruggieri (2017, p. 25), “demonstra o poder que as narrativas midiáticas exercem sobre o público enquanto construtora de uma realidade”, fazendo crer, criando interpretações, influenciando na formação da opinião pública e ao mesmo tempo construindo credibilidade.

Segundo Klein (2007), o dispositivo enquanto dimensão técnico-tecnológica é o mais ressaltado nos estudos sobre a comunicação, principalmente quanto à produção e circulação de imagens. Esse dispositivo, no que se refere à técnica, remete às operações realizadas, e enquanto tecnologia, diz respeito aos suportes tecnológicos, isto é, tudo que se refere a máquinas, equipamentos e instrumentos que são utilizados nos processos de comunicação.

De acordo com Ruggieri (2017), para Klein (2007) cada uma dessas dimensões é independente, no entanto, uma exerce influência sobre a outra, de forma que, caso haja exclusão de uma delas, o dispositivo fica fissurado, criando lacunas que podem prejudicar no momento de análise. Portanto, as dimensões aqui expostas vão além do processo descritivo, isso significa identificar os movimentos dialéticos e de interação entre as diferentes dimensões do dispositivo com poder de controle.

A seguir, tratamos da mídia como dispositivo.

3.4.2 A mídia como dispositivo

A mídia, como afirma Gregolin (2003), pode ser compreendida como um poderoso dispositivo de produção de identidades. Para a autora, a mídia “produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social” (GREGOLIN, 2003, p. 96). Isso porque a mídia, ao fazer circular essas figuras, essas narrativas, essas representações, constrói toda uma história do presente, reproduzindo acontecimentos-em-curso carregados de signos do passado, com a intenção de buscar nesses movimentos de resgate da memória o estabelecimento do imaginário de uma identidade social. Navarro-Barbosa (2004, p. 118) concorda com esse pensamento e acrescenta que a questão da produção de identidade(s) no discurso da mídia requer, antes de

mais nada, a atenção quanto a “dois aspectos, um, mais geral, relacionado à produção do acontecimento na prática jornalística, e outro, mais específico, que diz respeito à escrita jornalística”, pois a chamada “aceleração do presente histórico” contribuiu para o estabelecimento de uma democratização da história, isto é, o “retorno do acontecimento cuja produção se deve aos meios de comunicação” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 118).

Esse processo de construção midiática, de acordo com Gregolin (2003, p. 97), “é efeito de uma construção discursiva: o sujeito pode interpretar apenas alguns fios que se destacam das teias de sentido que invadem o campo do real social”, pois, este efeito é constituído, ou melhor dizendo, construído por agenciamentos discursivos dos enunciadores que manipulam, isto é, controlam, delimitam, categorizam, organizam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão, permitindo que um texto possa estabelecer uma relação com um domínio de objetos, prescrevendo uma posição-sujeito, por meio de uma materialidade discursiva. Portanto, de acordo com Navarro-Barbosa (2004, p. 118), “uma vez produzido no interior de uma prática que se pauta pelo emprego de estratégias de manipulação do real e pelo sensacionalismo, o acontecimento é, antes de tudo, produto de uma montagem” e, conseqüentemente, de escolhas formadas de imagens, capazes de garantir o efeito de acontecimento, em outras palavras, a “impressão do vivido de perto” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 118), pois a produção do acontecimento na mídia obedece a certas regras práticas, pertencentes ao jornalismo, isto é, ao campo midiático.

Para Chaparro (1998, p. 16-17 apud Navarro-Barbosa, 2004, p. 119) o acontecimento jornalístico é aquele que:

Articula-se e desenvolve-se em fatos sucessivos, aos quais os objetivos de sucesso impõem que se agreguem atributos que os tornem jornalisticamente interessantes. Nesse percurso ocorrem falas, eventos, decisões, conflitos, perguntas, ocorrências previstas ou inesperadas, com causas e feitos que tanto podem justificar a notícia, quanto a reportagem, a entrevista ou o artigo – antes, durante ou depois da eclosão do acontecimento na sociedade.

Esse processo que torna, determinados eventos em acontecimentos jornalísticos significativos é “determinado por uma ordem discursiva midiáticas, que se impõe ao trabalho dos jornalistas, reporteres e editores” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 119). Portanto, o trabalho desses jornalistas, repórteres e editores ao construir os textos devem focar na dispersão, pois, de acordo com Navarro-Barbosa (2004, p. 119), “é possível encontrar nessa dispersão uma regularidade”, a qual pode ser verificada nos acontecimentos históricos, os quais os textos se reportam, também pode ser verificada nos temas que são reatualizados, na

memória histórica que é acionada e na posição-sujeito ocupada também pelo jornalista-historiador.

Portanto, o discurso da mídia é multifacetado, por isso, ao construir seu objeto ele recorta outros domínios do saber pertencentes, por exemplo, à sociologia, à história, à filosofia, à antropologia, etc. Portanto, o dispositivo midiático atua como produtor de regularidades na produção de identidades, por meio da escrita histórica da mídia, dentro de um espaço institucional, permitindo ao leitor produzir formas simbólicas de representação, capazes de regular condutas e modos de viver.

Essas condutas e modos de viver, em especial da mulher, que constitui parte do nosso objeto de estudo e que se faz presente nos enunciados das capas da revista *Veja* selecionada por nós, compõe o quarto capítulo que se intitula *fragmentos uma genealogia de mulheres*.

CAPÍTULO 4

FRAGMENTOS DE UMA GENEALOGIA DE MULHERES

O sujeito que escreve faz parte da obra.
Foucault

Nos capítulos anteriores, discorremos sobre as bases teóricas que sustentam nossa pesquisa e apresentamos os conceitos que norteiam todo o processo de análise do nosso objeto de estudo. Nesse capítulo, propomos o estabelecimento de um percurso arqueogenealógico, fragmentado, em razão do silêncio das fontes.

Segundo Foucault (2015, p. 141), as mulheres, assim como os prisioneiros, os soldados, os doentes, os homossexuais “iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles”. Essas lutas, ainda fazem parte dos movimentos, combatendo todos os controles e coerções que tentam reproduzir o mesmo poder em todos os lugares, “esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado” (FOUCAULT, 2015, p. 142). Foucault (2015) esclarece que tudo que diz respeito

à liberação da sexualidade, ligada ao movimento de liberação da mulher e também dos movimentos homossexuais, refere-se ao objeto sexualidade, o qual foi formado há muito tempo e que se “constituiu como um dispositivo de sujeição milenar” (FOUCAULT, 2015, p. 395). Para Foucault (2015, p. 395), o que existe de importante para e nos “movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes a esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade”. E é por meio dessa reivindicação que os movimentos emergem no século XIX.

Para refletir sobre o percurso genealógico da marcha das mulheres, este capítulo tem como embasamento teórico os estudos de Foucault (1979, 2014c, 2015), Perrot (2014), Rago (2014), Swain (2011) e outros. A seguir, tratamos do processo de visibilidade na mulher.

4.1 O processo de visibilidade: uma narrativa em construção

Segundo Perrot (2016, p. 11), no século XVIII, ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XX para ver reconhecido seu direito à educação e

muito mais tempo para ingressar nas universidades. De acordo com Perrot (2016, p. 11), é justamente no século XX que se descobriu “que as mulheres têm história e, algum tempo depois, que podiam conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações”. Nesse momento, descobriu-se que essa história das mulheres podia ser escrita. Esse interesse sobre a história das mulheres, segundo Perrot (2016, p. 14), começa a despertar nos anos de 1970, “na esteira dos acontecimentos de maio de 1968 e do movimento das mulheres”, o qual Perrot afirma ter vivenciado, em Sorbone.

Nesse período, as mulheres ainda não estavam certas de que tivessem uma história, uma vez que, “o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss insistia no papel da mulher na reprodução e no parentesco: troca de bens, troca de mulheres” (PERROT, 2016, p. 15). Esse foi apenas um dos paradigmas a serem enfrentados e quebrados na época, isso porque a história das mulheres passava por mudanças, às vezes silenciosas, tanto em seus objetos quanto em seus pontos de vista, marchando de “uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação” (PERROT, 2016, p. 15), saindo do papel de vítimas para o papel de mulheres ativas, presentes nas múltiplas interações, em busca de mudanças.

Entretanto, Perrot (2016, p. 17) afirma que, ainda em muitas sociedades perdura o pensamento de que “a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”, pois sua aparição causa medo, como podemos ver o exemplo abaixo:

Entre os gregos, e a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. “Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu na transgressão. Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (PERROT, 2016, p. 17)

Essas marcas ainda persistem na história dos homens, pois as mulheres, como afirma Perrot (2016, p. 17), “deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, já que seu acesso à escrita foi tardio e suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas”, ou destruídas ou apagadas por elas mesmas, por julgarem que não têm valor, pois “a atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos” como “as mulheres são...”, “a mulher é...” (PERROT, 2016, p. 17), generalizando-as discursivamente. O mesmo ocorre com as imagens “produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos... as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2016, p. 17).

Perrot (2016) afirma que foi nos anos de 1960 que o advento da história das mulheres se deu, primeiro na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, após uma década depois na França, envolvendo diferentes fatores que se encontravam interligados como os científicos, os sociológicos e os políticos que disputaram para a “emergência do objeto ‘mulher’, nas ciências humanas em geral e na história em particular” (PERROT, 2016, p.19).

Os fatores científicos, por volta dos anos 1970, corresponderam à “renovação de questões, ligadas à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação das alianças disciplinares e à proeminência da subjetividade” (PERROT, 2016, p. 19). A história juntamente com a antropologia redescobre a família, em uma dimensão demográfica histórica, por meio da pesquisa, através dos índices de natalidade, de mortalidade etc... No entanto, a dimensão sexuada do comportamento, colocava a questão das mulheres como sujeito.

Já entre os fatores sociológicos, um teve destaque – a presença das mulheres na universidade, nos anos de 1970 elas representavam quase um terço, acrescenta Perrot (2016), como profissionais, docentes, após o período em que foram consideradas indesejáveis, representam atualmente um terço dos professores efetivos. Quanto aos fatores políticos, esses foram decisivos para o movimento de deliberação das mulheres, a partir de 1970, segundo Perrot (2016, p. 20), as mulheres contavam com “o apoio de mulheres intelectuais, leitoras de Simone de Beauvoir, que acreditavam que tudo estava resolvido no livro *Le Deuxième sexe*”.

Perrot (2016, p. 20) diz que,

Este movimento teve consequência no saber, de duas diferentes maneiras, pelo menos. De início, em busca de ancestrais e de legitimidade, “trabalho de memória” que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto. A longo prazo, esse movimento teve ambições mais teóricas. Pretendia criticar saberes constituídos, que se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino. Houve nos anos de 1970-1980 uma vontade de “corte epistemológico” que afetou principalmente as ciências sociais e humanas, mas que chegou a tocar o domínio da matemática.

Esses três fatores foram fundamentais para o despertar de um desejo, de um outro relato, de uma outra história das mulheres, capaz de revelar, ainda que por meio dos silenciamentos, os crescentes movimentos em defesa da mulher nos diferentes espaços. Isso porque, a história revela que “[...] quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, de donas de casa, de guardiãs dos víveres etc.” (PERROT, 2016, p. 21).

Nesse passado de invisibilidade, não são poucos os estereótipos utilizados para designar e qualificar as mulheres. Um exemplo disso, citado por Perrot (2016, p. 21) é a fala dos comissários de polícia, da década de 1970, que as qualificam como “megeras ou de viragos (mulheres de aspecto e atitudes masculinizadas) para designar as manifestantes, quase sempre taxadas de histéricas caso soltem o menor grito”. Segundo a autora, a identidade feminina é representada, pela psicologia das multidões, como suscetível de paixão e, ao mesmo tempo de nervosismo, de violência chegando à selvageria.

Tal destruição dos vestígios da história das mulheres, é social e sexualmente seletiva, por isso a falta de fontes seguras que narrem a existência concreta da mulher e sua história singular, que por muito tempo foi apenas uma sobra. Na sequência apresentamos os discursos sobre a mulher e sua constante luta pelos espaços sociais.

4.2 Os discursos sobre a mulher

O século XX foi um período efervescente no campo da cultura e das transformações sociais, das inovações tecnológicas, dos regimes disciplinares redefinindo o “novo trabalhador como objeto de investimento do poder” (RAGO, 2014, p.34) em nome do progresso social. A imposição de comportamentos padronizados, a higienização, a normalização do outro e a resistência cotidiana criada pela combatividade operária são fatores que motivaram a investida do poder sobre a classe operária, dentro e fora das paredes das fábricas, redefinindo as relações familiares e promovendo “um novo modelo de mulher, voltada para o lar”, honesta, “de vida regrada e dessexuada” (RAGO, 2014, p.44).

Segundo Rago (2014, p. 87),

A promoção de um modelo de feminilidade, a esposa dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio.

Esse modelo de feminilidade imposto pelas relações de poder dominante vão de encontro aos ideais dos dominados, os anarquistas, que defendem um outro modo de organização familiar e a emancipação dos direitos da mulher.

[...]. várias vozes se levantaram entre os libertários, defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la da importância de sua libertação numa

sociedade machista e opressora, anunciando a possibilidade do amor livre, da maternidade voluntária, da igualdade de direitos entre os sexos, da eliminação da prostituição, a partir da construção de uma ordem social fundada na igualdade, na liberdade e na justiça social. (RAGO, 2014, p. 87)

Essas vozes vão questionar essas relações de poder que insistem numa representação simbólica de mulher – esposa-mãe-dona-de-casa – que restringem seu espaço ao ambiente familiar. E vão defender sua participação ativa no mundo do trabalho, bem como sua presença nos espaços públicos. Daí, a necessidade de compreendermos como as relações de poder e saber estabeleceram maneiras de conduzir e se conduzir, por meio da governamentalidade sobre os homens e dos homens, nos espaços privados e públicos é que devemos observar como a população ao longo da história torna-se sujeito das necessidades, das aspirações individuais e objeto de subjetivação. Para compreendermos melhor, a seguir apresentamos aspectos nas relações de poder e saber presentes na luta da mulher pela liberdade.

4.2.1 A luta pela liberdade

Existe uma proliferação do discurso sobre a mulher com o intuito de regulação de seu espaço na sociedade do século XX, como relata a autora Margareth Rago (2014) em seu livro intitulado *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930*. Embora a classe operária do século XX fosse constituída por mulheres e crianças, em sua maior parte, o movimento operário atuou, também, no sentido contrário ao proposto pelos então chamados anarquistas, fortemente na “intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar”, reproduzindo o pensamento burguês de que “a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino de mãe, vigilante do lar” (RAGO, 2014, p. 89), restringindo sua participação nos sindicatos, nas entidades de classe e, conseqüentemente, no espaço de produção.

A luta da mulher pela liberdade, pelo reconhecimento, pela assistência social estava agora cerceada por um poder disciplinador que determina suas opções e condutas no campo de atuação fora e dentro do lar. Se, de um lado, ela é proibida de exercer sua liberdade aos olhos do homem machista, do outro, o discurso anarquista assume uma posição protetora da mulher, porém, sem desmistificar a “figura frágil” que é colocada pelo discurso do poder. Segundo Foucault (1979, p. 234),

durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. “Vocês são apenas o seu sexo”, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. “Vocês são a doença do homem”. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência.

Podemos observar que o discurso do médico-sanitarista (discurso científico), somado aos discursos masculinos e normativos dos poderes públicos, das indústrias e dos movimentos operários do final do século XIX, reforçam a ideia da figura “guardiã do lar”, sua vocação natural para procriação, incentivando a prática da amamentação, a valorização do papel materno, a higienização do lar. E, acima de tudo, o cumprimento de suas obrigações conjugais, para que o marido não busque a prostituta.

Ao mesmo tempo, as mulheres de má vida, as meretrizes, as prostitutas também são classificadas pelo saber médico e criminológico como “vício”, que se alastra pela sociedade e que deve ser detido. Estatísticas são feitas, doenças são levantadas, e as prostitutas passam a ser fiscalizadas semanalmente. E aquela que resiste aos discursos de conduta impostos é repreendida pela polícia com o pagamento de multa. De acordo com Rago (2014, p. 122), é desse modo que o “retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada. A prostituta construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino.

Dessa forma, os efeitos de poder e a produção de verdades sobre a mulher vão se constituindo na sociedade burguesa, negligenciando os discursos verdadeiros e construindo proibições morais e éticas, difundidas, principalmente, pelas instituições religiosas quanto à sexualidade. Segundo Foucault (2006, p. 69),

[...] O pastor cristão ensina – e nisso ele se inclui, certamente, na tradição dos mestres de sabedoria ou dos mestres de verdade, que podiam ser, por exemplo, os filósofos antigos, os pedagogos. Ele ensina a verdade, ele ensina a escritura, a moral, ele ensina os mandamentos de Deus e os mandamentos da igreja. [...]o pastor cristão, deve saber é claro, tudo o que fazem as suas ovelhas [...].

Esse foi um meio que o cristianismo encontrou para instaurar o poder pastoral, controlando os indivíduos por meio de sua sexualidade, conduzindo principalmente o pensamento e as atitudes da mulher, quanto às possibilidades de tentação e queda. Entretanto, ao mesmo tempo em que o discurso impunha a rejeição a tudo que era mal, existia a necessidade de esse corpo funcionar para o bem sociedade. Era preciso atender às

necessidades de reprodução, de organização familiar, colocando em ação “um mecanismo de poder e de controle, que era ao mesmo tempo um mecanismo de saber, de saber dos indivíduos, de saber sobre os indivíduos, mas também de saber dos indivíduos sobre eles próprios e em relação a eles próprios” (FOUCAULT, 2006, p. 72).

É importante ressaltarmos que o poder disciplinar exercido sobre o corpo e a alma do indivíduo ainda está presente nas sociedades ocidentais, nos dias de hoje, mas não da mesma forma, e nem com a mesma virilidade do passado, pois o tempo agora é outro, e o discurso é outro. Hoje, as vozes femininas silenciadas no passado emergem como grandes fortalezas, por meio dos movimentos feministas, travando batalhas, resistindo ao discurso patriarcal.

4.2.2 O corpo feminino e as práticas de assujeitamento

Swain (2011, p. 03) afirma que “a construção e desvalorização do ser ‘mulher’ aparece como resultado de uma essência atrelada a um corpo deficiente, a um espírito fraco e superficial, a uma moral escorregadia e duvidosa [...]”. A autora menciona em seu artigo “Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta e a lésbica”, o livro de Groult, 1993, que reúne “discursos de autoridades” como Aristóteles, São Tomás de Aquino, Freud, Rousseau, Nietzsche, dentre outros, que condenam a mulher ao campo da “ignorância”, da “domesticidade”, da “submissão”, do “silêncio”, da “penitência” e da “resignação”, dada sua natureza inferior, a qual foi marcada em seu corpo ao nascer “pelo estigma e a maldição do feminino, segundo sexo, macho mutilada e imperfeita” (SWAIN, 2011, p. 03), dividida entre o pecado e a fraqueza moral (seu lado obscuro), e o dever e a alegria da maternidade (seu lado luminoso).

Essas premissas passam a governar a “vontade de ser mulher”, delimitando seu espaço, suas obrigações, seu desejo, classificando-a em enunciados prontos que conduzem o corpo feminino às regras, ou melhor dizendo, às práticas de assujeitamento em uma sociedade patriarcal, instituindo um saber autorizado que reduz a fêmea/mulher a uma identidade delimitada pelas imposições sociais. Identidade que é construída pela categorização do gênero no processo de produção do corpo, por meio de aparatos construídos pelo imaginário heterossexual, ao longo da história da humanidade.

Seguindo a tradição filosófica cartesiana, até o século XIX, o corpo teve um papel secundário em nossa história. Somente com a virada do século é que “a relação entre o sujeito e o seu corpo começou a ser definida em outros termos” (COURTINE, 2014, p.7), deixando

de ser apenas um “um pedaço de matéria, feixe de mecanismos” (COURTINE, 2014, p. 7). De acordo com Courtine (2008), o século XX é que inventou teoricamente o corpo. Essa teoria emergiu primeiramente com Freud e os estudos da psicanálise e, posteriormente, com a fenomenologia, chegando ao existencialismo, com a concepção elaborada por Maurice Merleau-Ponty de que o corpo é “encarnação da consciência” e depois com Marcel Mauss no campo da antropologia.

Dessa forma, ainda segundo Courtine (2008, p. 8), “o corpo foi ligado ao inconsciente, amarrado ao sujeito e inserido nas formas sociais da cultura” e se pôs a “desempenhar os primeiros papéis nos movimentos individualistas e igualitários de protesto contra o peso das hierarquias culturais, políticas e sociais, herdadas do passado”(COURTINE, 2008, p. 8), ao final da década de 1960. Jean-Jacques Courtine (2008, p. 9) cita uma passagem do livro *História do Corpo*, na qual exemplifica a emergência destes movimentos:

“Nosso corpo nos pertence!” – gritavam no começo dos anos 1970 as mulheres que protestavam contra as leis que proibiam o aborto, pouco tempo antes que os movimentos homossexuais retomassem o mesmo *slogan*. O discurso e as estruturas estavam estreitamente ligados ao poder, ao passo que o corpo estava do lado das categorias oprimidas e marginalizadas: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter apenas o próprio corpo para opor ao discurso do poder, à linguagem como instrumento para impor o silêncio aos corpos.

Segundo o autor, o corpo foi investido no contexto das lutas travadas pelos direitos das minorias na década de 1970, que o colocaram “no coração dos debates culturais”, transformando sua “existência como objeto de pensamento” (COURTINE, 2014, p. 9), constituindo-se em um dispositivo de poder e subjetividade, impondo ao sujeito códigos de controle que permitem, ordenam e autorizam a maneira de pensar e agir em sociedade. O século XX foi marcado pela proliferação dos discursos sobre o corpo (sexo, sexo e sexualidade) e também pela intervenção da medicina sobre o corpo sexuado, possibilitando progressos no campo científico.

Segundo Sohn (2014), a libertação dos corpos e as sexualidades no princípio do século XX foi um processo que passou ao mesmo tempo “pela liberação da palavra e dos gestos, pela transgressão da moral conjugal tradicional, chegando à suspensão dos tabus” (SOHN, 2014, p. 132). Entretanto, o direito ao prazer teve uma contrapartida – “a recusa das violências sexuais e de uma sexualidade sob coerção” (SOHN, 2014, p. 132), o que fez emergir nesse momento histórico uma mudança de hábitos e pensamentos que vão de encontro às leis de uma sociedade burguesa estática, indiferente aos acontecimentos.

Um bom exemplo é a rejeição às violências sexuais, beneficiando principalmente os menores de idade. Mas, a questão sobre a repressão do estupro voltou ao primeiro plano, por meio do debate. De acordo com Sohn (2014, p.154),

Durante todo o século XX, os magistrados se mostraram mais compreensivos para com os estupradores que em relação às vítimas. Por muito tempo, com efeito, o estupro foi desculpado, interpretado como uma clássica manifestação da masculinidade e as vítimas consideradas como tendo consentido ou sendo responsáveis pelo desejo que despertaram.

Período esse que perdurou até o final do século XX e que traz uma herança traumática às mulheres de toda uma sociedade, esta ainda considerada como machista. Esses corpos, como portadores de valores, de lugares de poder, ainda são constituídos discursivamente como objetos de um determinado saber-poder instituído, o qual ainda insiste em permanecer na sociedade do século XXI, pois o corpo discursivizado é um objeto, que ao mesmo tempo é simbólico, no sentido de representar este objeto e político por representar uma luta pelo poder.

Essa normatização institui não apenas uma disciplinalização dos corpos, mas a construção de valores morais que adquirem um caráter de verdade em nossa sociedade e que irão definir as fronteiras da normalidade, sistematizando pensamentos e, conseqüentemente, cristalizando-os por meio de um saber científico que é preciso ser questionado, pois a representação da mulher não é algo estático, pronto e acabado. Sua identidade é fluída e sua representatividade na sociedade é capaz de reordenar o mundo, conforme as relações discursivas que são constituídas por meio dos acontecimentos. Como afirma Veyne (2014, p. 169), “o discurso comanda, reprime, persuade, organiza; ele é ‘o ponto de contato, de atrito, eventualmente de conflito’ entre as regras e os indivíduos”, produzindo efeitos de poder que irão ordenar e autorizar a maneira de pensar e agir em uma determinada época.

Esse poder, por sua vez, é capaz de promover rupturas tanto no campo midiático como no campo social, modificando, agregando, excluindo posicionamentos quanto à construção de um saber, pois, a imagem é passível de diversas interpretações. Portanto, a mulher, ao demarcar seu posicionamento na sociedade, tem seu potencial emancipatório questionado frente às imposições de uma sociedade patriarcal acostumada a ditar as regras de conduta, por meio da normatização e normalização do discurso instituído na sociedade como efeito de verdade.

Esse efeito de verdade é o que leva a mulher a demonstrar, através da resistência, seu poder de mudança diante da sociedade, no decorrer da história da humanidade, manifestando-

se, questionando e lutando por seus direitos. O direito ao estudo, ao aprender a ler e a escrever foi um dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres ao longo da história, o qual passamos a descrever, a seguir.

4.2.3 A marcha das mulheres e o empoderamento feminino

Por muito tempo se cogitou que o espaço da mulher deveria se restringir apenas ao espaço privado do lar. Os regimes normalizadores e normatizadores hegemônicos determinavam, não apenas os lugares, mas as formas de movimentar-se nos espaços, como salienta Jenniffer Simpson (2012), em seu artigo *Resistências epistemológicas feministas: subjetivações como estética do existir*. Para Simpson (2012, p. 33), “colocar-se diante do desafio de questionar essas delimitações passa pela avaliação contínua das próprias subjetividades”, isto não significa apenas a abertura para novas possibilidades, mas para a prática da liberdade, indo além das relações de poder impostas como efeitos de verdade presentes na sociedade.

De acordo com Simpson (2012), é necessário que a dimensão ética e estética da luta das mulheres pelos seus direitos, não se limite apenas a reivindicar visibilidade em uma sociedade patriarcal, é necessário questionar que tipo de visibilidade nós mulheres queremos. Para a autora, esse questionamento passa pela redefinição da relação saber-poder-si, capaz de gerir uma nova reestruturação quanto as “possibilidades epistêmicas e subjetivas consideradas emergentes na dimensão feminina dentro do contexto biopolítico” (SIMPSON, 2012, p. 34), quanto a reivindicação de direitos.

Segundo McLaren (2016, 33) “há uma variedade de posições feministas, mas todas concordam em que a mulher tem sido subordinada ao homem e que o objetivo primordial do feminismo é superar essa subordinação”, e essa superação tem como base classe, raça, etnia, orientação sexual, gênero. Essa luta emancipatória para a libertação feminina compartilha determinadas características com outros movimentos de justiça social, invocando noções de liberdade, direitos, autonomia, justiça e verdade.

Para compreendermos melhor esse processo de reestruturação devemos considerar que os movimentos feministas e femininos ao redor do mundo, pequenos ou grandes, a partir do século XIX, ganharam força unindo-se a princípio, por meio de movimentos invisíveis, fragmentados, silenciosos e que ao ganharem dimensões maiores se multiplicavam e se consolidaram, por meio de discursos institucionalizados, como marchas em prol dos direitos das mulheres do mundo todo.

No dia 08 de março de 2000, foi criada a Marcha Mundial das Mulheres, inspirada no movimento que reuniu, em junho de 1995, cerca de 850 mulheres que percorreram 200 quilômetros entre as cidades de Quebec e Montreal no Canadá. Essas mulheres marcharam contra a pobreza, além de reivindicar mais direitos para as mulheres imigrantes, em apoio mais de 15 mil pessoas foram as ruas, com o lema “Pão e Rosas”, as mulheres ali presentes tiveram seus objetivos alcançados, inspirando outros movimentos.

A primeira Marcha Mundial das Mulheres mobilizou cerca de seis mil grupos de cento e cinquenta e nove países, iniciando-se no dia 08 de março, dia internacional da mulher, terminando em 17 de outubro de 2000, tendo como base o chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. Esse movimento se concretizou por meio de um documento, dirigido a ONU, em Nova Iorque, no qual constava dezessete pontos de reivindicação, assinado por mais de cinco milhões de pessoas. Esse ato simbólico, foi o primeiro passo para o fortalecimento dos movimentos feministas e femininos.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres, aconteceu entre os dias 08 e 18 de março de 2000, percorrendo o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo, reuniram-se cerca de três mil mulheres, com o objetivo de denunciar, reivindicar e formar, dando visibilidade à luta feminista, buscando transformações reais para a vida das mulheres brasileiras. Mulheres rurais, urbanas, negras, indígenas, brancas, jovens, adultas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais. Esse movimento se fortaleceu com o primeiro fórum social mundial, com a criação da “carta das mulheres brasileiras” que pedem terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação das mulheres e soberania do país. Segundo o site onumulheres.org.br, a presença da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil se deu em apoio a Marcha das Margaridas, que luta pelos direitos da mulher do campo.

Para as feministas e femininas, a Marcha Mundial das Mulheres representa o empoderamento feminino, isto é, o exercício de poder de forma não coercitiva, seja ele individual ou coletivo.

Esse exercício não coercitivo de poder de empoderamento, segundo McLaren (2016), envolve dois aspectos de poder, o ‘poder para’ e o ‘poder com’. O “‘poder para’ poder ser pensado como a habilidade do indivíduo de transformar criativamente sua situação. ‘Poder com’ refere-se ao aspecto coletivo do poder; de novo, o poder é não coercitivo. (MCLAREN, 2016, p. 60). A autora ressalta que nesse modelo de poder de empoderamento a habilidade de um indivíduo é destacada, e nem restringida pelo poder dos grupos.

O empoderamento, portanto, “é produtivo, criativo e transformador, podendo ser individual ou coletivo” (MCLAREN, 2016, p. 60). Empoderar, de acordo com Matia (2017, p.

19), é “algo que sempre esteve presente no feminismo: mostrar que o poder também está disponível e é algo acessível tanto para homens quanto para mulheres”, sendo para as feministas um processo de conquista da auto determinação, um instrumento, ou melhor, um meio e um fim em si próprio.

Para a ONU Mulheres (2016), empoderamento significa “dar ou adquirir poder ou mais poder”, significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir sobre suas próprias vidas. Uma pessoa empoderada é capaz de definir seus objetivos, adquirir competências e conhecimentos, resolver problemas e desenvolver atividades para o seu próprio sustento.

Para a realidade brasileira, o empoderamento representa o primeiro passo para a libertação de mulheres que além de se sentirem ameaçadas pelos homens, também sofrem com a desigualdade econômica e racial em uma sociedade que “marginaliza aquilo que entende como minoria” (MATIA, 2017, p. 20).

O departamento responsável pelas mulheres na Organização das Nações Unidas, considera o termo como “princípios de empoderamento”, isto é, busca empoderar as mulheres quanto as atividades sociais e econômicas com o objetivo de promover a equidade de gênero para o efetivo fortalecimento das economias com o impulsionamento dos negócios, melhorando assim, a qualidade de vida não só das mulheres, mas de todas as minorias, por meio de um desenvolvimento sustentável. Com base nesses princípios, a ONU Mulheres e o Pacto Global criaram os Princípios de Empoderamento das Mulheres, que são um conjunto de considerações que auxiliam a comunidade empresarial a incorporar valores e práticas em seus negócios, visando à equidade de gênero, bem como o empoderamento de mulheres, conforme a imagem abaixo:



São sete princípios direcionados à comunidade empresarial:

- Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
- Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
- Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
- Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimento e marketing.
- Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
- Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Esses princípios estabelecidos pela ONU Mulheres⁶, buscam transformar a cultura e os padrões de racismo institucional e sexismo nas empresas, por meio de capacitações com o intuito de identificar e superar esses vieses que ainda insistem em permanecer em pleno século XXI. Segundo Candido e Freitas (2016, p. 10), “esses princípios foram criados num momento de grande ascensão da mulher, ou seja, a mulher tem sido maioria nas universidades”, ocupando cargos que eram exclusivamente masculinos, portanto, o nível de escolarização está diretamente ligado a esse empoderamento e a presença das mulheres em cargos de liderança vem causando um impacto positivo às empresas.

Portanto, o empoderamento é fruto desse processo, sendo causa, ação e efeito do feminismo. Isso porque, as mulheres antes de empoderar outras mulheres passam pelo seu próprio processo de empoderamento, o qual permite que elas enxerguem e combatam a imposição masculina a que estão sujeitas e, conseqüentemente transformem o contexto em que estão inseridas, construindo assim, uma sociedade mais igualitária.

4.3 A leitura e a mulher

⁶ A ONU Mulheres foi criada em 2010 pela Organização das Nações Unidas, para defender a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br>.

Conforme Zilberman (1993), o século XVI foi marcado por várias reformas, em diversos campos do saber e do poder, com a disciplinarização das condutas nas sociedades da época. Já no século XVII, essa disciplinarização volta-se para o ambiente escolar, principalmente nos países católicos, e constitui-se na reforma das escolas e dos currículos, com objetivo, segundo Zilberman (1993, p. 32), de propor “um novo sistema de aprendizagem para as crianças, sobretudo as da ascendente burguesia, que precisava de instrução e conhecimento, a fim de se adestrarem para a sociedade que os pais construía”. Entretanto, essa educação proposta não contemplava a mulher, pois a ela cabia, a princípio, apenas ser adestrada para o casamento, para procriação e para as funções domésticas.

Zilberman (1993) ressalta, que na França, ao final do século XVII, ocorreu um movimento teórico, não a favor da educação da mulher, mas que alertava sobre os perigos que poderiam resultar tal formação, e cita as obras de Moliere⁷ e Fénelon⁸. Segundo a autora, Moliere alertava para o risco de as mulheres, principalmente as jovens solteiras, mostrarem vocações, tendências intelectuais que poderiam corromper o adestramento que lhes era imposto, primeiro pela figura do pai, depois do marido.

Para Moliere, essa educação para as mulheres, de acordo com Zilberman (1993), mesmo que necessária para consolidar a revolução burguesa, representava riscos, os quais estavam “corporificados nos livros lidos, na cultura adquirida, na igualdade que se esboçava” (ZÍLBERMAN, 1993, p. 34), portanto, era necessário fixar limites e censurar excessos.

Por volta de 1740, esse processo revolucionário burguês chega a Portugal e às terras de fala portuguesa, Luiz Antônio Verney publica *Verdadeiro método de estudar* em 1746, editado na Itália, seu livro “incorpora e difunde ideias, adotadas durante o governo do Marquês de Pombal, que se empenha em implantar o sistema capitalista e em fortalecer a classe burguesa” (ZÍLBERMAN, 1993, p. 34). De acordo com Zilberman (1993), Verney defende a necessidade de instruir as mulheres, pois para ele, elas enquanto mães de família seriam as primeiras mestras, nos primeiros anos de vida das crianças.

Verney, segundo Zilberman (1993), sugere um currículo incluindo estudos de religião, história, economia doméstica, trabalhos manuais e prendas de salão, visando à formação ética, preparando a mulher para os encargos do lar e da vida em sociedade, saindo da esfera particular para a esfera pública, a qual lhe era quase proibida. Entretanto, esse projeto pombalino de modernização de Portugal acabou por fracassar, o que resultou em um atraso contínuo que se instalou nos séculos XVIII e XIX, principalmente nos países

⁷ *Les précieuses ridicules* (1658), *Les Femmes savantes* (1671).

⁸ *Traité de l'éducation des filles* (1687).

colonizados como o Brasil. Essas modificações no sistema educacional, ainda que tardias, principalmente no Brasil, se devem a literatura, pois foi através dela que emergiu um novo contingente de leitoras, as quais tinham como limites o ambiente familiar, pois a atividade pública ainda lhes era proibida.

Segundo Zilberman (1993), houve um grande aumento no consumo de obras em prosa, por serem mais fáceis de ler do que os textos em versos. Em seguida, se dá a preferência por novos gêneros como o romance e o folhetim, distanciando-se dos textos ligados à religião, passa-se, então, a buscar narrativas que valorizem “a personagem feminina enquanto protagonista e sujeito de grandes amores” (ZÍLBERMAN, 1993, p. 34). Esse efeito inesperado passa a ser condenado, pois, na visão dos homens, o vício pela leitura fez com que a mulher se desviasse de suas tarefas domésticas. E a questão da educação da mulher, passa a repercutir no âmbito literário, são promovidas mudanças estruturais nos textos, os modos de produção também são modificados e iniciam-se discussões sobre os efeitos e as vantagens da leitura, o que acaba por incidir sobre os modos de circulação, pois já não é uma questão de ordem ideológica apenas, mas econômica.

Zilberman (1993) ressalta em seu artigo *Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX [1993]*, por meio de alguns depoimentos de viajantes estrangeiros que conheceram o Brasil, datados do século XIX, retratam todo um cenário brasileiro, não só a falta de instrução da mulher brasileira, mas a ignorância, a má aparência, os maus tratos dos escravos e a frivolidade. Entre esses depoimentos, Zilberman (1993, 35) menciona o de Thomas Luccock (1975, p. 75) sobre o tratamento dado à mulher pela sociedade local:

Seria absurdo pretendermos a um relato igualmente detalhado das diferentes ordens de mulheres e de suas várias ocupações. Têm estas que ser, fatalmente, de natureza particular e é preciso que se lembre que as mulheres das classes altas e médias, e especialmente as mais moças, vivem muito mais reclusas que em nossa própria terra. O pouco contato que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põem a nu a sua falta de educação e instrução. [...] A ignorância que entre elas predominava, ao tempo em que vieram o Regente com seu séquito, era enorme, de todos reconhecida e muito lamentada pelos recém-vindos; transcorridos poucos anos, talvez que a coisa estivesse de algum modo remediada, mas a melhora não foi substancial. [...] Levai essas mulheres para diante, educando-as; ensinaí-lhes o que é racional, e serão iguais e em nada inferiores aos seus patrícios. A falta não está no sexo, mas no estado dos costumes.

Outro depoimento importante, citado por Zilberman (1993, p. 35), é o de Elizabeth

Agassis, na obra *Viagem ao Brasil* (1865-1866), nele a autora faz uma crítica a leitura aconselhada pelos homens às mulheres:

Estávamos um dia numa fazenda quando avistei um livro em cima de um piano. Um livro é coisa tão rara nos aposentos ocupados pelas famílias que fiquei curiosa em saber qual seria o conteúdo dele. Era um romance, e ao virar-lhe as páginas, veio o dono da casa e disse em alta voz que aquela não era uma leitura conveniente para mulheres. – “Aqui está (entregando-me um pequeno volume), uma excelente obra que comprei para minha mulher e minhas filhas.” [...] era uma espécie de tratado moral, cheio de banalidades sentimentais e de frases feitas em que reinava um tom de condescendência e proteção à pobre inteligência feminina [...].

Até 1870, a mulher brasileira era vista como a condenada à ignorância, e o mundo dos livros lhes era fechado, sabia-se pouca coisa até da própria história do país, pois, “além do círculo estreito da existência doméstica, nada existia para elas” (ZÍLBERMAN, 1993, p. 35) e os romances e folhetins consumidos pelas poucas mulheres instruídas eram quase que inexistentes. Ainda no século XIX, a militância em prol de uma educação para as mulheres começa a ganhar força e tem como uma de suas maiores representantes Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta, “mulher pública” era assim que Nísia se colocava, termo considerado como “sinônimo de mulher da vida, de prostituta” (LIMA DUARTE, 2006, p. 827), pois lugar de mulher de bem era na esfera privada, no lar.

Segundo Lima Duarte (2006, p. 827), o livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* [1832], “foi escrito a partir de uma antropofagia libertária”, considerada a primeira obra escrita no Brasil a problematizar o espaço da mulher e seus direitos. Nísia Floresta acreditava que as necessidades da mulher no contexto brasileiro estavam bem distantes do que propunham as feministas de além-mar, justamente por serem, em sua grande maioria, analfabetas. Para Nísia Floresta, a educação feminina era uma necessidade, pois “a mulher seria o bem mais precioso, pois antes de tudo criava e educava aqueles que viriam a ser médicos, juízes, governantes, enfim, homens com importantes papéis para a sociedade” (LIMA DUARTE, 2006, p. 827).

Nísia Floresta não questionava, segundo Lima Duarte (2006), a ordem vigente das coisas, mas o espaço da mulher, sua posição, sua importância no interior dessa ordem, pois só assim a mulher poderia atuar de forma completa na sociedade. Em 1853, publica *O opúsculo Humanitário*, obra inteiramente dedicada à necessidade de se formar e instruir a mulher, para que “ela possa assumir suas funções na sociedade” (ZÍLBERMAN, 1993, p. 38), sua preocupação ainda era com a educação elementar. Nísia floresta denunciava a condição

sujeição, a qual viviam as mulheres no Brasil, mesmo após a proclamação da república, reivindicando sua liberdade e elegendo a educação como ferramenta principal nesse processo libertário.

Em 1875, a militante Luciana de Abreu proferiu a palestra intitulada *Educação das mães de família*, afirmando a igualdade dos sexos e reivindicando a instrução da mulher como fizera Nísia Floresta em 1832. Na conferência sobre a emancipação da mulher, Luciana Abreu, “reforça a ideia de que compete a mulher, enquanto mãe, educar os filhos, razão para se tomarem providências no sentido de sua formação” (ZÍBERMAN, 1993, p. 39). É após a década de 1870, que se intensificam as campanhas a favor da instrução feminina, não como fator de reconhecimento, mas como fator decorrente da economia, com a exportação do café, a expansão dos segmentos urbanos, a ampliação do comércio, tudo voltado para uma nova fisionomia política, econômica e cultural do país. Inicia-se uma campanha em favor da educação para a mulher, mas acompanhada de outra, que era a obrigatoriedade do ensino para as crianças, imposta pelo Estado.

A partir daquele momento, as mulheres passam a fazer parte de um contingente de professoras, diplomando-se e colocando-se à disposição do mercado, no entanto, esse mesmo grupo já nascia oprimido, humilhado, diminuído quanto ao seu reconhecimento. Portanto, o ensino passou a ser visto como algo feminino, de menor valor, com pagamento insuficiente e aceitável apenas como complementação à renda principal, pois o salário da mulher não deveria ser maior ao do homem que sustentava o lar, fosse o pai ou o marido.

Portanto, destinar a mulher ao magistério significava a resolução de vários problemas de ordem econômica e, também ideológica, ao idealizar a professora como a segunda mãe, “sugerindo que ensinando, ela continuava fiel à sua natureza maternal” (ZÍBERMAN, 1993, p. 40), negando-lhe o elemento profissional da docência, já que a sala de aula havia sido convertida num segundo lar. Logo, ensinar não era problema, nem trabalho, e sim extensão do lar.

No século XX, ainda persistia o preconceito quanto à escrita e à leitura, mesmo sendo obrigatórios, ambas estavam condicionadas às necessidades dos mesmos senhores, agora como atividade pedagógica. A sociedade, portanto, tratava de controlar as mulheres quanto a educação, por meio de dispositivos que desvalorizavam suas leituras, doutrinando-as, disciplinalizando-as quanto aos valores familiares e patriarcais. Isso porque a emancipação feminina representava uma possibilidade no horizonte das mulheres, a qual precisava ser contida.

Segundo Lima Duarte e Paiva (2009, p. 12), a escritora Cecília Meireles, a qual dirigia uma seção de jornal, também expôs “sua insatisfação com a política nacional e usou essa posição para defender os ideais da Escola Nova e lutar por uma educação sem divisão de sexo, raça e religião”, apresentando argumentos a favor da criação de escolas, onde tanto meninos quanto meninas pudessem dividir o mesmo espaço. Essa defesa quanto à educação feminina, presente nos discursos de várias escritoras na época, representava não apenas a garantia de acesso à educação, mas a emergência da mulher no espaço público, no convívio social. Entretanto, a resistência se fez presente em diversos discursos e em diversas áreas do saber quanto ao discurso de uma educação multifacetada, o qual dava possibilidade de inserção à mulher na vida pública e no trabalho.

À mulher cabia o ingresso ao magistério, enquanto vocação feminina e a sua atuação em sala de aula como extensão dessa vocação. Para Lima Duarte e Paiva (2009), as normalistas, como eram chamadas as professorinhas recém-formadas, ocuparam o espaço delimitado para elas, preservando a imagem imaculada, íntegra, controlando suas falas, comportamentos, atitudes, sendo exemplo para suas alunas. Em 1923, surge no ocidente um contrato para professoras, o qual é adotado por vários países, inclusive no Brasil, que normatizava todo um dispositivo disciplinador e de controle sobre as atividades da normalista, isto é, da mulher solteira, a qual no exercício do magistério, deveria estar apta às condições impostas para exercer tal atividade.

Figura 2⁹



8 Imagem retirada do livro *Mujeres forjadoras del pensamiento costarricense* (2005), de la Dra. Grace Prada Ortiz.

Nesse contrato, ficava evidente a negação à liberdade não só de ir e vir, mas também de exercer o ofício após o casamento: não se casar [...], não andar na companhia de homens; não passear pelas sorveterias [...]; não abandonar a cidade [...] sem permissão; não fumar; não beber; não viajar na companhia de homens, que não sejam seu irmão ou pai. O item três do contrato remete ao controle da liberdade, impondo a hora e o espaço privado que a normalista deveria ocupar entre às 8h da noite até às 6h da manhã.

Esse período, dos finais do século XIX até metade do século XX, segundo Almeida (2009, p. 146), quanto à vida em sociedade, é marcado pelas “expectativas sobre os papéis sexuais, as doutrinações da Igreja Católica, as implicações na sexualidade, o controle dos corpos e da mente, a moralidade”, demonstrando a preocupação de um país em construir uma sociedade que deveria crescer sem perder seus valores tradicionais. Logo, cabia às mulheres serem destinatárias de “uma ideologia centrada na vigilância e na profecia de destinos para cada sexo: ao homem, o espaço público, a política, a gerência de recursos, a liberdade; para a mulher, o espaço privado, a dependência financeira e emocional, a castidade” (ALMEIDA, 2009, p. 146). É interessante, observarmos que as pioneiras feministas dessa época também compartilhavam com os homens o ideal de manter a mulher no espaço que lhe foi reservado, o lar. Segundo Almeida (2009, p. 147), “o discurso social caracterizou-se dentro dos princípios da ideologia masculina, numa sociedade que se assumia voltada para os valores masculinos e orientada no plano da religiosidade pelo catolicismo”.

Os movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos que emergiram no século XX, abalaram, de certa forma, a visão fechada da sociedade quanto à educação das mulheres, pois acreditavam que ao aprenderem a ler e escrever, as mulheres tinham suas consciências contaminadas, e comprometidas as sanidades de seus corpos e de suas almas. Essas feministas do período defendiam o rompimento com os mecanismos que aprisionavam as mulheres, buscavam uma educação qualitativa igual à dos homens, compartilhando “os mesmos espaços, os mesmos professores e conteúdos, apesar de não negarem uma educação na qual as noções essenciais para a domesticidade e a pureza moral feminina que deveriam continuar sendo transmitidas” (ALMEIDA, 2009, p.147).

As concepções e as formas de trabalho para a mulher no campo da educação era atravessadas por divisões e diferenças, por meio de um discurso hegemônico que insistia em afirmar que, segundo Louro (2017, p. 446), “as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, isto é, deveria se dar mais valor à sua formação moral quanto a constituição de seu caráter, do que a sua instrução. A função social de educadora, antes de tudo estava ligada ao seio familiar, ou seja, o magistério era visto como a extensão da maternidade.

A incompatibilidade entre a vida profissional feminina e o casamento, seguido da maternidade, foi uma das construções sociais mais persistentes no século XIX, ou seja, a verdadeira carreira feminina era o casamento e a maternidade. Para a sociedade daquela época as atividades profissionais representavam um risco para as funções sociais das mulheres, uma vez que, “tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma” (LOURO, 2017, p. 454). Por esse motivo, tudo referente a atividade profissional da mulher, naquele momento, passa a ser constituído por um discurso religioso, médico, jurídico e educacional, voltado para a “sua proteção e tutela”, isto é, a professora terá de ser formada, produzida, construída em meio a paradoxos, sendo ao mesmo tempo disciplinada e disciplinadora, profissional do magistério e mãe “do lar”.

Nesse período, as escolas normais ganham um público feminino e os cursos normais se tornam escolas de mulheres. Nesses espaços escolares, públicos ou religiosos, tudo se constitui em prol da transformação de meninas/mulheres em professoras, deste o currículo as mestras responsáveis pela formação. Diversos dispositivos e símbolos, segundo Louro (2017, p.454), são utilizados para “ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza”, entretanto, a liberdade não se faz presente nesses espaços, em que o direito de ir e vir é restringido, tudo passa pelo clivo da permissão, da autorização, isto é, as futuras professoras durante o processo de formação são doutrinadas, normatizadas, as futuras professoras deveriam estar sempre ocupadas, desenvolvendo atividades produtivas, de acordo com os princípios estabelecidos pela sociedade.

Mesmo com o passar do tempo, as escolas ainda apresentavam uma certa ambiguidade em relação a evolução da mulher no espaço público, de um lado se promovia a ruptura com o ensino desenvolvido no ambiente familiar, a mulher moderna não estaria limitada apenas a alguns conhecimentos, do outro lado, ainda persistia a visão e, conseqüentemente instrumentos para ligá-la a casa, cercando sua formação docente por meio de referências ligadas a maternidade e ao afeto.

O tempo passou, a história é outra, o espaço profissional é outro, mas as velhas concepções sobre a postura da professora ainda perduram. E é justamente por essas e outras concepções em relação a mulher e o lugar que ela ocupa nas esferas, pública e privada, da sociedade, que ainda persistem em determinados enunciados suscitados pelas formações discursivas, das quais emerge e nas quais circula no contexto social, que nossa pesquisa sobre *A politização do corpo na “marcha das mulheres” um dispositivo de discurso e de poder* emergiu. A seguir, passamos a tratar da marcha das mulheres.

CAPÍTULO 5

MARCHA DAS MULHERES

Nos capítulos anteriores, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso e fizemos também um percurso genealógico, ainda que breve, sobre a história das mulheres, por entender que esses apontamentos são importantes para o desenvolvimento de nossa análise.

Ao analisarmos a produção do discurso, nos enunciados presentes nas capas da revista *Veja*, como efeito de poder sobre os sujeitos, fazendo uso de seus dispositivos e de suas estratégias de subjetivação, observamos a construção de regimes de verdade sobre o sujeito, bem como a produção de modos de existência e estilos de vida, isso porque o discurso é algo exterior à língua, envolvendo aspectos sociais e ideológicos, uma vez que a memória discursiva refere-se, segundo Pêcheux (1975), a uma memória social formada ao longo da história, ou seja, refere-se a uma memória coletiva de um determinado grupo social.

Para Pêcheux (1975, p.162), “toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo um dominante’ das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas”, dessa forma, o discurso não se constitui a partir do significado da palavra, mas da materialidade de outros discursos.

Portanto, esses processos inseridos na produção do jogo enunciativo, o qual se instaura por meio de reportagens, entrevistas etc., além da informação, buscam controlar, produzindo saberes sobre a vida e, conseqüentemente, regulando-a, por meio da mídia. Essa visibilidade que as mídias apresentam tem um papel determinante quanto à disciplina e ao controle, promovendo e mantendo determinados valores. Segundo Milanez (2004, p. 183), “cada um de nós, enquanto sujeito, é o resultado de uma fabricação que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente: os eixos do ser-saber, do ser-poder, e do ser-si.”, isso significa que “cada um faz não o que quer, mas aquilo que pode, aquilo que lhe cabe na posição sujeito que ele ocupa numa determinada sociedade” (MILANEZ, 2004, p.183). Logo, o retorno ao acontecimento cuja produção se deve aos meios de comunicação, de certa forma, segundo Navarro-Barbosa (2004, p. 118), “detêm o monopólio da história”, portanto, a materialização dos discursos pelos meios midiáticos apresenta características sociocomunicativas, definidas por conteúdos, estilo e composição característica do gênero.

Segundo Charaudeau (2009), informação, comunicação, mídias pertencem ao discurso da modernidade. O autor salienta que a informação e a comunicação são noções que se refere à fenômenos sociais, enquanto as mídias são a estrutura organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas, como a econômica, a tecnológica e a simbólica. São elas que geram todo um contexto discursivo, tornando-se objeto de atenção do mundo político, o qual necessita delas para sua própria visibilidade social, utilizando-as para gerir o espaço público. Entretanto, de acordo com Charaudeau (2009, p. 18), “as mídias não são uma instância de poder”, uma vez que, “o poder não depende de um único indivíduo, mas da instância na qual se encontra o indivíduo e da qual ele tira sua força”. Esta instância deve ser capaz de gerir e de influenciar os comportamentos dos indivíduos que vivem em sociedade, adotando determinados meios que limitam, restringem como as regras de comportamento, as normas e as sanções, guiando e orientando comportamentos em nome de valores que pertencem a uma vontade coletiva, portanto, as mídias não pertencem a instância de poder, mas a instância de denúncia de poder.

O ato comunicativo depende da relação de intencionalidade que se instaura entre as instâncias de produção e de recepção e, o do texto como produto. São elas que determinam as condições de produção, o lugar das condições de recepção e o lugar das restrições de construção do produto. Assim, a linguagem enquanto ato de discurso, segundo Charaudeau (2009, p. 33), é que irá apontar a “maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido”, isto é, o processo de produção de discurso em situação de comunicação, construindo saberes e, conseqüentemente subjetividades, por meio do dispositivo, no qual é posto em funcionamento. Portanto, comunicar, informar é uma escolha que envolve conteúdos a transmitir, formas adequadas quanto ao bem falar e a clareza, mas também a escolha de efeitos de sentido capazes de influenciar o outro.

Por isso, o discurso está além das regras de uso da língua, porque resulta da combinação de determinadas circunstâncias em que se fala ou escreve com a forma pela qual se fala, isto é, de acordo com Charaudeau (2009), exige-se uma conexão entre as condições extradiscursivas e as realizações intradiscursivas que produz sentido e, que ao final produzem um efeito de verdade.

Esse sentido, por sua vez, nunca é dado antecipadamente, mas construído pela ação da fala ou da escrita do homem em situação de troca social. Logo, esse sentido se constrói, segundo Charaudeau (2009, p. 41), “ao término de um duplo processo de semiótica: de transformação e de transação”. Esse processo de transformação implica em transformar o “mundo a significar” em “mundo significado”, por meio da estruturação de um certo número

de categorias que são expressas por formas, nomeando, qualificando, narrando, argumentando, modalizando o ato de informar. Já o processo de transação, constitui, para o sujeito que produz um ato de linguagem, um processo de significação psicossocial, atribuindo-lhe um objetivo quanto a identidade do destinatário-receptor, por meio do efeito que se pretende produzir nesse outro, quanto ao tipo de relação e regulação que se pretende constituir.

É esse processo de transação que comanda o processo de transformação, uma vez que, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação em que o sujeito informador, ao ser capturado pelo processo de transação, só pode construir, estruturar sua informação mediante uma situação de troca. Entretanto, devemos considerar que nenhuma informação pode ser considerada, por definição, como transparente, neutra ou factual, uma vez que nenhuma informação escapa do processo de transação e nem de seus efeitos como poderemos ver nos enunciados da revista *Veja* sobre a mulher aqui selecionados para nossa análise.

Por que a revista *Veja* e não outra em seu lugar? Por ser um meio de comunicação, de abrangência nacional, que se considera formador de opinião e que é capaz de atingir um público que vai da classe alta à baixa, gerando uma teia discursiva capaz de conduzir e disciplinar os corpos, por meio da materialização de um discurso como efeito de verdade que incide sobre a mulher na pós-contemporaneidade, impondo-lhe modelos normativos. Modelos esses que perpassam os sentimentos de culpabilidade e inadequação, intensificando os processos de controle, a partir do corpo, e que buscam colocar a mulher de volta ao espaço privado, isto é, o lar. Portanto, a análise dos enunciados é conduzida pelos dispositivos metodológicos da Análise do Discurso, os quais conjugam o arcabouço teórico, a materialidade do enunciado e o *a priori* histórico no exercício de descrever e interpretar as regularidades discursivas. O recorte da materialidade discursiva se deu na seleção de capas da revista *Veja* que trouxeram, nestes 50 anos de edição, discursos sobre/das/com as mulheres, considerando que as revistas foram vistas/lidas, o que resultou em um recorte direcionado ao nosso objeto de estudo. Salientamos também que durante esse processo de seleção das capas sentimos a necessidade de incorporar a análise partes de algumas das revistas analisadas no sentido de fortalecer nossa análise.

Antes de darmos início a nossa análise das capas de revista, gostaríamos de fazer um pequeno parêntese histórico quanto à primeira edição da revista *Veja*. Optamos por apresentar a primeira capa da revista *Veja*, por ela apresentar o contexto histórico vivenciado em 1968 e por conter em seu interior, especificamente na página 22, a imagem de uma mulher que é

participante e, ao mesmo tempo que representa todo um contexto histórico de luta pelos seus direitos políticos e sociais na década de 1970. Essa edição e todas as demais, de 1968 a 2018, estão disponíveis no Acervo Digital da Revista, o qual pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>, mediante assinatura paga por mês. A seguir apresentamos aspectos ligados a luta social e política das mulheres e a metamorfose feminina, fundamentados nos estudos de Charaudeau (2009), Foucault (2007, 2014a), Heller (2013), Rago (2004), Silva (2008).

5.1 A luta social e política das mulheres

No século XX, a instauração de novas configurações nas problematizações e nas relações de poder, das lutas sociais e políticas das mulheres não representou apenas um marco temporal para fazer frente a uma continuidade histórica, mas para revelar “uma nova relação que o feminismo contemporâneo estabelece consigo e nas imagens de si que projeta para o mundo” (RAGO, 2004, p.31), impulsionando diversos estudos sobre as fórmulas simbólicas de poder que foram legitimadas pelo discurso patriarcal e, que ainda hoje insiste em disseminar, pela prática social, a desigualdade de sexo/gênero. Portanto, nosso foco tem como objetivo a necessidade de compreender como se materializa o processo de subjetivação, por meio de enunciados apresentados pelos meios de comunicação, neste caso a Revista Veja, que procura produzir efeitos de verdade sobre a sexualidade da mulher, determinando seu comportamento, sua maneira de pensar e agir, de desejar e temer.

Em 11 de setembro de 1968, foi publicada a primeira edição da revista, que tinha inicialmente o nome de “VEJA e leia”, a primeira capa estampava os símbolos “A Foice e o Martelo”, com o título “O grande duelo no mundo comunista”. Essa edição destacava na capa a reportagem sobre a crise da União Soviética após a invasão russa na antiga Checoslováquia. Como edição inaugural, a mesma foi considerada um sucesso por parte de seus editores e pela venda dos quase 650.000 exemplares. O editorial “Carta do editor”¹⁰ dizia claramente quais eram os objetivos da revista, uma vez que esta viria a substituir a revista Realidade (1966-1968)¹¹, que saía de circulação na época devido à censura.

¹⁰ Revista Veja, 1ª edição, página 20-21, setembro de 1968.

¹¹ Sua primeira fase, antes do decreto AI-5 que instituiu a censura, trazia um jornalismo diferente, investigativo, pautado nos fatos reais vivenciados pelo país. As duas outras fases da Veja já não tinham mais o cunho investigativo.

Por que falarmos dessa primeira edição? É simples, ela traz em suas páginas o que ocorria no mundo e no Brasil, na década de 1970, principalmente as questões políticas, econômicas e sociais da época. Essas questões envolviam as mulheres que atuavam, apesar da invisibilidade, de forma ativa no processo de liberdade que crescia a cada dia contra o período da ditadura imposta no Brasil.

Como podemos observar na figura 3, os símbolos representados na capa da primeira edição de 1968, a foice e o martelo, representam a classe trabalhadora, sendo a foice a representatividade do trabalho agrícola e o martelo o trabalho industrial.

Figura 3



Fonte: revista *Veja* n. 1, de 11 de setembro de 1968

Esse símbolo da foice e do martelo entrelaçados sob o fundo vermelho ficou conhecido em todo o mundo ao ser incorporado à bandeira da antiga União Soviética e suas respectivas repúblicas constituintes e passou a representar não apenas, simbolicamente, o sangue dos operários, mas o comunismo e os partidos políticos comunistas.

Segundo Heller (2013), a cor vermelha é marcada por duas vivências elementares, o fogo e o sangue. Em todas as culturas e em toda a história, o fogo e o sangue têm um significado essencial, seu “simbolismo vigora no mundo inteiro, é conhecido de todos, pois

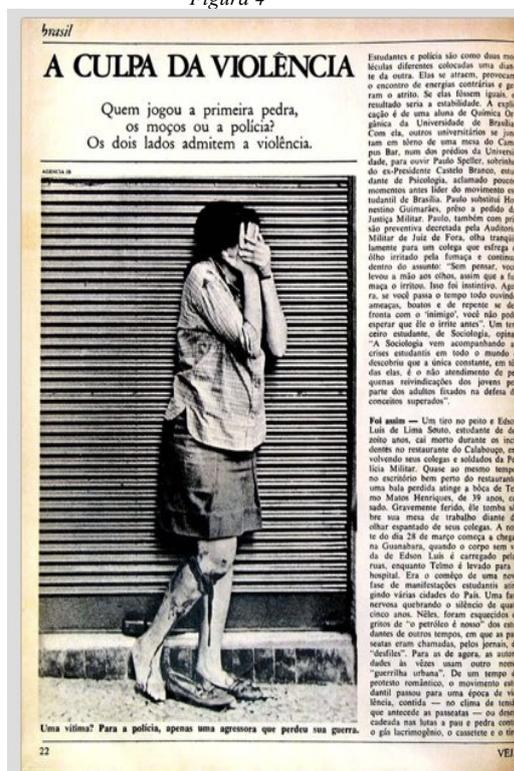
A revista *Realidade*, apesar de seu curto período de existência, é considerada como um divisor de águas pela imprensa brasileira.

todos, individualmente, já tiveram suas experiências envolvendo o significado do vermelho” (HELLER, 2013, p. 101). Portanto, a cor vermelha, em segundo plano, ao acolher passivamente as palavras pronunciadas, remetendo-as a um arquivo, faz emergir “uma multiplicidade de enunciados” (FOUCAULT, 2007, p. 147), em meio as descontinuidades históricas.

Nesse período, evoluções e revoluções aconteciam ao redor do mundo, regimes governamentais eram destituídos para que outros emergissem em meio as relações de poder-saber tecidas discursivamente. E os conteúdos veiculados pela revista incitavam o público leitor, não apenas à reflexão sobre o que se passava no mundo e no Brasil, mas com as pessoas nos mais diversos contextos.

Apesar da relevância desse enunciado para nossa pesquisa, quanto a sua materialidade histórica, destacamos a seguir a imagem apresentada na página 22 desse primeiro número da revista *Veja* de 1968, e o enunciado colocado como nota de rodapé abaixo da imagem apresentada pela revista.

Figura 4



Fonte: revista *Veja* n. 1, p. 22, de 11 de setembro de 1968

Na figura 4 podemos observar que a mulher esconde seu rosto, deixando à vista apenas a violência sofrida contra seu corpo, na nota de rodapé uma pergunta, seguida de uma afirmativa como podemos observar no enunciado¹² “Uma vítima? Para a polícia apenas uma

¹² Ver revista *Veja* n. 1, p. 23, de 11 de setembro de 1968.

agressora que perdeu sua guerra”. Esse enunciado deixa claro que a neutralidade investigativa colocada pelo editor chefe da revista *Veja*, já no seu 1º volume, é tendenciosa e não de neutralidade. Como foi colocado anteriormente por Charaudeau (2009) nenhuma informação pode durante o processo de transação e transformação pretender à neutralidade, uma vez que o fato em si depende de quem o informador quer informar, já que toda informação depende do tratamento que lhe é imposto durante o processo de transação.

Essa vítima como foi colocado pelo enunciado, não possui uma identidade, ela é apenas identificada como “uma agressora que perdeu sua guerra”. Como podemos observar, o uso do artigo indefinido “uma” caracteriza a mulher da imagem acima de forma vaga, imprecisa, generalizada, sem uma identidade, isso porque ela apesar de ser atuante como mulher e militante que luta por uma causa, ainda assim deve ser oprimida, silenciada, invisível aos olhos da sociedade. Entretanto, essa imagem de uma mulher frágil, acuada, perseguida se contrapõe ao enunciado “agressora”, aquela que ataca sem motivo aparente, destituindo-a do lugar que ocupa na sociedade.

De acordo com Foucault (2014a, p. 8),

[...] Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber.

Logo, essa mulher pertencente a década de 1970, é parte de uma interdição que desconsidera a mesma como parte da sociedade. Esse enunciado, na nota de rodapé, traz consigo a manifestação do embate do corpo em busca do direito à liberdade, em que a mulher sai do espaço privado para o espaço público, vai para o embate, desmistificando a imagem idealizada, desde os grandes textos clássicos dos gregos (FOUCAULT, 2014c), da pastoral cristã e das leis, de um “ser incompleto, mãe, do lar”, feita apenas para procriar.

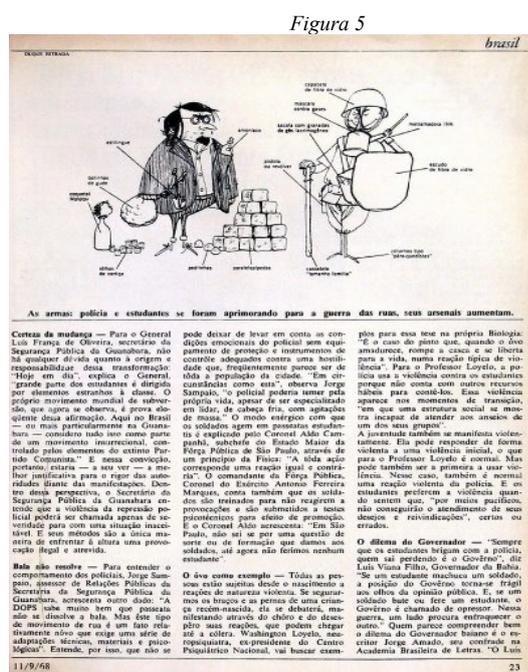
Essa mulher, da década de 1970, já transgredia as leis de conduta, que lhe impunham o espaço privado como único. Ela foi capaz de ir para as ruas defender os direitos dos “homens”¹³, já que em 1968, apesar da luta do feminismo já existir no Brasil, o grito por liberdade de pensamento, de expressão unia homens e mulheres pelo direito à democracia, mesmo diante dos silenciamentos instituídos pelo governo e validados pela mídia. Já nos enunciados,¹⁴ “A culpa da violência – Quem jogou a primeira pedra, os moços ou a polícia? Os dois lados admitem a violência”, “As armas: polícia e estudantes se foram aprimorando

¹³ “homens” no sentido de povo, população.

¹⁴ Ver revista *Veja*, 1ª edição, páginas 22 e 23, setembro de 1968.

para a guerra das ruas, seus arsenais aumentam”, com a suposta neutralidade dita pelo editor chefe se desfaz nitidamente ao demonstrar a desigualdade entre os sujeitos.

De um lado o estudante, munido de pedras, estilingue, bolinhas de gude, coquetel molotov, paralelepípedos, do outro, a polícia com escudo de fibra de vidro, metralhadora INA, sacola com granadas de gás lacrimogêneo, pistola ou revólver, cassetete “tamanho família”. A revista colocava para o leitor a ideia de que ambos os lados lutavam em pé de igualdade, isto é, apesar das diferenças quanto ao armamento utilizado. Diferente do enunciado, a charge denunciava o lado mais bem preparado para a luta, sendo que é o lado da polícia, a qual foi criada há séculos atrás, com o intuito de proteção da população e não o contrário.



Fonte: revista *Veja* n. 1, de 11 de setembro de 1968.

Segundo Silva (2008, p. 3), “a mídia na cultura contemporânea assume conforme Fischer (1997), um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças”. Portanto, os dispositivos midiáticos deixam de ser um veículo meramente ilustrativo, para ser uma instância discursiva capaz de construir identidades, de formar sujeitos sociais, de conduzir os corpos, tornando-os dóceis.

Por isso, é necessário procurar saber como determinados enunciados emergem por meio dos dispositivos midiáticos, seu funcionamento, a maneira como se formam, suas interdições, definindo as estratégias de poder iminentes a essa vontade de saber. E no caso específico da sexualidade, “constituir a ‘economia política’ de uma vontade de saber”

(FOUCAULT, 2014a, p.83). Essa vontade de saber é que impulsiona a lei do que pode ser dito, definindo os modos de subjetivação.

Quase 40 anos depois da primeira edição, a revista *Veja* publica, na edição n. 2153, de 24 de fevereiro de 2010, a imagem de uma mulher militante do Partido dos Trabalhadores (PT), que vivenciou os tempos negros de ditadura no Brasil, que enfrentou a discriminação por ser mulher, que provavelmente esteve na mesma posição daquela mulher oprimida de 1968. Essa mulher tem uma identidade, ela é Dilma Rousseff, ela é candidata à presidência da república, esta mulher representa a mudança, como podemos observar na figura 5 o enunciado da capa da revista “a realidade mudou, e nós com ela”.

Figura 5



Fonte: revista *Veja* n. 2153, de 24 de fevereiro de 2010

Em entrevista dada à revista *Veja*, n. 2153, p.53, de 24 de fevereiro de 2010, a então, candidata Dilma Rousseff, reafirma essa mudança e seu posicionamento político “a realidade mudou e nós com ela. Contudo, nunca mudei de lado. Sempre estive ao lado da justiça, da democracia e da igualdade social”. Essa exteriorização do discurso possibilita a criação de mundos, isto é de “espaços socialmente construídos” (FERNANDES, 2012, p. 75), e consequentemente, a inscrição do sujeito no discurso e na história.

Esse jogo enunciativo “a realidade mudou e nós com ela” revela que tanto a realidade quanto a mulher mudaram nesses quarenta anos. A realidade já não é cinza como em 1968, ela tem cor, tem vida, e nem a mulher tida como “a agressora” é a mesma, agora ela

se espelha nessa mulher que tem uma identidade, que ocupa uma posição sujeito dentro da materialidade discursiva, que caminha pelo espaço público, e se faz presente com voz ativa.

A referida inscrição do sujeito no discurso pode ser observada na capa da revista, edição extra, n. 2189 de 03 de novembro de 2010:

Figura 6



Fonte: revista *Veja* n. 2189 de 03 de novembro de 2010

Com a vitória de Dilma Rousseff para a presidência do Brasil, a revista *Veja* colocou nas bancas de todo o Brasil a edição Extra, com a imagem da presidenta, portando a faixa presidencial, e reafirmando seu compromisso com a democracia. Ao pé da página, podemos observar, em letras menores o enunciado “Dilma Rousseff, depois de eleita a primeira mulher presidente do Brasil”, agora como a mulher que venceu a guerra contra a ditadura, contra o machismo, mesmo sendo militante do partido dos trabalhadores, ela teve que ser aceita pelo partido como candidata.

Uma mulher, Dilma Rousseff, no poder como efeito das próprias lutas travadas pelas mulheres, ao longo dos últimos cinquenta anos, resultaria em uma transformação nacional, constituindo um novo olhar sobre a “mulher, mãe, protetora da família” que se transforma em “chefe de Estado”, saindo da invisibilidade do espaço privado para o espaço público. Dessa forma, o discurso da revista apropria-se das diferentes instâncias discursivas, das posições de autoridade que legitimam os lugares sociais na ordem do discurso. Entretanto, a presidenta Dilma Rousseff não fora a primeira mulher a exercer o poder, e a revista deixa isso bem claro nas páginas 70-75, com o título “Mulheres no Poder”, em que são apresentadas mulheres que

também exerceram sua força, desde o tempo do império como a princesa Isabel (filha de Dom Pedro II), Ângela Merkel (primeira-ministra da Alemanha), Margaret Thatcher (ex-primeira-ministra da Inglaterra, a dama de ferro), Isabelita Perón e Cristina Kirchner (presidentes da Argentina), Michelle Bachelet (presidente do Chile), Golda Meir (primeira-ministra de Israel), Indira Gandhi (presidente da Índia), Benazir Bhutto (primeira-ministra do Paquistão), Bertha Lutz (uma das pioneiras do feminismo do Brasil), Carlota Pereira de Queiroz (primeira deputada federal – 1933).

O chamado olho do texto remete a uma colocação interessante: “Dilma Rousseff entra para a história como a primeira mulher eleita presidente do Brasil e, unta-se a um grupo de poderosas que antes dela mostraram que governar bem ou mal independe do gênero”. A reportagem é de Gustavo Ribeiro, que menciona já no início do corpo do texto a ascensão de Dilma Rousseff dentro do partido dos trabalhadores e completa “ela agora faz parte de um restrito grupo de mulheres chefes de estado ou de governo. Hoje, menos de 8% dos governantes do planeta são mulheres”, isto significa que mesmo tendo quase que a mesma quantidade de homens e mulheres no mundo, a desigualdade social, educacional e política continua a dominar e a restringir o espaço ocupado pela mulher.

Em janeiro de 2017, após o impeachment de Dilma Rousseff, a revista Veja publica o n. 2511, trazendo estampada na capa a figura icônica da futura nova primeira-dama do Palácio do Planalto, como simbolismo de uma nova época enunciada “Marcela Temer, a aposta do governo”, abaixo de seu rosto outro enunciado reafirmando o primeiro “Com uma agenda de aparições nacionais, a jovem e bela primeira-dama vira a grande cartada do Palácio do Planalto para tirar a popularidade do atoleiro”.

Figura 7



Fonte: revista Veja n. 2511, de 04 de janeiro de 2017

Diferentes das imagens anteriores, esta se configura com um fundo azul, trazendo à tona um aspecto angelical, iluminado, que segundo Heller (2013, 43) representa “a cor da simpatia, da harmonia e da felicidade, apesar de ser fria e distante”, é considerada também “a cor feminina e das virtudes intelectuais”. Há todo um jogo midiático entre o visível e o dizível feito para envolver o leitor, despertando a curiosidade sobre aquela figura, que antes apenas desfilava como esposa do vice-presidente. Sai de cena a imagem da mulher forte, lutadora, presidenta de um país para entrar a imagem da mulher linda, delicada, sensível, obediente.

A revista dedica seis páginas ao conceito criado ao redor de Marcela Temer, descrevendo sua vida e comparando-a com outras primeiras-damas conservadoras que ficaram à sombra de seus maridos, e ao mesmo tempo, falando de sua jovialidade e empenho nas obras assistenciais. No dia 18 de abril de 2016, a jornalista Juliana Linhares publicou no site da revista Veja uma matéria intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e “do Lar”, contando pequenas passagens da vida de Marcela Temer, reforçando o estereótipo de princesa, mulher bela, cheia de pudores e do lar.



Site veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/

Tais afirmações geraram grandes polêmicas quanto à identidade da mulher, pois ela, Marcela Temer, seria o modelo de mulher virtuosa com família e do lar e, “Michel Temer um homem de sorte”, como Juliana Linhares fecha a matéria. As vozes femininas se voltaram contra o pensamento “não tendencioso” da revista Veja, e ganharam uma dimensão histórica, ao recusarem um modelo de mulher tão combatido no passado, utilizando-se das mesmas

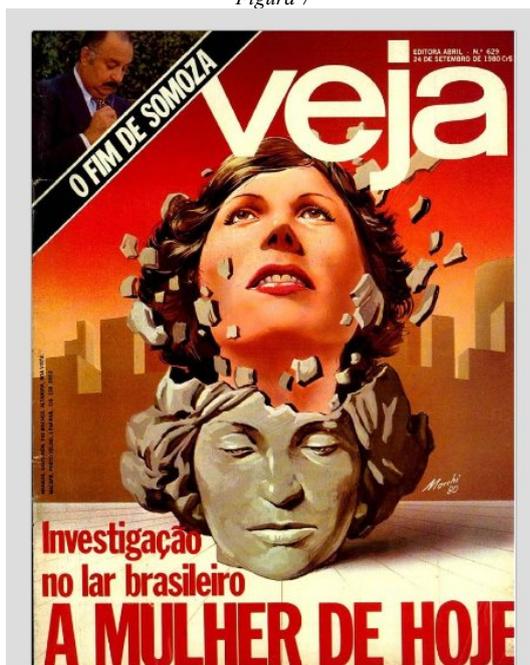
armas midiáticas para questionar o padrão da mulher perfeita, que as revistas da década 1970 fabricavam como manuais de conduta. Isso porque tais estereótipos não são capazes de definir a mulher como “ser mulher”, apesar de ambas as figuras apresentadas neste tópico serem figuras construídas com uma intencionalidade, a princípio de encantar e num segundo momento de substituir uma imagem de uma mulher forte por uma sensível, que necessita ser protegida pelo marido, pelo governante de estado, tentando resgatar enunciados que possam reafirmar a condição da mulher como um ser inferior.

Para compreendermos melhor, a ascensão da mulher aos espaços públicos, passamos a tratar da metamorfose feminina.

5.2 A Metamorfose feminina

Em 1980, ainda sob o regime militar, a revista Veja publica uma edição que traz na capa a imagem do rosto de uma mulher saindo de uma máscara de tom acinzentado, com o enunciado verbal “Investigação no lar brasileiro, A MULHER DE HOJE”, e no alto do canto esquerdo uma referência “O FIM DE SOMOZA”, ditador latino-americano que foi assassinado no Paraguai, como podemos observar na figura 7 abaixo.

Figura 7



Fonte: revista Veja n. 629, de 24 de setembro de 1980

Podemos observar, na imagem acima, todo um processo midiático de instauração da representação da mulher, isto é, do que é ser mulher, na década de 1980, na retomada de sentidos que foram, de certa forma cristalizados, em determinadas práticas discursivas

produzidas em outros espaços e momentos da história brasileira. A emergência de novas representações para o conceito de mulher se faz mediante a retomada de figuras e acontecimentos que marcaram a história do Brasil e que são acionados pelos dispositivos midiáticos e de sexualidade.

Esse processo de midiatização corresponde a todo um processo que envolve desde estratégias até linguagens próprias do campo midiático e de sua multidimensionalidade em diferentes campos do saber, compondo o funcionamento do tecido social, exercendo e produzindo regimes de verdade e efeitos de poder, regulando, controlando, conduzindo, normatizando determinadas práticas. Já o dispositivo de sexualidade faz parte da conduta de todos os indivíduos na sociedade, ao produzir sentidos, ao despertar desejos, sendo lugar de luta e também de resistência, enunciando efeitos de verdade e modos de subjetivação que permitem definir um campo do dizer e do ver, por meio de regimes de enunciabilidade e de visibilidade.

Portanto, a imagem apresentada pela revista *Veja* retoma, por meio da figura, todo um contexto histórico, ao apresentar o rosto de uma mulher em dois planos, o inferior remetendo ao olhar frio, de submissão, de tristeza enquanto que no plano superior, esse olhar se transforma, ele é um olhar ativo, desejoso, sonhador, que de, certa forma, pode ser interpretado como um olhar libertador. Ao fundo, podemos observar os prédios altos simbolizando os avanços da sociedade. As cores utilizadas também configuram este processo de desenvolvimento, pois, como foi falado no tópico anterior, a cor vermelha simboliza a luta, já o amarelo, segundo Heller (2013, p.154), “é a cor da inteligência, pertence a cabeça”. Para Heller (2013), é necessário um tríptico acorde entre o vermelho, o laranja e o amarelo, típico do prazer e de tudo que o cerca, portanto, o amarelo é o acorde entre a alegria de viver, da atividade a energia e da animação clamorosa.

Podemos observar também o enunciado “veja” que configura com a imagem do olhar da mulher, remetendo a ideia de observação, pois o leitor não deve apenas olhar, mas ver essa metamorfose, essa transformação social. Logo, o enunciado “Investigação no lar brasileiro – A MULHER DE HOJE” ganha a dimensão de informar um determinado saber, registrando os movimentos sociopolíticos e culturais do Brasil.

Ao investigarmos o conteúdo da revista, observamos alguns aspectos que passaram a fazer parte dessa mulher, práticas diferentes, modos de pensar e agir, novos conceitos, mas sempre retomando discursos anteriores, demonstrando o que é aceito e o que não é aceito na sociedade dos anos 80, como forma de justificar a materialidade desses discursos, que vão da página 64 a 70, como podemos observar nesse enunciado “A mulher de verdade. Nem Amélia

nem ativista, a brasileira dos anos 80 é conservadora e tímida, mas sabe que sua filha deve conquistar a independência". Essa "mulher de verdade" ainda conserva determinados valores, conceitos que reafirmam seu lugar, o espaço privado, mesmo diante das grandes mudanças, das atitudes emancipatórias quanto ao lar, a forma de pensar, de agir e se posicionar quanto as dificuldades da vida moderna, entretanto, essa mesma mulher dos anos 80 divide o espaço do trabalho e se posiciona, ainda contrária ao pensamento intelectual do feminismo. E como suporte para compreender tais fatos, a revista apresenta uma pesquisa sobre "como as mulheres usam o dia", "os males da sociedade", "os gostos e as recusas", "retrato do marido e a cabeça da mulher", como podemos ver abaixo:

Figura 8

Como as mulheres usam o dia
 Para 10 horas trabalharem

Atividade	Tempo (min)
Trabalhar fora	38
Trabalhar fora	23
Café	13
Trabalhar fora	16
Comer	13
Trabalhar fora	9
Trabalhar fora	9
Trabalhar fora	10
Trabalhar fora	10

Os males da sociedade
 Das coisas em relação ao cotidiano que são consideradas

Problema	Porcentagem
Falta de segurança em trânsito	80
Aumento nos preços de combustíveis	75
Falta de vagas para estacionamento	70
Falta de segurança em trânsito	65
Falta de segurança em trânsito	60
Falta de segurança em trânsito	55
Falta de segurança em trânsito	50
Falta de segurança em trânsito	45
Falta de segurança em trânsito	40
Falta de segurança em trânsito	35
Falta de segurança em trânsito	30
Falta de segurança em trânsito	25
Falta de segurança em trânsito	20
Falta de segurança em trânsito	15
Falta de segurança em trânsito	10
Falta de segurança em trânsito	5

A mulher de verdade
 Nem Amélia nem ativista, a brasileira dos anos 80 é conservadora e tímida, mas sabe que sua filha deve conquistar a independência

Os gostos e as recusas
 Entre as coisas em relação ao cotidiano que são consideradas

Atividade	Porcentagem
Trabalhar fora	70
Trabalhar fora	58
Trabalhar fora	49
Trabalhar fora	45
Trabalhar fora	25
Trabalhar fora	17
Trabalhar fora	13

Retrato do marido
 Ele vai trabalhar e a mulher...

Atividade	Porcentagem
Trabalhar fora	70
Trabalhar fora	58
Trabalhar fora	49
Trabalhar fora	45
Trabalhar fora	25
Trabalhar fora	17
Trabalhar fora	13

A cabeça da mulher
 Ela vai trabalhar e a mulher...

Atividade	Porcentagem
Trabalhar fora	61
Trabalhar fora	53
Trabalhar fora	52
Trabalhar fora	41
Trabalhar fora	37
Trabalhar fora	31

Fonte: revista Veja n. 629, p. 64-65, de 24 de setembro de 1980

Figura 9

Os gostos e as recusas
 Entre as coisas em relação ao cotidiano que são consideradas

Atividade	Porcentagem
Trabalhar fora	70
Trabalhar fora	58
Trabalhar fora	49
Trabalhar fora	45
Trabalhar fora	25
Trabalhar fora	17
Trabalhar fora	13

Retrato do marido
 Ele vai trabalhar e a mulher...

Atividade	Porcentagem
Trabalhar fora	70
Trabalhar fora	58
Trabalhar fora	49
Trabalhar fora	45
Trabalhar fora	25
Trabalhar fora	17
Trabalhar fora	13

A cabeça da mulher
 Ela vai trabalhar e a mulher...

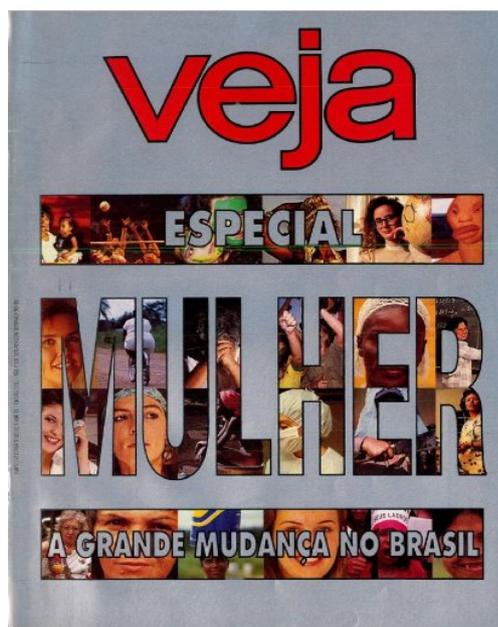
Atividade	Porcentagem
Trabalhar fora	61
Trabalhar fora	53
Trabalhar fora	52
Trabalhar fora	41
Trabalhar fora	37
Trabalhar fora	31

Fonte: revista Veja n. 629, p. 66-67, de 24 de setembro de 1980

É interessante observar na pesquisa apresentada pela revista o quadro da página 67, onde está explicitado o “retrato do marido” fala sobre as coisas que ele não gosta de ver a mulher fazer, itens que pertencem a um dispositivo de controle sobre as atitudes da mulher, mesmo estando nos anos 80 como : sair com os amigos sem ele, usar roupas extravagantes, viajar sozinha, fumar, pintar os cabelos, guiar carro, estudar. E do outro lado “a cabeça da mulher”, fala sobre aquilo que ela não se sente à vontade de ver, todos os itens remetem a questão da sexualidade, há ainda um certo constrangimento ao se falar sobre sexo. Portanto, as práticas sociais presentes na capa dessa revista e no conteúdo dela remetem a domínios de saber e poder, fazendo emergir novos conceitos, novas técnicas, mas também novos sujeitos de conhecimento, mesmo que ainda de forma conduzida, controlada por meio da materialidade discursiva presente nos meios midiáticos que insistem em manter, por meio do discurso, determinados efeitos de verdade.

Quatorze anos após a essa publicação, a revista lança uma edição especial, n. 1351A, em 03 de agosto de 1994, com o tema Mulher - A grande mudança no Brasil. A capa de fundo cinza apresenta imagens recortadas de várias mulheres, em vários contextos, novamente o nome da revista vem em destaque, de forma imperativa “Veja” na cor vermelha, contrastando com as imagens. Essa edição foi dedicada às mulheres de todo o Brasil.

Figura 10



Fonte: revista Veja n. 1351 A, de 03 de agosto de 1994

Na página inicial, temos o enunciado “A longa Marcha”, na lateral esquerda outro enunciado chama atenção “A mulher brasileira avançou mais do que o poder público, mais do que o conjunto da sociedade. É só o começo”. Essa afirmação vem ao encontro de uma fala da

escritora inglesa Virginia Woolf, feminista, no célebre ensaio/monólogo Um quarto para Si, presente no contexto da reportagem, “possuir algum dinheiro e um espaço individual é condição essencial para a mulher poder viver a sua identidade”. O jornalista utiliza-se dessa fala para colocar em oposição uma mulher pertencente à elite inglesa e uma brasileira, Bernadete, mãe e dona de casa, vestido de chita, que também quer uma vida para si. Nessa edição, o jornalista da Veja diz apresentar ao longo das 108 páginas o perfil da grande mutação em curso na metade feminina do país, que chegava a quase 51% da população em 1994, pois a transformação, segundo o jornalista da revista Veja, “é surda e silenciosa, não lenta”, e faz uma comparação entre a mulher de hoje e a mulher de 1967, e enfatiza ao longo da revista que o leitor terá uma pesquisa fundamentada em dados reais para ver essa transformação.

Figura 11



Fonte: revista Veja n. 1351 A, p. 06-07, de 03 de agosto de 1994

Como podemos observar, os assuntos foram divididos ao longo da revista, conforme a imagem e o quadro abaixo:

Figura 12

Assuntos	Temáticas	Abordagens
Sociedade e mulher	A teia se expande	À margem das instituições, a brasileira ocupa espaços e finca pé na vida.
Mulher e trabalho	Arrombando a porta	Sem romper o vínculo casa/família, a brasileira busca salário e identidade no mercado de trabalho.
Mulher e poder	Nas franjas do poder	Com cautela a mulher vai cercando o

		epicentro da política. É ali que reside o poder final.
Mulher e família	A casa em mutação	A dona de casa e a esposa que trabalha fora matutam sobre os limites do seu papel doméstico
Mulher e saúde	Um corpo em disputa	A saúde da mulher passa por um reexame. O Estado, a medicina e a igreja não se entendem.
Mulher e mulher	A busca do espaço	A agenda: poder ser mulher, não ter rótulo, conseguir se movimentar em esferas públicas e privadas.

Diferente da revista de 1980, em que a pesquisa se resumia a observar como a mulher dividia seu dia, o que não gostava de falar, o que os homens não gostavam que elas fizessem sozinha, os males da sociedade, a pesquisa apresentada pela revista em 1994 pauta-se em dados obtidos pelo censo de 1991, pelo anuário estatístico do IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística) de 1992, dados da central de trabalhadores e na pesquisa sobre o comportamento feito pela própria revista. A revista apresenta dados estatísticos quanto à educação da mulher, sua atuação nas centrais de trabalhadores, apresenta também, em seu questionário, questões sobre o movimento feminista, sobre a sexualidade, sobre violência etc., mostrando pontos de vista, vivências por meio de enunciados visuais e verbais, traços individuais e semelhanças culturais que fazem a distinção entre as próprias mulheres e seu tempo ao expressarem seus pensamentos, criando, assim, identidades e ao mesmo tempo resistências por meio da descontinuidade e da materialidade discursiva.

Quatro anos depois, o número 1535 de 24 de fevereiro de 1998, apresenta um enunciado forte “os homens que se cuidem”, demonstrando que o mundo do trabalho está sendo invadido pela mulher e que se os homens não se cuidarem perderam seu espaço.

Figura 13



Fonte: revista Veja n. 1535, de 24 de fevereiro de 1998.

E reafirma tal posicionamento feminino com o enunciado “As mulheres estão avançando sobre os melhores cargos”, a imagem também remete ao crescimento da mulher no mundo do trabalho. Essas mulheres vão à luta por seus direitos e competem de igual para igual com os homens, elas agora possuem instrução, são bem preparada e aceitam os desafios do mundo corporativo. Entretanto, quase uma década depois, em junho de 2006, é lançada outra edição especial da revista Veja Mulher que traz na capa uma mulher amamentando uma criança sentada em uma cadeira de escritório com a pasta ao lado, sobre a imagem da pasta o enunciado “O que sobrou do feminismo”, além de apresentar na lateral esquerda questões referentes a comportamento e sexualidade.



Fonte: revista Veja edição especial Mulher, n. 65 junho de 2006

Diferente das demais, essa revista apresenta na p. 14 a carta ao leitor para introduzir o assunto da capa com o seguinte enunciado “O feminismo chegou aos 40”, falando sobre a revolução pela igualdade de direitos, a abertura dos espaços, a questão da sexualidade, além de outras questões referentes ao mundo das mulheres, e quem ficou responsável pela edição da mesma. Para compreendermos melhor a trajetória seguida pela revista ao explicar o assunto, apresentamos aqui alguns enunciados abordados. Na página 27, há uma entrevista de Maureen Dowd do New York Times, com o enunciado “A volta da mulherzinha”, na qual ela crítica os rumos que as mulheres estão tomando no chamado pós-feminismo. Outro enunciado que chamou nossa atenção foi “O poder é masculino” (p. 30), que fala da relação profissional, em que as mulheres ao alcançarem um alto posto agem igualzinho aos homens. Em seguida outro enunciado “Com diploma e sem marido” (p. 34), falando do avanço educacional com

dados estatísticos, associando a inteligência a solidão. Na página 48, abaixo do enunciado “O feminismo na crise dos 40”, temos um outro enunciado provocativo “O movimento que pretendeu igualar mulheres e homens em todos os sentidos está numa encruzilhada e pouco significa para as novas gerações”, trazendo abaixo a representatividade da mulher, em décadas passada, utilizando-se da imagem de capas de revistas que contam a marcha dessas mulheres ao longo da história.

Figura 15



Fonte: revista Veja edição especial Mulher, n. 65 junho de 2006

Novamente, podemos observar no contexto do segundo enunciado uma tendência ao posicionar o movimento feminista como algo sem direção, ou que já perdeu sua importância nos dias de hoje. A revista demonstra intencionalmente, a retomada de velho discurso sobre o papel das mulheres no âmbito profissional e familiar, considerando que toda a luta de décadas está a se dissipar com as novas gerações, o que não é verdade, pois os movimentos de resistência aos modelos ditos como certos pela sociedade se faz presente e cada vez mais forte.

A capa da revista Veja, n. 2564 de 10 de janeiro de 2018 é um exemplo de como a subjetividade, a verdade e a codificação das condutas remetem a todo um arcabouço construído, constituído secularmente, através de enunciados capazes de determinar a uma realidade.

O enunciado *O novo código de conduta entre os sexos: Na era da intolerância ao assédio e da crescente afirmação feminina, a convivência entre homem e mulher está passando por uma mudança radical*, remete ao um novo status, o qual a figura feminina não

deveria ser considerada frágil, desprotegida ou emocionalmente vulnerável aos olhos da sociedade, mas em pé de igualdade.

Figura 16



Fonte: revista *Veja* n. 2564 de 10 de janeiro de 2018.

Entretanto, a imagem ainda contrapõe ao discurso, pois ela ainda é objeto de desejo do homem, mesmo “[...] redefinindo sua identidade social, sexual e pessoal incorporando e recusando as imagens projetadas sobre ela” (RAGO, 2017, p. 579). Na reportagem apresentada pela revista, esse novo código de conduta faz referência a prevenção masculina quanto a presença da mulher no ambiente profissional e não sobre o respeito a profissional. No interior da revista podemos verificar que a mudança de comportamento do homem em nunca estar sozinho no mesmo ambiente ou de fazer reunião de portas abertas remete ao medo de se prejudicar e não de aceitação da presença feminina como algo natural.

De acordo com Foucault (2016, p. 207), “esse jogo da verdade e do erro, esse jogo do verdadeiro e do falso, esses regimes de veridicção tem efeitos no real, efeitos que não se devem ao fato de a verdade ser produzida por esses jogos de veridicção. Para o autor o importante é a conexão entre os regimes de veridicção e o real que marcam o efeito real entre os jogos de verdade e de erro.

Nesse sentido, é preciso analisar quais os efeitos de real que estão presentes no enunciado sobre *O novo código de conduta entre os sexos: Na era da intolerância ao assédio e da crescente afirmação feminina, a convivência entre homem e mulher está passando por*

uma mudança radical, “[...] quais os efeitos de real que foram efetivamente marcados, produzidos, induzidos pelos jogos de veridicção [...]?” (FOUCAULT, 2016, p. 207). Isso porque, são “[...] esses efeitos de real induzidos pelo jogo de veridicção sobre o comportamento sexual que passam evidentemente pela experiência do próprio sujeito, encontrando nele e em sua sexualidade sua própria verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 207). Portanto, é na relação subjetividade-verdade em que o efeito dos regimes de veridicção são marcados sobre os comportamentos sexuais.

Para Rago (2013), o pensamento de Simmel (1993) quanto aos efeitos da entrada feminina no público, previa ao menos duas saídas. A primeira seria [...] a continuidade das práticas e dos modos já existentes [...]” (RAGO, 2013, p. 24), a qual Simmel não acreditava muito. Para ele, a indagação de que “[...] ao participarem de todas as áreas profissionais e políticas, as mulheres repetiriam os mesmos jogos de poder, reproduziriam as formas da sociabilidade existentes, conservariam a organização social masculina, dando prosseguimento ao instituído?” (RAGO, 2013, p. 24); poderia talvez acontecer ou não. Por outro lado, ele desconfiava de que resultados mais positivos, pois “[...] elas inovariam e transformariam a cultura masculina, objetiva e racional, deixando suas marcas com tudo aquilo que lhes é próprio: a dimensão subjetiva, as emoções, a afetividade, os sentimentos [...]” (RAGO, 2013, p. 24), sendo elas capazes de perceber o mundo exterior e as demandas sociais.

Rago (2013) parte da concepção de que a linguagem juntamente com o discurso são ferramentas importantes na formulação, veiculação e assimilação das representações sociais que são construídas discursivamente, por meio de um sistema de representações que articula os processos de subjetividade através da instituição de uma cultura. Portanto, é necessário “[...] compreender que esse sistema de imagens, representações e signos compõe o pensamento da lógica discursiva da identidade social dominante é fundamental para que os feminismos possam transformá-lo e abrir novas possibilidades de ser” (RAGO, 2013, p. 31).

Assim, a relação de si e com o outro, na perspectiva ética remete a constituição, não de um sujeito uno, mas na relação como sujeitos múltiplos, desfazendo as linhas da continuidade histórica, que ainda insiste em permear as identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever e analisar as condições de produção de enunciados socialmente marcados e historicamente institucionalizados pela mídia, não é uma tarefa fácil. Trabalhar com a Análise do Discurso, pautada nos estudos foucaultianos requer paixão, como afirma Deleuze (1992). É um sentimento de intensidade, de fascínio, e não apenas uma questão de compreensão, pois está além do visível. Para Deleuze (1992), o pensamento de Foucault é feito de dimensões traçadas e exploradas incessantemente, atendendo a uma necessidade criadora, capaz de colocar em cena mecanismos e estratégias, produzindo enunciados, materializados em discursos, ressignificando identidades. Assim, é a dimensão foucaultiana.

No início desse trabalho, apresentamos as concepções teóricas da Análise do Discurso para o desenvolvimento de nossa pesquisa, fundamentamos nosso aporte teórico no pensamento foucaultiano quanto ao entrecruzamento de três áreas do conhecimento: o materialismo histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso, para a constituição das bases epistemológicas da Análise do Discurso, que tem como objeto de estudo o discurso, o qual sempre se encontra em um campo de enfrentamento, campo em que se situam os aspectos relacionados aos acontecimentos e às condições de produção de uma memória discursiva. Como salienta, Navarro-Barbosa (2004), essa noção de memória discursiva é essencial para pensarmos a questão da produção de identidades, visto que “o processo de produção de identidade decorre do fato de cada enunciado colocar em cena o sujeito, por ele significado, e o interdiscurso, isto é, a memória do dizer” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 120). Essa perspectiva só é possível, por meio da memória discursiva que é capaz de emergir em determinados momentos, caracterizando a descontinuidade entre o discurso e a história, reatualizando e produzindo novos sentidos, novos enunciados.

Em seguida, por compreendermos que somente através da posição sujeito é que podemos descrever um determinado enunciado, e que esta posição sujeito é marcada por deslocamentos e transformações, mostrando-o em relação ao poder e por entendermos a importância dos elementos que se manifestam, por meio de um jogo de lutas entre sujeitos livres, e por sentirmos a necessidade de entender como essas relações de poder e saber emergem, desenvolvemos, no segundo capítulo, os pressupostos teóricos poder-saber, subjetividade e resistência. Esse processo de subjetivação forma-se no processo constitutivo dos sujeitos, pela produção da subjetividade, possibilitando a objetivação dos sujeitos, de acordo com Fernandes (2012), por meio da materialidade discursiva. Logo, a complexidade

das relações de poder e seus efeitos, os quais constituem os discursos e a produção de subjetividade, é capaz de resistir a um determinado controle, pois, existe um vínculo entre o dispositivo e o sujeito, revelando suas formações e transformações históricas. Isso porque, os dispositivos, segundo Carvalho e Sargentini (2014), são transformadores de sujeito, e consequentemente, do discurso.

Esse exercício do poder, segundo Foucault (2015), cria continuamente um saber, e este acarreta efeitos de poder, formando relações de poder forma um tecido capaz de ir de uma extremidade a outra, atravessando instituições, pulverizando pontos de resistência, tornando possível uma revolução.

As acepções quanto aos dispositivos se fizeram necessárias para o desenvolvimento de nossa pesquisa, isso porque é através de um certo regime de verdade, ou por determinadas práticas que se formam um dispositivo de saber-poder, uma vez que, ele é a rede que se estabelece entre os elementos, e consequentemente, implica um processo de subjetivação do sujeito.

Abordamos, no capítulo sobre fragmentos de uma genealogia de mulheres, aspectos de uma história sobre mulheres constituída por invisibilidades sociais e históricas, por meio dos movimentos que emergiram no século XIX. Uma narrativa que está em constante construção, uma marcha contínua que transforma, através das múltiplas interações, a mulher de ontem na mulher ativa de hoje, apesar de ainda existirem sociedades que impõem às mulheres a invisibilidade e o silêncio. A partir desses aspectos elencados e dos pressupostos teóricos, partimos para a análise das capas da revista *Veja*, revisitando pontos dessa trajetória histórica da mulher apresentada pela revista no período de 1968 a 2018, observando os efeitos de poder sobre os sujeitos, fazendo uso de seus dispositivos e de suas estratégias de subjetivação, observando a construção de regimes de verdade sobre o sujeito e a produção de modos de existência e estilos de vida, por “meio de uma rede enunciativa de diferentes formações discursivas e atravessadas pelos discursos da mídia” (FERNANDES JUNIOR E SOUZA, 2014, p. 15). A produção do jogo enunciativo pela mídia, além de informar, busca controlar, conduzir comportamentos, promovendo e mantendo determinados valores, disciplinando corpos, por meio da materialidade discursiva, criando pontos de resistência.

Butler (2016, p. 18) afirma que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes”, mesmo com as desigualdades batendo à porta justificando, afirmando, tentando legitimar o papel de subordinação da mulher, por meio da utilização de formas simbólicas de poder, desqualificando qualquer ato feminino.

Se ainda persiste uma construção ideológica e hegemônica da subjetividade de “ser mulher” inserida no contexto midiático, em pleno século XXI, produzindo efeitos de verdade, normatizando e normalizando a conduta social da mulher, com certeza também existem pontos de resistência, movimentos de lutas que por meio da escrita de si buscam não a representação de sua subjetividade, mas o direito de reinventar-se por meio das narrativas, das derrotas e das vitórias, das dores e das frustrações, inspiradas pelas lutas feministas. Isso porque a conscientização é um tipo de transformação de si dentro de um contexto social e, essas práticas de si são também práticas de liberdade que demandam o trabalho de si sobre si mesmo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, George. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó – Santa Catarina: Argos, 2009.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Indícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890-1930)*. Revista Educar, Editora UFPR, Curitiba – PR, n. 35, p. 139-152, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola editorial, 2004.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5 ed., Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1996.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 10 ed., Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 2016.
- CANDIDO, Evelyn Coutinho Rother; FREITAS, Silvane Aparecida de. *O empoderamento feminino: uma abordagem discursiva*. Anais do VI seminário Internacional América Platina (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços. Mato Grosso do Sul – MS: UEMS, p. 1-10, 2016.
- CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo, discurso e produção de subjetividade. In: FERNANDES JUNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de. *Dispositivo de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.
- CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. Foucault e Deleuze em co-participação conceitual. In: RAGO, Margareth; ORLANDI Luiz Benedicto Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias Nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém - PA: Jortejo Edições, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

- CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques. História do corpo: As mutações do olhar. O século XX. Trad. Ephraim F. Alves. 2 ed., Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.
- COSTA, Hilda R. da.; SOUSA FILHO, Sinval M. *Mulher: As relações de poder e resistência presentes na sociedade contemporânea*. Anais da VI Semana de Integração, Inhumas – GO: UEG, p. 1024-1035, 2017,
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? Trad. Wanderson Flor do Nascimento. In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona - ES: Gedisa, 1990.
- _____. Conversações. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo - SP: Editora 34, 2013.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Trad. Vera P. Carrero. 3 ed., Rio de Janeiro - RJ: Forence Universitária, 1995.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia - GO: Trilhas Urbanas, 2005.
- _____. A noção de enunciado em Foucault e sua atualidade na análise do discurso. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Cabral dos. *Percursos da análise do discurso no Brasil*. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.
- _____. De sujeito a subjetividade na Análise do Discurso. In: SARGENTINI, Vanice e GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso: herança, métodos e objetos*. São Carlos – SP: Editora Claraluz, 2008.
- _____. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo - SP: Intermeios, 2012.
- FERNANDES JUNIOR, Antônio. Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade. In: FERNANDES JUNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de. *Dispositivo de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.
- _____. O livro: suporte de dispositivos. In: FERNANDES JUNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de. *Dispositivo de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.
- FERREIRA, Anise de A. G. D’orange. *Oneirokritica de Artemidoro de Daldis* (século II d.C.). Livros de análise de sonhos: livro V. (tradução do texto grego e estudo introdutório. 1 ed. São Paulo - SP: Cultura Acadêmica, 2014.
- FERREIRA, Jairo. *Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos*, Revista Líbero, n. 17, junho/2006.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul.; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera. P. Carrero. Rio de Janeiro - RJ: Forence Universitária, p. 229-249, 1995.

- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Manoel B. Motta. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. O que são as luzes? In: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Foucault, M. Ditos e Escritos II, Manoel B. Motta. (org.). 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Ética, sexualidade, política*. Manoel B. Motta. (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Estratégia, poder-saber*. Manoel B. Motta. (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz. F. B. Neves. Rio de Janeiro - RJ: Forense Universitária, 1995 e 2007.
- _____. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2008.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria T. C. Albuquerque, 1 ed. – São Paulo - SP, Paz e Terra, 2014a.
- _____. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Trad. Maria T. C. Albuquerque, 1 ed. – São Paulo - SP, Paz e Terra, 2014b.
- _____. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Trad. Maria T. C. Albuquerque, 1 ed. – São Paulo - SP, Paz e Terra, 2014c.
- _____. Segurança, Território e População. In: *Filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. Ditos e Escritos X, Manoel B. Motta. (org.). 1 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014d.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto. 2 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- _____. *Subjetividade e Verdade: curso no Collège de France (1980-1981)*. Trad. Rosemary C. Abílio. São Paulo - SP: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. Trad. Pedro E. Duarte. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2010.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos - SP: Claraluz, 2003.
- _____. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2 ed. São Carlos - SP: editora Claraluz, 2003.

_____. *Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos*. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João B. Cabral dos. – Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas. Uberlândia - MG: EDUFU, 2003.

_____. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos - SP: Claraluz, 2004.

HELLER, Eva. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. Trad. Maria Lucia Lopes Silva. 1 ed. São Paulo – SP: Editorial Gustavo Gili, 2013.

LIMA DUARTE, Constância. *Da criação de um lugar. Nisia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Revista estudos feministas, Florianópolis – SC, n. 14, p. 819-841, set/dez, 2006.

_____; PAIVA, Kelen. *A mulher de letras: nos rastros de uma história*. Revista Ipotesi, Juiz de Fora – MG, v. 13, n. 2, p. 11-19, jul/dez, 2009.

KLEIN, Otávio José. *A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos*. Revista Estudos em Comunicação, n. 1, p. 215-231 abril/2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10 ed., São Paulo - SP: Contexto, 2017.

MATIA, Wédja Roberta Moura. *Feminismo e empoderamento da mulher na sociedade brasileira*. Revista Cadernos de Clio, v. 8, p. 11-29, 2017.

McALISTER, Suzanne. *Gender as sign and symbolism in Artemidos' Oneirokritika: social Aspirations and Anxieties*. Trad. Anise de A. G. D'orange Ferreira. Helios, v. 19 (1-2), p. 140-160, 1992.

McLAREN, Margaret A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo – SP: Intermeios, 2016.

MILANEZ, Nilton. *A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista*. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. *O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade*. In: *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. NAVARRO, Pedro. (org.). São Paulo: Claraluz, 2006.

_____. *Materialidade da paixão: sentidos para uma semiologia do corpo*. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Lusmara; PIOVESANI, Carlos. *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luís. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. – São Carlos: Claraluz, 2004.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela. M. S.Corrêa, 2 ed., São Paulo - SP: Contexto, 2016.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas – SP: Ed. da Unicamp:163-252, 1975.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al.], 3 ed., Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PERAYA, Daniel. Mediation et médiatisation: le campus virtuel. In: *Le dispositif – Entre usage et concept*. Hermes 25: Cogniton, Communication, Politique. Paris: CNRS Éditions, 1999, p. 153-167.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Lusmara. Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia. In: FERNANDES JUNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de. (org.). *Dispositivo de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis -SC: Ed. Mulheres, 1998. (http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf). Acesso em 03/04/2016.

_____. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de L.; SCHMIDT, Simone P., *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis – SC: ed. Mulheres, p. 31-41, 2004.

_____. Antigos e modernos: cidadania e poder médico em questão. In: RAGO, Luzia Margareth; FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo - SP: Annablume editora, 2008.

_____. Subjetividade, Feminismo e Poder, ou podemos ser outras? In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Melo. (org.). *Relações de Poder e Subjetividade*. Ponta Grossa, PR, Toda palavra Editora, 2011.

_____. *A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas - SP: Editora Unicamp, 2013.

_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. 4. ed., São Paulo - SP: Paz e Terra, 2014.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10 ed., São Paulo - SP: Contexto, 2017.

RUGGIERI, Ana Luísa. *A estrutura do poder da mídia na contemporaneidade: uma análise triádica do dispositivo midiático*. Revista Temática, n. 11, p. 18-33, novembro/2017.

SAMPAIO, Simone Sobral. *Foucault e a resistência*. Goiânia - GO: Ed. da UFG, 2006.

SILVA, Lilian S. *A representação do corpo feminino nas capas de revista veja: uma análise comparativa na década de 60 e 90*. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis - SC, 2008.

SIMPSON, Jenniffer. *Resistências epistemológicas feministas: subjetivações como estética do existir*. Revista E-cadernos, n. 18, p. 33-50, 2012.

SOUSA, Katia M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: TASSO, I., NAVARRO, Pedro. (org.) *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas* [online]. Maringá: EDUEM, p. 41-55, 2012.

SWAIN, Tânia. N. *Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta, a lésbica*. 2011. (<http://feminismo.org.br/figuras-de-mulher-em-simone-de-beauvoir-a-mae-a-prostituta-a-lesbica/>) Acesso em 24.04.16.

_____. *Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”*. São Paulo – SP: editora em Perspectiva, 2001, p. 67-81.

TATAU GODINHO, et al. *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. – Brasília: ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016.

VEJA. O grande duelo no mundo comunista. Editora Abril, n. 01 de 11 de setembro de 1968 il.

_____. Investigação no lar brasileiro: a mulher de hoje. Editora Abril, n. 629 de 24 de setembro de 1980 il.

_____. Mulher: a grande mudança no Brasil. Editora Abril, n. 1351A de 03 de agosto de 1994 il.

_____. Os homens que se cuidem: As mulheres estão avançando sobre os grandes cargos. Editora Abril, n.1535 de 24 de fevereiro de 1998 il.

_____. O que sobrou do feminismo. Editora Abril, n. 65 edição especial mulher de junho de 2006 il.

_____. A realidade mudou, e nós com ela. Editora Abril, n. 21 de 24 de fevereiro de 2010 il.

_____. Meu compromisso com o país: valorizar a democracia em toda sua dimensão. Editora Abril, n. 2189 de 03 de novembro de 2010 il.

_____. Marcela Temer, a aposta do governo. Editora Abril, n. 2511 de 04 de janeiro de 2017 il.

_____. O novo código de conduta entre os sexos. Editora Abril, n. 2564 de 10 de janeiro de 2018 il.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ZÍLBERMAN, Regina. *Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX*. Revista Estudos Literários, Belo Horizonte – MG, v. 1, n. 1, out/1993.

[WWW.ONUMULHERES.ORG.BR](http://onumulheres.org.br) (<http://onumulheres.org.br>). Acessado em 20. 10.18.